

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes  
verdes e a transformação socioeconômica da Imperial  
Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro  
Industrial (1870-1890).**

**Edite Moraes da Costa**

**2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPHR)**

**DO BOI SÓ NÃO SE APROVEITA O BERRO! O COMÉRCIO  
DAS CARNES VERDES E A TRANSFORMAÇÃO  
SOCIOECONÔMICA DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA  
CRUZ COM A CONSTRUÇÃO DO MATADOURO  
INDUSTRIAL (1870-1890).**

**EDITE MORAES DA COSTA**

*Sob a orientação da Professora Doutora*  
**Mônica de Souza Nunes Martins**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ  
Dezembro de 2017

---

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C834b Costa, Edite Moraes da, 1970-  
Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das  
carnes verdes e a transformação socioeconômica da  
Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do  
Matadouro Industrial (1870-1890). / Edite Moraes da  
Costa. - 2017.  
160 f.: il.

Orientadora: Mônica de Souza Nunes Martins.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
História, 2017.

1. História Econômico-Social. 2. Propriedade. 3.  
Fazenda de Santa Cruz. 4. Comércio das Carnes Verdes.  
I. de Souza Nunes Martins, Mônica, 1975-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em História III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO


*Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)*

EDITE MORAES DA COSTA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15/12/2017

Banca Examinadora:

  
Professora Doutora **MÔNICA DE SOUZA NUNES MARTINS (UFRRJ)**  
Orientador e Presidente da Banca

  
Professor Doutor **ROBERTO GUEDES FERREIRA (UFRRJ)**

  
Professora Doutora **MARINA MONTEIRO MACHADO (FCE/UERJ)**

## AGRADECIMENTO

Tantas foram as pedras ao longo desse caminhar que se torna impossível de enumerá-las. Mas como este espaço está reservado para os agradecimentos, vamos deixá-las de lado, e agradecer a todos, que ao longo de 20 anos, o Criador os colocou em meu caminhar, para que a minha engrenagem não parasse e me fizesse acreditar ser possível, este sonho realizar. À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marly Motta que me ensinou a amar História no Ensino Médio. Mas não pude a seguir, tendo que adiar, e jamais desistir, da minha formação acadêmica. À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gracilda Alves por me propor o tema dessa pesquisa, e a iniciar a minha orientação do projeto, que por questões familiares, tive que congelar. Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> José Nicolao Julião, que me conduziu ao degelo, dando ouvidos ao meu sonho e me informando as possibilidades para eu seguir.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Martins, a quem devo imensa gratidão por acreditar em mim, e por não ter desistido de me orientar, mesmo com todas as adversidades. Muito obrigada, inclusive pelos puxões de orelhas, sem eles eu não chegaria aqui. Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Pedro Henrique Campos, que prontamente me recebeu, e me cercou de inúmeras possibilidades, sempre me levando a acreditar que eu conseguiria realizar esta pesquisa. Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Renato Nogueira, que esteve a todo tempo disponível em meu retorno à vida acadêmica. Na trajetória do curso tive os incentivos que jamais esquecerei, pois profissionais como o Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Roberto Guedes, o Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Pedro Parga e a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marina Machado, são inenarráveis. Muito obrigada por seus apontamentos prestados na etapa de qualificação. Sem dúvida, eles abriram meu horizonte e permitiram que meu olhar sobre a pesquisa tomasse um novo rumo.

Ao amigo e companheiro de trabalho, Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Candido Sousa, por toda ajuda e orientações. À amiga Mestre Daiane Estevam Azeredo, por toda colaboração, ensinamentos e companheirismo, pois sendo a minha formação em licenciatura, e muito pouco aprendido em pesquisa, foram compensado por suas orientações. Ao Eduardo Cavalcante por me auxiliar nas buscas pelos documentos necessários a essa pesquisa. Jamais poderia esquecer de agradecer as amigas Joyce Cristina Machado Figueiredo e Daniela Marques da Silva pelo companheirismo e otimismo. Muito obrigada por todos os risos. Ao amigo Alexandre Marques de Medeiros, que a graduação me ofertou para a vida, muito obrigada por acreditar em mim nos momentos que às vezes nem eu pensava ser possível chegar na linha final desta corrida.

## **DEDICATÓRIA**

Ao Criador, por ter me guiado e, principalmente me sustentado, ao longo dessa jornada.

A minha família, por tanto amor e carinho.

## RESUMO

COSTA, Edite Moraes da. **Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação sócioeconômica da Fazenda de Santa Cruz com a construção do matadouro industrial (1870-1890)**, 2017. 160 páginas. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

Esta dissertação tem por objetivo analisar a estrutura social e econômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro industrial, entre as décadas de 1870 e 1890, com o intuito de entender as variadas formas de propriedade que teve a Fazenda antes de ser decidido a ela receber tal empreendimento. É notório que para tal, as relações de poder permearam nessa transferência, entre os agentes inseridos nesse setor econômico. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo investigar quem eram esses agentes e como se deu a necessidade de transferência, os debates até a escolha da Fazenda e as mazelas constituídas na construção e funcionamento do novo Matadouro. Para isso, utilizamos as Atas da Câmara Municipal, a Rescisão do contrato com a empreiteira e as publicações do período no jornal Gazeta de Notícias. Por esses tipos de documentos podemos perceber as questões econômicas e sociais no que se refere ao comércio das carnes verdes.

**Palavras-chave:** História Econômico-Social; Propriedade, Fazenda de Santa Cruz; Comércio das Carnes Verdes.

## **ABSTRACT**

This present dissertation aims to analyze the social and economical structure of the Imperial Fazenda of Santa Cruz and the construction of Industrial Slaughterhouse, between the 1870s and 1890s, in order to understand the various forms of property that the Farm had before being decided that it would receive such undertaking. It is notorious that for such, the relations of power permeated in this transfer, among the agents inserted in this economic sector. Therefore, this work aims to investigate who these agents were and how the need for this transference came up, the debates until the choice of the Farm and the problems acquired in the construction and operation of the new Slaughterhouse. For this, we used the Minutes of the City Council, the termination of the contract with the contractor and the publications of that time in the Gazeta de Notícias newspaper. For these types of documents we can notice that the economic and social issues regarding the green meat trade.

**Keywords:** Social-Economic History; Property; Fazenda de Santa Cruz; Green Meat Trade.



## SUMÁRIO:

<b>INTRODUÇÃO: O Comércio das carnes verdes no Rio de Janeiro e a questão do abastecimento interno - Debates historiográficos - Um pouco de História local e Propriedade.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1: A Fazenda de Santa Cruz antes da construção do Matadouro: uma breve história fundiária.....</b>	<b>25</b>
<b>1.1 - A formação da Fazenda Jesuítica.....</b>	<b>27</b>
<b>1.2 - Da administração jesuítica ao período Real.....</b>	<b>36</b>
<b>1.3 - A Imperial Fazenda de Santa Cruz.....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO 2: Um Matadouro na Imperial Fazenda de Santa Cruz. ....</b>	<b>53</b>
<b>2.1 - Debate sobre a transferência do Matadouro.....</b>	<b>57</b>
<b>2.2 - Construção do Matadouro.....</b>	<b>68</b>
<b>2.3 - O funcionamento do Matadouro: os vereadores e os marchantes.....</b>	<b>88</b>
<b>CAPÍTULO 3: As transformações socioeconômicas na Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção e funcionamento do Matadouro.....</b>	<b>119</b>
<b>3.1 - O deslocamento populacional e o desenvolvimento urbano e econômico.....</b>	<b>121</b>
<b>3.2 - A Vala do Sangue, o saneamento da região e o abastecimento da água.....</b>	<b>128</b>
<b>3.3 - As estações ferroviárias de Santa Cruz e do Matadouro, o bonde, o vapor e a luz elétrica.....</b>	<b>140</b>
<b>3.3.1 - Do boi só não se aproveita o berro!.....</b>	<b>148</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>150</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>155</b>

## INTRODUÇÃO

### **O Comércio das carnes verdes no Rio de Janeiro e a questão do abastecimento interno - Debates historiográficos.**

Realizaremos um debate historiográfico que aborde o comércio de carnes verdes no Brasil, procurando dar ênfase ao caso do Rio de Janeiro. Com base nesse panorama, buscamos lançar luzes sobre os avanços e lacunas existentes na historiografia a respeito da produção e circulação de carnes verdes na Praça carioca do Oitocentos. Indicaremos alguns aspectos pertinentes à dinâmica do abastecimento interno e as crises cíclicas do abastecimento. Para tal, um debate historiográfico a respeito das abordagens de história local para estendermos o olhar para o Matadouro da Fazenda de Santa Cruz no contexto do abastecimento do Rio de Janeiro no final dos Oitocentos se faz necessário.

Denomina-se carne verde à carne bovina recém-abatida, também chamada de carne fresca, "quando não tendo sofrido processo de conservação, e vendida dentro das trinta horas de seu abate".<sup>1</sup> Seu comércio e abastecimento eram dominados pelos marchantes ou negociantes dos séculos XVIII e XIX, que se envolviam diretamente com os criadores de gado, os atravessadores, os intermediários e os donos de açougues. Eram organizados em associação, e reconhecidos como os mais fortes e competentes, devido à movimentação de grande capital gerado por tal comércio. Havia casos em que os marchantes também eram açougueiros, invernista, e eram ao mesmo tempo criadores. "Os marchantes eram os responsáveis por prover a cidade com este alimento e deveriam obter da Câmara Municipal do Rio de Janeiro licença para comercializá-lo por meio de editais de arrematação por ela lançados".<sup>2</sup>

Ao longo do período colonial, as carnes verdes eram adquiridas nos Matadouros públicos, local de abate dos animais para o consumo, que até a Primeira República no Brasil, eram controlados pelas Câmaras Municipais. Para Tavares, "era a Câmara Municipal, de uma forma geral, o órgão regulador e fiscalizador do abastecimento da cidade e deveria trabalhar para que a população não passasse por privações no

---

<sup>1</sup> TAVARES, Georgia da Costa. *A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012. p. 17.

<sup>2</sup> *Idem*. p. 19.

fornecimento de alimentos".<sup>3</sup> Dessa forma, as Câmaras Municipais formulavam e fiscalizavam os contratos para o seu funcionamento e, através dele, se estabelecia o valor máximo para a compra da res bovina, o mínimo de cabeças de gado a ser abatido por semana, determinando-se a distribuição e o preço da carne para os açougues e a arrecadação de impostos.

Sua importância era tamanha como sendo um gênero alimentício mais produzido e consumido pela população, que no século XVIII, com a expulsão dos Jesuítas que eram responsáveis por várias escolas, a Coroa instituiu o Imposto Subsídio Literário: criado em 1772 pelo ministro Marquês de Pombal, era destinado a custear as reformas no campo da educação e os salários dos professores. Tal imposto, incidia sobre as carnes verdes, os vinhos, todos os tipos de aguardente e o vinagre, sendo sua arrecadação de responsabilidade das Câmaras Municipais.<sup>4</sup> Estava dentro do campo de atuação da Câmara Municipal garantir o fornecimento constante de carne verde e o tabelamento dos preços de corte, o que demandava constante vigilância, por intermédio de seus almotacés, vigiar as condições de higiene, os preços praticados e a arrecadação de subsídios.

Por outro lado, as transformações urbanas decorrentes do aumento demográfico no Rio de Janeiro no início de oitocentos, também impactaram o comércio das carnes verdes gerando a carestia, pois a produção não atendia à enorme e crescente demanda. Desde a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, o Rio de Janeiro vivenciou severas crises de abastecimento, geradas em grande parte, pelo o aumento populacional.

As causas da escassez são quase sempre as mesmas<sup>5</sup>: as distâncias, pois o gado abatido no Matadouro Municipal eram oriundo das regiões dos atuais estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; a longa e penosa travessia feita pelos animais, que eram trazidos pelas comitivas dos boiadeiros do interior até a cidade do Rio de Janeiro; as estradas, que eram muito precárias e escassas; altos impostos eram cobrados das carnes verdes que por ser um produto de grande necessidade na dieta alimentar da população rendia altos lucros aos cofres públicos; os açambarcadores, também

---

<sup>3</sup> *Idem.* p. 20

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Michelly da Silva; SANTOS, Patriciane Xavier Moreira dos; MORAIS, Christianni Cardoso. *Carnes verdes e aguardentes: arrecadação do subsídio literário e investimento em educação na capitania de Minas Gerais (1772-1777)*. e-hum, Belo Horizonte, vol.5, N.2, pp. 136-152 (2012), Editora uniBH. Disponível em: [www.unibh.br/revistas/ehum](http://www.unibh.br/revistas/ehum) Acesso em 10/12/2015.

<sup>5</sup> LINHARES, Maria Yeda. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Ministério da Agricultura, Brasília, s/d.

chamados de atravessadores, eram os que negociavam a venda do gado dos pequenos produtores para o abate na cidade; os marchantes, os negociantes das carnes verdes que controlavam sua produção e distribuição aos açougues para a venda à população; o monopólio, gerado pelos marchantes que dominavam tal comércio e ditava o seu preço; a indiferença ou conivência do poder público que nada faziam para acabar com as atividades dos marchantes.

Na metade do século XIX ocorreu uma grande carestia de alimentos, incluindo as carnes verdes, ocasionada por vários fatores que elevaram o número de habitantes na cidade do Rio de Janeiro. O fim do tráfico negreiro, fazendo com que os escravos apreendidos pelo tráfico ilegal ficassem na cidade, não sendo distribuídos para as fazendas; a promulgação da Lei de Terras de 1850, que garantiu os latifúndios nas mãos dos grandes senhores de terras e impediu o acesso à terra do pequeno produtor e dos escravos libertos, aumentando o quantitativo populacional na cidade; a chegada dos imigrantes europeus para substituir a mão de obra escrava africana nas fazendas, empurrando os escravos libertos para as cidades. Somada a especulação e manipulação do abastecimento interno, por cartéis e monopólios como, por exemplo, os marchantes, que escasseavam no mercado as carnes verdes com o intuito de promover grandes lucros com o aumento do preço e ágio.

Nenhum outro gênero, porém, gerou tão acirrado debate na opinião e desagrado entre a população consumidora e, segundo Maria Yeda Linhares, "nenhum outro como ele deixou documentação tão rica e abundante nos arquivos brasileiros, a ponto de se poder afirmar, sem grande exagero, que a história do abastecimento no Brasil é, sobretudo, a história da carne verde".<sup>6</sup> De todo modo, a carne verde foi um dos produtos eleitos pela população brasileira como gênero alimentício de primeira necessidade<sup>7</sup>. Era considerado insubstituível nas dispensas das famílias brasileiras, e assim, não poderia faltar entre os mantimentos. Entretanto, na documentação relativa ao abastecimento interno no Brasil são recorrentes as reclamações quanto ao preço da carne verde, à baixa qualidade no oferecimento e à escassez. A carne verde enfrentava os mesmos problemas em relação ao transporte que os outros gêneros alimentícios, mas a grande procura da população por esse produto agravava a situação.

---

<sup>6</sup> *Ibidem*. p. 53.

<sup>7</sup> *Ibidem*. p. 54.

Os mesmos centros fornecedores dos outros produtos alimentícios, basicamente eram os mesmos que forneciam a carne verde à cidade do Rio de Janeiro. Eram localizados no interior da colônia, nas regiões dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, com uma distância muito grande dos centros urbanos consumidores. Como afirma Sena e Nogueira, "essa dependência dos produtos vindos do interior era fortalecida pela precária e insuficiente produção dos fornecedores mais próximos"<sup>8</sup>. Não obstante a tudo isso, o problema do abastecimento da carne verde tinha mais um grande entrave, que agravava e favorecia o encarecimento do preço final do produto: a cadeia de transações e atravessadores que envolvia o comércio do gado para consumo. Conforme Linhares apontou, "a cadeia de transações começa muitas vezes em Mato Grosso ou Goiás, passando pelos criadores do centro de Minas, chegando aos comerciantes ou diretamente aos invernistas".<sup>9</sup>

Antes de chegar ao consumidor, o gado chegava ao mercado na Fazenda de Santa Cruz e ao monopólio dos marchantes, que obtinham grandes lucros quando escasseava o gado no mercado.

O comércio de abastecimento de carne verde no Rio de Janeiro, no fim do século XVIII e início do XIX, demonstrou ser bastante competitivo e hierarquizado. Mais importante que a inserção no ofício de comercializá-la era conseguir permanecer no ramo ao longo dos anos. Assim sendo, era imprescindível que os marchantes que desejassem ser bem sucedidos nesse ramo desenvolvessem mecanismos para se estabilizar. Esses mecanismos incluíam a formação de subgrupos para desequilibrar subgrupos rivais; a diversificação de investimentos; o tabelamento de valores nos lances dados nos editais de arrematação e associação de familiares, entre outros.<sup>10</sup>

Desse modo, observa-se que o comércio das carnes verdes no decorrer do século XIX foi marcado por irregularidades, proporcionando constantes reclamações por parte da população urbana e polêmicas entre o governo e os marchantes. A historiografia sobre o abastecimento no século XIX analisa as crises de abastecimento das carnes verdes como, por exemplo, o estudo de Alcir Lenharo, que é fundamental para

---

<sup>8</sup> SENA, Divino Marcos de. E NOGUEIRA, Luiz Gabriel de Souza. "Gado para o consumo: comércio de carne verde e açougueiros em Corumbá, 1870-1888 (Província de Mato Grosso)". *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 2, jul.-dez., 2013.

<sup>9</sup> LINHARES, Maria Yeda. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Ministério da Agricultura, Brasília, s/d.

<sup>10</sup> TAVARES, Georgia da Costa. *A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012. p. 17.

entendermos a complexidade do processo de abastecimento entre os séculos XVIII e XIX. Este autor realizou profundo estudo sobre o setor de abastecimento no sul de Minas Gerais, em sua obra “As tropas da Moderação”<sup>11</sup>, apontando a grande produção pecuarista da região voltada para o fornecimento à Corte do Rio de Janeiro.

De acordo com o autor, na primeira metade do século XIX teria emergido uma classe proprietária que, pouco a pouco, passou a ter uma maior projeção política chegando a influir e participar da formação do Estado Nacional, sobretudo no período da Regência. Assim, "o mercado interno teria tido vigor o suficiente para acumular riqueza, integrar o Centro-Sul e gerar novos personagens da elite política nacional".<sup>12</sup> Lenharo ainda analisa como as poderosas famílias de negociantes eram todas envolvidas no comércio de abastecimento, chegando a dominar todas as etapas desde a produção até a venda a varejo nas praças de comércio na cidade, articulando-se ainda aos intermediários no comércio das boiadas. Assim, ele evidenciou que a pobreza, dependência e endividamento dos produtores mineiros em relação aos intermediários, tornavam estes últimos os grandes beneficiados nesse processo produtivo, alcançando grandes lucros, comprando dos produtores a preços baixos e vendendo no Rio a preços mais caros. Esta é a primeira característica a ser ressaltada sobre a estrutura de comércio, que determina a concentração dos lucros desse negócio no setor mercantil e não na mão de produtores.

Ao abordar a História do Abastecimento, Maria Yedda Linhares, trouxe à luz a problemática da agricultura brasileira até então rotulada quase exclusivamente como monocultura e marcada pela exogenia, ou seja, com toda produção voltada para o mercado externo. Em sua obra “História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)”<sup>13</sup>, pesquisa encomendada pelo Ministério da Agricultura, Linhares analisou a questão do abastecimento no Brasil, entre os períodos de 1530 a 1918. A preocupação era buscar no passado algo que pudesse contribuir para explicar os problemas do abastecimento que afligiam as populações dos centros urbanos brasileiros e que desafiavam soluções administrativas.

---

<sup>11</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Ed. Símbolo.1979.

<sup>12</sup> *Idem*. p. 38.

<sup>13</sup> LINHARES, Maria Yeda. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Ministério da Agricultura, Brasília, s/d.

Linhares afirma que uma crise de abastecimento não pode ser entendida apenas como uma simples obstrução nos meios de comunicação existentes, mas que deve ser compreendida através de uma análise de produção, da circulação e do consumo, vinculando-se isso com as estruturas sociais vigentes no período a história agrícola, os hábitos e técnicas de cultivo, a organização fundiária, os transportes, a renda gerada, o consumo urbano, a política para o tema, os hábitos alimentares, as mentalidades, e outros aspectos. Ainda segundo Linhares, a política do Estado não atuava para promover o desenvolvimento da produção voltada para o consumo da população, pois somente a exportação e a importação geravam receitas para sua montagem e sustentação. Tal política dava incentivo para a classe de produtores rurais e comerciantes urbanos estarem em consonância com as exigências do mercado externo, política essa que contribuía para as sucessivas crises de abastecimento, devido ao povoamento crescente.

Nesse contexto, o capital mercantil e o capital industrial, encontrariam no comércio da carne verde um vantajoso campo de expansão, seguidos pelos produtores e por uma rede de comercialização.

A carne verde, mais do que qualquer outro gênero de alimentação, persistiu no passado brasileiro como um problema de abastecimento dos centros urbanos a desafiar leis, instituições, regimes políticos, doutrinas econômicas, governantes, consumidores e soluções. Dela sempre todos se queixam - má qualidade, escassez, carestia, como uma litania que tem seus primeiros refrões no século XVII e penetra na República, sem quebra de ritmo.<sup>14</sup>

Francisco Carlos Teixeira da Silva, em sua tese de doutoramento intitulada de “A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)”<sup>15</sup>, voltou suas preocupações para os grupos sociais, os preços, a morbidez, as regras comportamentais, as crises e as mudanças, para abordar as crises de abastecimento e a escassez de alimentos, comparando o abastecimento na Bahia com o do Rio de Janeiro. Para tal estudo, Silva utilizou o método de História Comparada para interpretar os fenômenos de periodicidade dessas crises, desencadeadas a partir das variações climáticas, como grandes períodos de seca que provocavam a esterilidade do solo e a diminuição da

---

<sup>14</sup> *Ibidem.* p. 55.

<sup>15</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1990. p. 404.

colheita, acarretando fome, carestia e penúria. Assim, a fome era vista pelo poder público com naturalidade, devido a sua relação com as condições climáticas e geográficas, sem muita relação com o homem.

Silva define crise de subsistência como a existência de um mercado desregulado, no qual a produção não atendia ao contingente populacional. As causas se deviam à estrutura colonial, considerada por ele deficiente, e incluía problemas no acesso à terra, no transporte, no armazenamento e nas imposições do Estado à produção. Além da ação do capital mercantil e o plantacionismo (tabelamento dos alimentos a um valor baixo, beneficiando os grandes produtores voltados para a exportação). Silva cita ainda a limitação ecológica e a falha tecnológica.

A estrutura fundiária, imposta por motivos de reprodução social das hierarquias coloniais (e não em função exclusivamente de exigências técnicas), a deficiência dos transportes e do armazenamento são elementos explicativos fundamentais, aos quais devemos somar as imposições do Estado tanto em taxas e direitos, como fundamentalmente em produtos e homens.<sup>16</sup>

Entretanto, podemos considerar como marco que influenciou diretamente a inserção das pesquisas regionais no debate acerca da História Econômica do Brasil, obra de João Luís Fragoso (1992), "Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830".<sup>17</sup> Fragoso, apresentou duras críticas às interpretações da economia colonial que davam exagerada importância à acumulação de excedentes por parte da metrópole, através da exploração colonial. Fragoso defendeu a hipótese da formação de "um mercado interno que produzira acumulações endógenas ao espaço colonial, gerando uma elite econômica residente, calcada em valores aristocráticos, e, conseqüentemente, reprodutora de uma hierarquia social excludente".<sup>18</sup> Em posterior estudo em parceria com Manolo Florentino, Fragoso apontou o desenvolvimento da colônia "como um processo de acumulações internas, gerada, sobretudo, pelo fluxo mercantil".<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> *Idem*, p. 404.

<sup>17</sup> FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1992.

<sup>18</sup> *Idem*. p. 45.

<sup>19</sup> FRAGOSO, João Luíz Ribeiro e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto- mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001. p. 34.



Outra pesquisa importante para análise específica do abastecimento das carnes verdes no Rio de Janeiro oitocentista foi a de Pedro Henrique Pedreira Campos<sup>20</sup> que direciona seu trabalho para a acumulação e o poder no abastecimento de carnes verdes. Campos discutiu a respeito de diversos problemas relacionados ao comércio das carnes verdes e do charque. Esta era forma mais comum de alimentação a partir da réis bovina, constituindo-se da carne proveniente do animal recém-abatido, que era retalhado e tinha suas partes vendidas pelos açougues da cidade. Campos observou as disputas dos grupos que a compunham a sociedade civil na intenção de promover seus interesses e obter uma base hegemônica em defesa de seus interesses.

Campos pontuou os diversos estudos sobre a História do Abastecimento no Brasil a partir das características e interesses regionais. Assim, dividiu a historiografia do abastecimento em três grupos ou gerações, nesta destaca no primeiro grupo, os trabalhos sobre o abastecimento da região de Minas Gerais, no século XVIII, realizados por Mafalda Zemelha e Myriam Ellis. No segundo grupo, aqueles que abordam o abastecimento nos primeiros anos do século XIX, em especial, no período da emancipação política do Brasil. O terceiro grupo, diferente do primeiro e do segundo que são oriundos da USP (Universidade de São Paulo), pertence ao grupo de História agrária da UFF (Universidade Federal Fluminense), liderado por Maria Yedda Linhares, e sob influência da História Regional francesa, é o grupo de maior produção.

Abordam temas como “Modo de Produção Escravista Colonial”<sup>21</sup> e a “Brecha Camponesa da Escravidão”, pois entendiam que as relações de trabalho na colônia portuguesa tinham características próprias, além de fugir aos conceitos estabelecidos pelos historiadores até então, assim como os escravos foram permitidos de plantarem no meio da lavoura os alimentos para o seu próprio sustento, existem no debate desse grupo. Em relação ao abastecimento e as crises de escassez e carestia, superaram as explicações existentes pelos outros grupos ao selecionarem quatro causas para as crises: causas naturais; a tendência da pequena produção a ser de subsistência; a produção voltada para artigos mais lucrativos e a concorrência entre a produção para o

---

<sup>20</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: Negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835)*. São Paulo: Alameda, 2010.

<sup>21</sup> Para Ciro Cardoso o conceito de modo de produção deve passar pela articulação historicamente dada entre as forças produtivas e as relações de produção. A proposição para o sistema escravista da América portuguesa baseia-se na utilização estrutural da mão de obra escrava na reprodução da economia colonial. In CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis. Editora Vozes, 1979.

abastecimento e a produção para exportação, que classificam como principal causa da escassez e carestia.<sup>22</sup>

O caráter de colônia de exploração, com sua produção voltada para o mercado externo, rendia muito lucro para a Coroa portuguesa. Sendo assim, a Coroa portuguesa não via como um problema de governo e não tinha interesse em melhorar o abastecimento interno no Brasil Colônia e, não criava incentivos para desenvolver a produção para o mercado interno, mesmo com o constante crescimento populacional e suas necessidades de gêneros alimentícios para sobreviverem. Tal descaso pode ser evidenciado nas estradas precárias que dificultavam o escoamento de produtos do interior da colônia para os centros urbanos. Os caminhos encontravam muitos obstáculos, porque as longas distâncias eram feitas em escassas e mal conservadas estradas, que conseqüentemente agravavam o já penoso transporte dos animais, além da rara oferta de mão de obra para fazer este transporte.<sup>23</sup> Não esquecendo que as leis aplicadas na colônia, como a proibição de abertura de fábricas e indústrias e os altos impostos sobre os produtos, barravam o desenvolvimento do comércio interno, pelo fato de não haver uma política de governo visando a melhoria das estradas para o escoamento dos produtos e incentivos a produção para o mercado interno, pois era crescente a população nos núcleos urbanos das cidades.

A mudança do status político do Brasil, de Colônia a Reino, com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, acenava como uma solução para o problema do abastecimento. Entretanto, a Coroa não tinha nenhum projeto para solucioná-lo. E, ao contrário do que se esperava, o problema se agravou com o aumento populacional, fazendo-se necessária a adoção de uma política comercial organizada e articulada que desse conta dos novos problemas que se apresentavam na cidade. O problema é que não havia na colônia uma produção totalmente voltada para o mercado interno. Era a produção familiar que vendia o seu excedente para os centros urbanos, e para uma produção maior, não tinham como investir. Para tal produção seriam necessários grandes investimentos por parte da Coroa e dos comerciantes. Assim, o príncipe regente

---

<sup>22</sup> FRAGOSO, João Luíz Ribeiro e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto- mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

<sup>23</sup> SENA, Divino Marcos de. e NOGUEIRA, Luiz Gabriel de Souza. “Gado para o consumo”: comércio de carne verde e açougueiros em Corumbá, 1870-1888 (Província de Mato Grosso). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 2, jul.-dez., 2013.

para tentar melhorar o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro adotou as seguintes medidas:

[...] passou a Intendência Geral de Polícia a tarefa de fiscalizar e administrar o mercado de carne verde, antes destinadas à Câmara Municipal; isentou o gado de alguns impostos; realizou doações de sesmarias em terras por onde o gado passava, em sua maioria na Fazenda de Santa Cruz; proibiu o recrutamento de tropeiros, para que houvesse homens disponíveis para trazer o gado; e deu permissão para que particulares abrissem estradas a fim de facilitar a circulação das tropas.<sup>24</sup>

Dom João VI, em 1821, acabou com o sistema de contrato; e, em 1823, deu-se o fim do tabelamento do preço da carne nos açougues. Segundo Lenharo, o fim do tabelamento ocorreu porque havia uma intensa disputa na Câmara Municipal entre os comerciantes portugueses e os marchantes, o que fez com que Dom Pedro I decretasse o livre comércio da carne verde.<sup>25</sup> Na teoria, a oferta de carne verde seria ampliada com o fim do monopólio e do tabelamento, o que provocaria a queda dos preços. Aconteceu o contrário: eles subiram. A carne verde passou a ser vendida por mais que o dobro dos quarenta réis, valor do preço do tabelamento para a libra<sup>26</sup>. Assim, a carne continuou um produto de luxo: antes, porque era escasso; depois, porque a forte especulação produzia a elevação do preço.<sup>27</sup>

Neste sentido, a política de doação adotada por Dom João VI, que obrigava a quem tinha criação a doar uma réis, foi encarada como uma alternativa para o governo tentar barrar a escassez no abastecimento para a Corte no Rio de Janeiro onde os animais eram doados para o abate e deixados na Fazenda de Santa Cruz. Outras políticas foram criadas ao longo do século XIX para a melhoria das estradas e abertura de novas, para a criação de feiras e mercados livres, seguindo as medidas de higiene e saúde pública, para a venda de produtos aos consumidores.

No caso do gado, a circulação era um dos grandes problemas a serem sanados. Para isso, o Caminho Novo, a Estrada do Comércio e a da Polícia, antes atalhos abertos pela população, receberam investimentos de fazendeiros e criadores de gado e foram

---

<sup>24</sup> AMANTINO, Marcia e ENGEMANN, Carlos. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 321.

<sup>25</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo. Ed. Símbolo.1979. p. 22.

<sup>26</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: Negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835)*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 55.

<sup>27</sup> AMANTINO, Marcia e ENGEMANN, Carlos. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 321.

transformados em vias importantes para o escoamento da produção de Minas Gerais para a corte.<sup>28</sup> Todas essas medidas foram implementadas tão somente para garantir o abastecimento de carnes verdes de tão grande importância para a dieta alimentar. A política joanina promoveu ações que contribuíram para o favorecimento de pessoas que tinham alguma influência no governo, recursos financeiros e interesses no comércio de abastecimento<sup>29</sup>, como os boiadeiros, os comissários, os marchantes, os açougueiros e, principalmente, os vereadores da Câmara Municipal, que usavam de seus cargos e influências para garantirem altos ganhos.

### **Um pouco de História local e Propriedade.**

A abordagem historiográfica em relação à formação social e econômica do Brasil está passando por significativas transformações, na qual a concepção da existência de uma economia interna tem emergido nas pesquisas e se sobrepondo as antigas e tradicionais abordagens da história do Brasil. Negociantes, banqueiros e fazendeiros locais que lucravam com a circulação interna de mercadorias no Brasil, modificam a antiga hierarquia social, mostrando que não foi dominada somente pelos barões e coronéis do campo que exportavam para o mercado europeu. Assim, uma nova janela se abre para contribuir com a historiografia brasileira, através das pesquisas regionais e de abordagem específicas. Por exemplo, este trabalho, que se dedica a segunda metade do século XIX, 1870 a 1890, a questão do abastecimento na cidade do Rio de Janeiro, em específico, as carnes verdes, e a transferência do Matadouro para o curato de Santa Cruz, na Imperial Fazenda de Santa Cruz.

A relevância de se pesquisar uma determinada região foi defendida por Pierre Goubert por meio da História Local. Ele a define como

[...] aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick, pays francês, ou assim como o nosso objeto de estudo, uma fazenda com grandes dimensões territoriais).<sup>30</sup>

<sup>28</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo. Ed. Símbolo.1979. p. 49.

<sup>29</sup> AMANTINO, Marcia e ENGEMANN, Carlos. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 321.

<sup>30</sup> GOUBERT, Pierre. "Local History". In: *Historical Studies Today*. New York: Ed. By elix Gilbert and Stephan R., 1972. p. 26.

A história local se tornou importante por estabelecer certas evidências, embora se mostrassem em alguns pontos limitadas. Suas estatísticas, compiladas com certa margem de segurança, contestava algumas ideias “gerais”, preconceitos e aproximações que ocorriam na falta de investigações mais precisas. A prática cuidadosa da história local e a multiplicação de monografias sobre regiões específicas podem levar muito mais além; podem relativizar muitas concepções gerais anteriormente consolidadas em tantos livros, ensaios ou palestras. Desse modo, a pesquisa micro-regional, além de reduzir a escala da abordagem geográfica, também permite avaliar a representatividade da amostragem regional ou local em relação ao macro-conjunto. Esse novo contexto das investigações históricas no Brasil possui uma imensa e diversificada documentação, o que garante novas possibilidades de investigação histórica.

O debate será alimentado por estudos de história econômica, do abastecimento interno e propriedade, dialogando com os especialistas do tema, possibilitando a análise proposta, das ações e interesses na transferência do Matadouro Público. São as técnicas da história local, somadas com as da micro história que possibilitarão trazer à luz o anônimo que poderia passar à margem da história. A análise do micro possibilita a compreensão do processo, conferindo maior profundidade no recorte. Entretanto não se pode ignorar o diálogo constante entre o micro e o macro.<sup>31</sup> Essas análises guardam distância crítica em relação a abordagem macrossocial e se esforça para dar luz à experiência dos atores sociais, o cotidiano e o vivido, convidando a rever convicções estabelecidas sobre a construção social.

As estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante do historiador. O trabalho de campo deverá levar a sério migalhas de informações e tentar compreender de que maneira este detalhe individual, aqueles retalhos de experiências dão acesso as lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores.<sup>32</sup>

Partimos do macro ao analisarmos o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, e os problemas acarretados pelo seu mal funcionamento, gerando escassez e ágio aos alimentos, em especial, as carnes verdes. Dissecamos esse macro para estabelecermos os principais agentes que fomentavam as crises constantes no abastecimento, selecionando as personagens principais para a ocorrência dessas crises. Deste modo, as

---

<sup>31</sup> *Idem.* p. 28.

<sup>32</sup> *Ibidem.* p. 33.

ações dos marchantes, as deliberações da Câmara Municipal e a ineficiência do Matadouro de igualar oferta e procura, se fez necessário a construção de um novo prédio, mais amplo e moderno, e que também abrigasse a praça do comércio das carnes verdes, como campos para o descanso e engorda do gado, casas para o preparo dos miúdos e salgado para o couro, tanques para o preparo do sangue, etc.

Os métodos de história local nos possibilitam a pesquisa e o entendimento, não somente da escolha da Fazenda de Santa Cruz para abrigar essa nova praça, como também, a origem da Fazenda, a sua importância na conjuntura do abastecimento da Cidade do Rio de Janeiro, da remota sesmaria doada a Cristóvão Monteiro, a maior fazenda jesuítica da América, que após o decreto de expulsão dos jesuítas e o sequestro dos seus bens, passa a pertencer a família real portuguesa. Buscamos trabalhar metodologicamente com a análise da história local, ao mesmo tempo em que nossa pesquisa se insere no campo da História econômico-social e da Propriedade.

Nosso recorte temporal começa na década de 1870, quando retorna<sup>33</sup>, na Câmara Municipal, o debate sobre a necessidade de uma nova praça para o comércio das carnes verdes, os quesitos que as terras deveriam ter para proporcionar tal mudança e a decisão definitiva de ser o Campo de São José, nas terras da Fazenda de Santa Cruz, e termina na década de 1890, com o funcionamento do novo Matadouro. As fontes primárias relacionadas à Fazenda de Santa Cruz, sua situação social e econômica, antes e após a construção do Matadouro Municipal, serão utilizadas, para assim, analisarmos as transformações socioeconômicas ocorridas na Fazenda de Santa Cruz com a transferência e funcionamento da nova praça de mercado das carnes verdes para seu âmbito.

Rosa Congost ao analisar a questão da propriedade, através do caso da Catalunha, nos propõe a desconstruirmos a ideia de propriedade engajada apenas nas leis. Nos convida a um estudo diferenciado, a abriremos outros caminhos, e assim nos possibilitar a uma nova forma de enxergar e explorar velhos problemas históricos sobre a propriedade. Uma questão muito atual, pois acabamos de presenciar um plebiscito em que o povo catalão reivindica a sua autonomia, e a severa repressão do Estado espanhol, que há séculos se baseia nas tradicionais leis, e nega fortemente a independência política

---

<sup>33</sup> Tal debate se iniciou no final da primeira metade do século XIX, devido a grande demanda pela carne verde, resultado do aumento populacional na cidade do Rio de Janeiro. O Matadouro da Praia de Santa Luzia não tinha capacidade para atender a essa demanda. Assim, surgiu a necessidade de se construir um novo prédio para o Matadouro, para aumentar a produção e solucionar a relação oferta e procura.

desse povo. A Catalunha está em uma região geográfica de fronteira entre a França e a Espanha, e não se considera pertencer nem a França, muito menos a Espanha. Não se encaixa nos modelos tradicionais de propriedade, que utilizam as formas inglesas e francesas. O que contradiz, e nos proporciona a buscar um estudo diferenciado. Congost afirma que "a ideia congelada que temos sobre a propriedade, firmada nos códigos e sobretudo, sacralizada em nossas mentes"<sup>34</sup> não atende ao caso da Catalunha, e expõe a necessidade de se analisar historicamente o processo de construção de propriedade. Considera que

[...] não somente os historiadores, mas o conjunto das ciências sociais, de diversas escolas, tem caracterizado e caricaturado, o Estado Liberal moderno como instituição que protege e garante o direito de propriedade. Os modelos de desenvolvimento que tem dominado o discurso historiográfico nas últimas décadas, vem tendo reconhecimento e um consenso quase universal.<sup>35</sup>

No caso da Fazenda de Santa Cruz, prevaleceu as Ordenações Ibéricas, usadas desde o início da colonização do Brasil e ainda eram utilizadas pela Coroa portuguesa no século XIX, e até mesmo no Império brasileiro, para o acesso à terra. Essa forma de tradição nas doações de sesmarias, levou ao fatiamento da Fazenda e ao decreto da enfiteuse perpétua, utilizando leis da Idade Média, e que não garantia a posse efetiva e nem o título de propriedade, a quem arrendasse algum lote de terra.

Sendo assim, abordaremos no primeiro capítulo a questão da propriedade na Fazenda de Santa Cruz, fazendo um breve histórico fundiário. Da Carta de Doação de Sesmarias, perpassando por propriedade da Companhia de Jesus e o seu desenvolvimento até o confisco pela Coroa portuguesa, que proporcionou o seu fatiamento, para analisarmos a quem pertencia a Fazenda, no período por nós estudado. Para tal, a questão da propriedade é analisada sob o domínio dos Jesuítas por quase dois séculos, sob o domínio da Coroa portuguesa após o seu confisco e sob o Governo Imperial.

No segundo capítulo, através das Atas de sessões da Câmara Municipal, analisaremos os debates sobre a transferência do Matadouro. Os quesitos apresentados para a necessidade de se transferir, as justificativas utilizadas para tal empreendimento e a escolha do local a se construir o novo Matadouro. O edital para a concorrência das

---

<sup>34</sup> CONGOST: 1990 , p. 11

<sup>35</sup> *Idem*, p. 16

empreiteiras e as exigências elencadas no projeto. assim como, a decisão de ser a Fazenda de Santa Cruz a abrigar a abrigar tal empreendimento. O desenrolar das obras e os conluios entre empreiteiro e o Ministro do Império, que mesmo com todas as denúncias e comunicações de irregularidades, permaneceram a causar danos ao Tesouro Nacional. O desenrolar das obras do Novo Matadouro foi analisado pelo processo de rescisão do contrato com a empreiteira, e todas as irregularidades encontradas e documentadas durante três anos, sem que o Governo tomasse as devidas providências. A forte intervenção do vereador Ferreira Nobre, para a conclusão das obras e o início do funcionamento do Matadouro, e todos os seus favorecimentos e abusos de poder em detrimento da Câmara Municipal.

O terceiro capítulo apresentaremos as transformações socioeconômicas da Fazenda com o início das obras e funcionamento do Matadouro. O deslocamento populacional, o crescimento urbano, a extensão da malha ferroviária até Santa Cruz, bonde e vapores, ligando a Fazenda a outros curatos e freguesias. Novas atividades econômicas, o crescimento do comércio, além da movimentação diária de centenas de pessoas que tinham negócios com o Matadouro. Assim como o saneamento e o abastecimento d'água. Afinal, "do boi só não se aproveita o berro!"



## CAPÍTULO 1

### **A Fazenda de Santa Cruz antes da construção do Matadouro: uma breve história fundiária.**

A proposta de se construir um Matadouro na Fazenda de Santa Cruz surgiu com o processo de deterioração do primeiro Matadouro do Rio de Janeiro, construído em 1774, pelo vice-rei Marquez do Lavradio, na Praia de Santa Luzia, onde atualmente se encontra o Passeio Público. Antes de sua construção, como citado em Freitas,<sup>36</sup> o grande historiador Vieira Fazenda, memorável autor das preciosas 'Antiquilhas', afirma que funcionou um Matadouro nos terrenos da antiga Cadeia Velha, onde esteve preso Tiradentes, e hoje local do belo edifício da Câmara dos Deputados".<sup>36</sup> O Matadouro de Santa Luzia funcionou até 1853, quando foi totalmente transferida a produção das carnes verdes para o Matadouro do Aterrado de São Cristóvão, na atual Praça da Bandeira, construído pelos marchantes e arrendado a Câmara Municipal, para atender a demanda.

Durante o governo de D. João, iniciou-se em 1820 a construção de um Matadouro nas mediações do campo de Santana, no local mais tarde conhecido como São Diogo, onde em 1812, havia um pequeno abatedouro, tão rústico e imprestável, que a Intendência de Polícia, na época responsável pela urbanização da cidade, demoliu a bem da higiene e estética urbana.<sup>37</sup>

Devido o acelerado crescimento urbano, a falta de espaço para o gado ser alojado se tornou um dos problemas para a manutenção do Matadouro nesta região, além das crescentes reclamações dos moradores a respeito da falta de higiene oriunda dele. Dessa forma, após vários anos de debates sobre a necessidade de uma nova praça para abrigar o novo Matadouro, o Campo de São José, na Fazenda de Santa Cruz, foi definitivamente escolhido para sediá-lo.<sup>38</sup> Sendo assim, um breve histórico do processo de formação da Fazenda de Santa Cruz, sua dinâmica social e econômica antes da construção do Matadouro, se faz necessário para entendermos os motivos da escolha

---

<sup>36</sup> FREITAS, *Op. cit.* p. 24.

<sup>37</sup> FREITAS, *Op. cit.* p. 25

<sup>38</sup> Alguns estudos foram desenvolvidos sobre o comércio de carnes verdes no Rio de Janeiro. Entre eles destacam-se as pesquisas mais recentes de Pedro Campos e de Georgia Tavares. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: Negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835)*. São Paulo: Alameda, 2010; TAVARES, Georgia da Costa. *A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

desse local para sediar o novo Matadouro. Além da participação da Fazenda, desde o período jesuítico, na dinâmica de abastecimento no Rio de Janeiro.

A Fazenda de Santa Cruz apresentou várias facetas quando analisamos dentro de uma noção de propriedade, marcada por diferentes momentos que a caracterizaram de formas diferenciadas, que ora favoreceu o seu crescimento econômico, ora levou a sua decadência, e por fim, ao seu total desmembramento. As mudanças nas legislação portuguesa para se transmitir uma propriedade de terra, teve grande interferência ao longo do período de existência da Fazenda de Santa Cruz, uma vez que de uma sesmaria se tornou a maior propriedade dos Jesuítas no Brasil, e terminou como propriedade da família imperial. Assim, ao esbarrarmos na determinação do Imperador, após longos anos de debates na Câmara Municipal pelo local que iria abrigar o novo Matadouro, por ser a Fazenda de Santa Cruz o local da construção, nos fez procurar entender as características dessa propriedade. E, principalmente, a quem atenderia essa instalação, já que a fazenda estava a 55 quilômetros de distância da cidade do Rio de Janeiro, a principal praça de consumo das carnes frescas.

Para um entendimento da dinâmica de processo para a propriedade da terra, utilizaremos as definições de Motta, que ao analisar os conflitos pela terra no século XIX, em Paraíba do Sul, município vizinho aos domínios da antiga Fazenda de Santa Cruz, identificou os seguintes atores sociais:

[...] os Fazendeiros, que eram aqueles que fizeram Registro Paroquial de suas terras e assumiram cargos públicos como juízes e/ou vereadores; os Lavradores, que registraram suas terras nos Registros Paroquiais, tinham o reconhecimento pela comunidade, mas não conquistaram cargos públicos e/ou políticos; os Arrendatários, que o próprio nome já diz. Alguns também eram fazendeiros e formavam um grupo bem diverso e com complexa relação entre os grandes e pequenos arrendatários; e os Pequenos Posseiros, que não registraram suas terras no Registro Paroquial. Se diferenciavam dos fazendeiros e lavradores que também eram posseiros, pelo tamanho da terra.<sup>39</sup>

Tais atores sociais analisados por Motta, fazendeiros, lavradores, arrendatários e posseiros, surgiram na Fazenda de Santa Cruz, após o sequestro dos bens jesuíticos, sendo a Fazenda incorporada como propriedade particular da família real, e começou a ser fatiada, primeiro como arrendamentos e depois como doações, aos familiares e amigos dos superintendentes que a administraram. Tal fatiamento foi aumentado com a

---

<sup>39</sup> MOTTA, Márcia M. Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 63-64.

chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, com a doação das áreas de maior produção, principalmente de cana e café, a nobreza e amigos que vieram com a família real, pelo príncipe regente D. João IV.

### **1.1 - A formação da Fazenda Jesuítica.**

A Fazenda de Santa Cruz teve sua origem com o requerimento de posse (cessão de sesmaria) concedida a Cristóvão Monteiro, que alegou os serviços prestados a Coroa Portuguesa, pelo combate e expulsão dos franceses, dessa mesma terra. Tal requerimento foi lavrado em 30 de dezembro de 1567, por Pero Ferraz, lugar-tenente de Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente. O atual estado do Rio de Janeiro fazia parte dessa capitania. Devido a constante guerra entre os índios em todo litoral da Baía de Sepetiba, de Mangaratiba a Guaratiba, somente em 1576 se instalou na sesmaria, o que o próprio documento de concessão declarava "se entenderá, depois que a terra estiver pacífica por ora estar em guerra".<sup>40</sup> Ao assumir o senhorio da imensa sesmaria, construiu um engenho e uma capela, no Curral Falso, localidade que atualmente se encontra a igreja de Nossa Senhora da Glória<sup>41</sup>, no Largo do Cesarão.

Com o falecimento de Cristóvão Monteiro, sua viúva Marquesa Ferreira, como era da vontade do marido, legou metade de sua gleba aos Jesuítas, deixando a outra metade por herança à sua filha Catarina Monteiro casada com José Adorno. A escritura de doação foi assinada pelas testemunhas Estevam de Araújo e Jerônimo Barradas, já que a Marquesa Ferreira não sabia ler nem escrever, em 07 de dezembro de 1589. Cinco dias após, foi feita a permuta em Santos, da outra metade pertencente à Catarina Monteiro com as terras que os Padres possuíam em Santo Amaro. E assim, por meio de compra, permuta e doações, os Jesuítas foram anexando mais terras ao longo do litoral, de Guaratiba à Angra dos Reis, e seguindo o Rio Guandu para o interior da Capitania. Plantaram várias árvores frutíferas, para assim estabelecer, a benfeitoria, e fixaram a Cruz de Cristo, denominando a vasta planície de Santa Cruz. Inteiramente constituída, legitimada e conquistada, a Fazenda de Santa Cruz tornou-se o mais opulento patrimônio de toda a Companhia de Jesus no Brasil e em toda América espanhola.

---

<sup>40</sup> FREITAS, Benedito. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Era Jesuítica 1567-1759*. Volume I. Rio de Janeiro, 1985. S/ed. p.31.

<sup>41</sup> O escrivão da Ouvidoria do Crime, Pedro Henrique da Cunha esteve neste local em 1790, e registrou as ruínas destas construções. Citado em *ibidem*, p.32.

Segundo as Ordenações ibéricas, a formalidade necessária para a aquisição de propriedade imobiliária era a tradição. A tradição era a entrega da coisa alienada para o adquirente realizada pelo vendedor ou a realização de um ato que simbolizasse essa entrega. Para a alienação ocorrer, não bastava uma declaração de vontade de entregar o domínio, fazia-se necessário também o ato de investir o comprador na posse da coisa transferida. Isto ocorria na presença do oficial público e de testemunhas, dando publicidade ao negócio. A tradição era, portanto, uma formalidade importantíssima para a transmissão da propriedade naquele momento.<sup>42</sup>

Tal ritual, um importante ato legal, também ocorreu quando se efetuou a posse pelos Jesuítas da Fazenda. Benedicto Freitas cita, que estavam presentes o padre Estevão da Gram, que era o Procurador do Colégio do Rio de Janeiro, a unidade administrativa de todos os bens da Companhia de Jesus na Colônia, o Juíz Ordinário do Conselho da cidade, Manuel de Castilho, o representante da Coroa durante o ato, e que presidiu esse importante ato legal de transmissão de propriedade, seguindo a Tradição, além de autoridades locais, testemunhas. "O Porteiro da Justiça, Manoel Fernandes, após dizer as palavras características da Tradição e não sendo contradito pelos presentes, arrancou ramos das árvores e colocando nas mãos do Procurador do Colégio, o declarou empossado das terras em questão"<sup>43</sup>. E assim, se concretizou a doação da metade da Fazenda, pela viúva de Cristóvão Monteiro, a Marquesa Ferreira, no seu leito de morte.

A presença dos Jesuítas na Cidade do Rio de Janeiro se deu pela razão da criação desta Companhia, no período da Contra-reforma, que era combater a disseminação do protestantismo e levar a fé católica aos povos pagãos do Novo Mundo. Assim, expulsar os franceses protestantes e catequizar os índios do litoral da Baía de Guanabara, fez jus aos seus objetivos.

A partir do apoio que deram às autoridades coloniais, os jesuítas tornaram-se peças fundamentais no intrincado sistema de alianças e guerras contra índios e estrangeiros, de modo que facilitaram o estabelecimento de núcleos populacionais na região e contribuíram, mesmo que de forma embrionária, para a implantação da defesa contra a pirataria francesa e índios hostis, além de construírem uma força de reserva, tendo como suporte os índios dos aldeamentos, aliados imprescindíveis.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> RODRIGUES, Pedro Parga. *As frações da classe senhorial e a lei hipotecária de 1864*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 24.

<sup>43</sup> FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Volume I*. Edições do Autor. Rio de Janeiro, 1985. p. 33.

<sup>44</sup> AMANTINO, Marcia e COUTO, Ronaldo. *In Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 15.

O Rio Guandu que abastece toda a extensão da Fazenda de Santa Cruz, e um dos meios fluviais de comunicação com o mar, dificultava com suas enchentes o trabalho de expansão econômica das terras da fazenda. Os jesuítas executaram obras vultuosas visando beneficiar a imensa área de seu vasto domínio, principalmente as que se relacionavam com o transporte de mercadorias de suas oficinas, os produtos agrícolas e a criação de gado. Para isso, construíram próximo a fábrica de tijolos e telhas da fazenda, uma ponte, hoje tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHN), com um adequado sistema de comportas para fechar o leito do Rio Guandu ao curso das águas, que inundavam campos e terrenos que se destinavam à agricultura, com o fim de diminuir o mais possível volume de água nas grandes enchentes, descarregando-as sobre o Rio Itaguaí o seu excesso.



---

<sup>45</sup> A Ponte dos Jesuítas datada em 1751. O Rio Guandu foi desviado, após o decreto de tombamento pelo Patrimônio Histórico Nacional na década de 1930, para que a construção fosse preservada. Se localiza as margens do Rio Guandu, na localidade do Jesuítas, comunidade formada ao entorno da Ponte. Se na época das enchentes as águas ameaçavam invadir terrenos de uma a outra margem, os jesuítas fechavam as comportas. Diante desse obstáculo o volume d'água tinha saída fácil por um canal até o mar. Conforme nos diz Noronha dos Santos, "era a natureza obedecendo à inteligência do homem".



O grande interesse dos jesuítas em agregar terras as que havia recebido por particulares em seus leitos de morte, e comprar ou permutar outras terras, e assim formar a Fazenda de Santa Cruz, era a sua localização. A Baía de Guanabara e o Rio Guandu possibilitavam grandes transações comerciais, como o caminho da prata que saía de Buenos Aires e suas embarcações paravam na Fazenda para a compra de gado paga com peças de prata. Assim como suas estradas possibilitavam a entrada e saída de diversos produtos, entre eles o contrabando de ouro saído das Minas Gerais. E a distância, impedia a fiscalização das autoridades estabelecidas na capitania de São Vicente. A grande produção de variados produtos agrícolas e a criação de gado que abastecia várias cidades, nas terras da Fazenda "representavam um espaço político e um símbolo do poder dos padres, na medida em que eles congregavam nelas e em torno da ordem um número avultado de escravos e índios prontos a defender seus interesses."<sup>47</sup>

A propriedade fundiária da Fazenda de Santa Cruz teve ao longo da sua história diversas formas de ser transmitida a propriedade. As terras da Fazenda faziam parte da

---

<sup>46</sup> O Braço da Fazenda de Santa Cruz, como era o costume da época, foi elaborado pelos jesuítas e mostra os importantes marcos por eles deixados. Na parte superior a Ponte dos Jesuítas, ao meio, lado esquerdo o arado, lado direito o gado, abaixo o Rio Guandu, de grande importância para o desenvolvimento e escoamento da produção, e a Santa Cruz, símbolo máximo dos Jesuítas. Alguns símbolos foram incorporados posteriormente ao Braço, como a coroa de uma cidade imperial, seguida da estrela, símbolo da República. Aos lados, o peixe, de cidade marítima. As datas de doação da sesmaria e da criação do Estado da Guanabara, já na República.

<sup>47</sup> AMANTINO, Marcia e COUTO, Ronaldo. *In Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 25.

Capitania de São Vicente, no sistema de Capitánias Hereditárias, criada pela Coroa portuguesa no século XIV e aplicada no Brasil para a ocupação efetiva do território brasileiro em 1534. A Lei de Sesmarias tinha por finalidade estimular a produção e promover a efetiva ocupação da terra, mas não indicava necessariamente que se tratasse de um latifúndio. A apropriação da terra brasileira pelos portugueses a partir de 1534 reportou-se à tradição medieval de sesmaria através das donatárias e capitánias hereditárias<sup>48</sup>. O solo era distribuído gratuitamente somente àqueles que possuíssem condições de aproveitá-lo e de pagar o dízimo ou as ordens religiosas, ou aos amigos do Rei ou a funcionários da Câmara. Vale lembrar que as terras eram doadas apenas a cristãos<sup>49</sup>. Criada em Portugal pelo rei Dom Fernando I, em 1375, a Lei de Sesmarias integrava uma série de medidas que visavam combater a crise de abastecimento do período pós Crises do Século XIV, e condicionava o direito à terra para o cultivo. Caso a terra não estivesse sendo cultivada, a Coroa tinha o direito de revogar a concessão e doar a terra em sesmarias para quem se comprometesse a cultivá-la num período estipulado.

Martim Afonso de Sousa, em 1530, quando enviado para o Brasil em uma expedição colonizadora, trouxe consigo a Carta de Poderes, a qual poderia conceder sesmarias para estimular a colonização do território. Mais tarde, em 1534, o então rei de Portugal, Dom João III, implantou no Brasil o sistema de Capitánias Hereditárias. Nesse sistema, os capitães-donatários, responsáveis por suas capitánias, poderiam conceder sesmarias para os "homens bons" cultivarem e ocuparem as terras. Designava-se como "homens bons", os homens indicados para ocuparem os cargos públicos na esfera local da colônia, as Câmaras Municipais, e que deveriam fazer cumprir as ordens vindas de Portugal. Para ocupar tais cargos, tinha-se a exigência de ser praticante da fé católica, maior de 25 anos, não possuir nenhuma "impureza racial" e ter posse de terras. Cumprindo-se tais exigências, se legitimava a distinta condição social de "homem bom". Ao longo dos anos se observou que os sesmeiros se apossavam de terras maiores do que o concedido na Carta de Doação, o que gerou diversos conflitos entre os sesmeiros. Assim, no final do século XVII, as primeiras Cartas Régias procuravam estabelecerem um limite para as concessões de sesmarias, o que não gerou resultado

---

<sup>48</sup> FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. garamond, 1999. p.125.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 126.

positivo. A sesmaria assumiu no Brasil uma forma de acesso à terra e ao poder entre os colonos.

A posse efetiva de tão valiosa dádiva, a Fazenda de Santa Cruz, pelos Jesuítas ocorreu no dia 10 de fevereiro de 1590. Mediante autoridades, testemunhas e o Porteiro da Justiça, que após proferir as palavras do cerimonial da Tradição, e não sendo contraditado, arrancou ramos das árvores e colocando nas mãos do Procurador dos Jesuítas, o declarou empossado das terras em questão. E assim, tornava efetiva o seu recebimento: um torrão de terra, uma pedra e um ramo de árvore.

Adquirida e constituída a grande sesmaria de seis léguas, agora unida às doadas anteriormente, trataram os jesuítas de promoverem juridicamente sua posse definitiva que, selou com seu marco comemorativo, o divino nome de sua propriedade, até hoje sustentado orgulhosamente: Santa Cruz.<sup>50</sup>

Uma porção da Fazenda foi dividida em arrendamentos, em sua maioria para a criação de gados, tradição que vinha desde o início da colonização brasileira quando os Jesuítas, ao contrário do demais proprietários, escolheram este sistema para garantir o controle absoluto de suas propriedades, já que os arrendatários tinham que fazer a terra produtiva. Nas demais áreas os Jesuítas utilizaram a mão de obra indígena e africana. Estes podiam casar entre eles livremente, possuíam moradia individual, roças para as quais dedicavam dois dias por semana, pois três dias eram destinados ao trabalho na Fazenda, um dia dedicado à igreja e um dia de descanso. Seus filhos eram alimentados, vestidos e educados pelos Jesuítas. Além disso, as crianças eram alfabetizadas, aprendiam música e um ofício<sup>51</sup>.

A fazenda de Santa Cruz organizada pela ordem jesuítica no final do século XVI, dividia-se em dois quadros - o primeiro, da faixa litorânea até o alto da serra do Mar com 4 léguas parceladas em arrendamentos e o segundo, com 6 léguas que incluía o sertão do Paraíba do Sul e a freguesia da Sacra Família do Tinguá, era considerado pelos clérigos como reserva. Com a expulsão dos eclesiásticos em 1759, grande parte do primeiro quadro foi incorporada aos bens da coroa com a denominação de Fazenda Real de Santa Cruz e o segundo foi apropriado privadamente. (Ver mapa 1).<sup>52</sup>

<sup>50</sup> FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Volume I*. Edições do Autor. Rio de Janeiro, 1985. p. 36.

<sup>51</sup> FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. garamond, 1999. p. 188.

<sup>52</sup> FRIDMAN, Fania. *As cidades e o café*. Artigo apresentado no XI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Olanejamento Urbano e Regional - ANPUR. Salvador, 2005.



**Mapa 1**  
**FREGUESIAS E CAMINHOS EM PARTE DO "SERTÃO DO OESTE"**

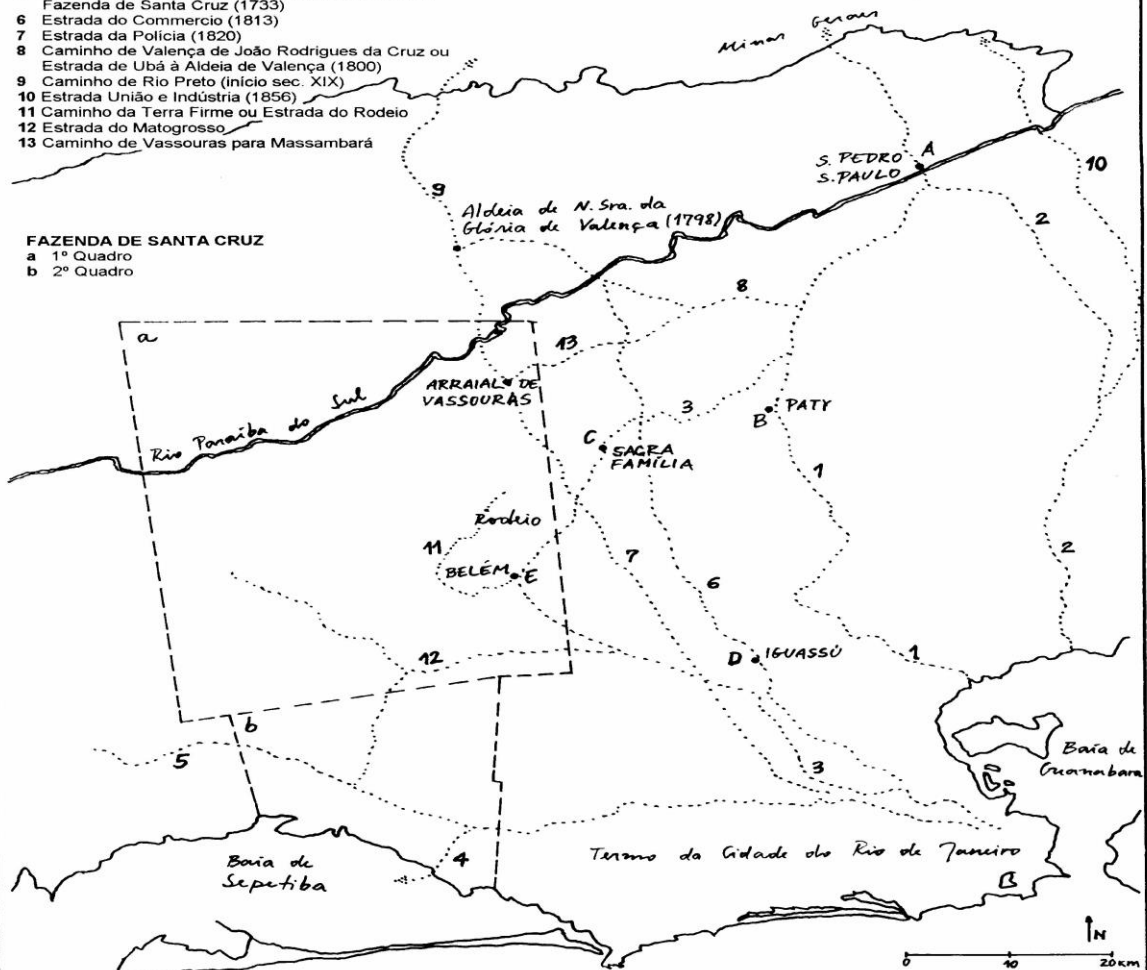
**CAMINHOS**

- 1 Caminho Novo de Garcia Paes (1700)
- 2 Caminho Novo de Inhomirim (1720)
- 3 Caminho de Tinguá (sec. XVIII)
- 4 Caminho Velho (sec. XVI)
- 5 Caminho Novo da Freguesia de N.S.Piedade até a Fazenda de Santa Cruz (1733)
- 6 Estrada do Comercio (1813)
- 7 Estrada da Polícia (1820)
- 8 Caminho de Valença de João Rodrigues da Cruz ou Estrada de Ubã à Aldeia de Valença (1800)
- 9 Caminho de Rio Preto (início sec. XIX)
- 10 Estrada União e Indústria (1856)
- 11 Caminho da Terra Firme ou Estrada do Rodeio
- 12 Estrada do Matogrosso
- 13 Caminho de Vassouras para Massambará

**FREGUESIAS**

- A N. Sra. da Conceição e Apóstolos São Pedro e São Paulo (1756)
- B N. Sra. da Conceição de Paty do Alferes (1755)
- C N. Sra. da Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá (1750)
- D N. Sra. do Pilar de Iguassú (1719)
- E N. Sra. do Belém e Menino Deus (1762)

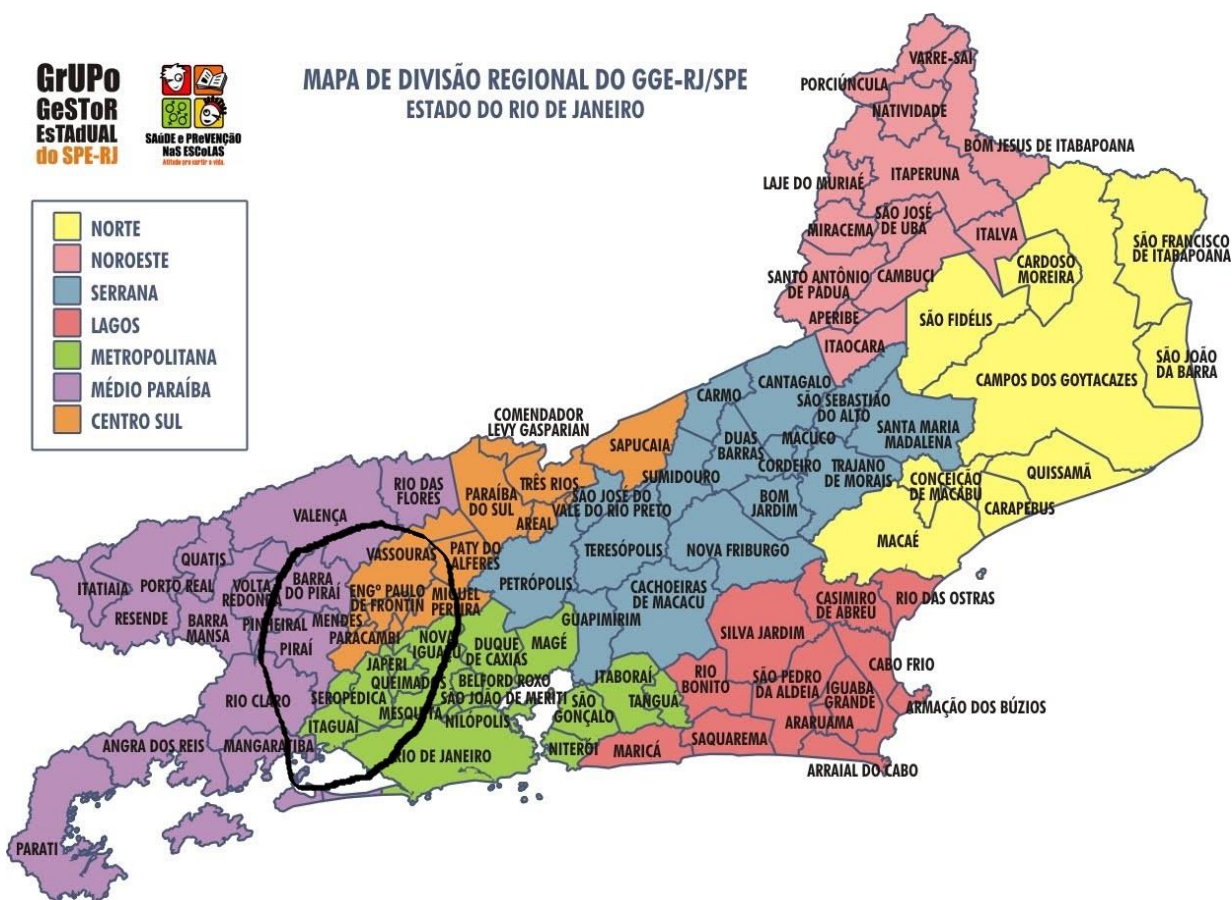
**FAZENDA DE SANTA CRUZ**  
a 1º Quadro  
b 2º Quadro



Fontes: Mapa do Brigadeiro Marechal Joaquim do Couto Reis (1767); Lamego (1950); Pondé (1971); Sanchez (1990); CIDE (1998).

Trazemos a seguir, o mapa atual do estado do Rio de Janeiro, para compararmos com o acima, citado por Fridman, e assim termos a dimensão geográfica da Fazenda de Santa Cruz no período jesuítico e os municípios que dela surgiram, em sua maioria, após as doações feitas a fidalgos pela Coroa na administração pombalina, e por Dom João IV, no período em que a corte portuguesa esteve estabelecida na cidade do Rio de Janeiro.

**MAPA DE DIVISÃO REGIONAL DO GGE-RJ/SPE  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



53

A vasta relação dos ofícios exercidos pelos Jesuítas eram ensinados aos índios e aos escravos com mais habilidades e aptidão para determinado ofício, e que exerciam tais ofícios juntamente com os padres, que eram: arquiteto, desenhista, ourives de prata e de ouro, caieiro, dourador, diretor do Relógio, Prefeito do refeitório, porteiro, tipógrafo, encadernador, impressor, pastor de rebanho, agricultor, despenseiro, cabeleireiro, cerieiro (fazia as velas e objetos de cera), piloto, pedreiro, construtor naval, construtor de pontes, mestre de obras, mestre de pedraria, carpinteiro, torneiro, serrador, tanoeiro, entalhador, ferreiro, serralheiro, caldeireiro, cavoqueiro, carvoeiro, pintor plástico e à liso, escultor, tecelão, enfermeiro, cirurgião, pescador, hortelão, oleiro, carreiro, barbeiro, fundidor, alfaiate, roupeiro, sapateiro, cozinheiro, etc.

Afora funções inferiores as demais citadas acima, desempenhadas com humildade e dedicação, na forma dos votos processados. Com

<sup>53</sup> Mapa do atual estado do Rio de Janeiro. Mapa de divisão regional do GGE-RJ/SPE do Estado do Rio de Janeiro. Acesso em 01/08/2016. Para uma comparação da dimensão da Fazenda de Santa Cruz.

tantas profissões exercidas na Fazenda de Santa Cruz, os padres a transformaram na mais importante e produtora fazenda do Brasil, [...] <sup>54</sup>

Os Jesuítas eram bastantes cautelosos e perspicazes na colonização da Fazenda, e revelando um raciocínio de uma defensiva prudente, o que chamamos de geopolítica na atualidade, fez com que os primeiros povoadores fossem distribuídos estrategicamente, para agirem como os primeiros defensores em caso de ataque, principalmente em defesa da residência e suas importantes dependências. Colocaram em Sepetiba um aldeamento com um grande número de índios, a fim de rechaçarem um imprevisto ataque vindo do mar, e outro também em Itaguaí, transferiram a Aldeia de Itinga, que era um ponto de convergência dos caminhos do sertão. Assim, tendo seus aliados defendendo-os do mar ou do interior, sentiam-se seguros em seus domínios. <sup>55</sup> A receita dos arrendamentos, por sua vez, era feita com o prazo máximo de três anos, mediante a satisfação do solário anual e prorrogável. Os pagamentos eram sempre feitos com mercadorias, de preferência galinhas, jamais em dinheiro, para não gerar vínculo de propriedade.

As datas ou dadas de terras eram cessões feitas gratuitamente de parcelas do solo pertencentes à municipalidade, ao contrário das sesmarias que pagavam o dízimo para a Ordem de Cristo. Se nas freguesias as terras dos santos eram aforadas, nas vilas os chãos comunais eram públicos. Mesmo após 1822 com a suspensão das sesmarias, a concessão de datas persistiu assim como as doações para o patrimônio religioso ainda que conflitos com as autoridades e os sitianteiros ou as invasões de logradouros públicos fossem comuns <sup>56</sup>.

Em seu estudo Fânia Fridman nos apresenta com riqueza de detalhes, desde da doação da sesmaria a Cristóvão Monteiro ao desmantelamento total da fazenda com o advento da República, todos os períodos de apogeu e decadência, originados por boas e más administrações, mudanças de regimes de governos, desvios e falcatruas. Mas, sempre imperando a produção de alimentos e manufaturas para o abastecimento da capital. Sobre a Fazenda de Santa Cruz, a autora nos fornece dados, estatísticas e mapas, de criação de oito mil cabeças de gados, mil e duzentos cavalos e burros e duzentos carneiros, produção de arroz, feijão, mandioca, guaxima (para a fabricação de cordas de canhão), anil, fumo, algodão, cochonilha, legumes, frutas, cacau, café, açúcar

---

<sup>54</sup> FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Volume I*. Edições do Autor. Rio de Janeiro, 1985. p. 122.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 123.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 36.

e manufaturas, como olaria, ferraria, carpintaria, serraria, fábricas de cerâmicas, de canoas, de móveis e de artigos de couro, um estaleiro em Piranema, tanoaria, atividades de ourives, de prateiros e de tecelagem, forno de cal, hospital, botica, casa de farinha, engenhos, tudo isso, antes da expulsão dos Jesuítas pelo Decreto do Marquês de Pombal.

Desde a sua constituição que a Fazenda de Santa Cruz servia como pasto para, descanso e engorda, do gado, oriundo do interior da Colônia para abastecer a Cidade do Rio de Janeiro. As estradas construídas pelos Jesuítas eram as únicas na região. Não somente o gado, mas todos os gêneros alimentícios passavam ou eram fornecidos pela Fazenda. Assim ficaram, do momento da posse efetiva na segunda metade do século XVI até a sua expulsão no início da segunda metade do século XVIII, a Companhia de Jesus manteve durante os seus quase duzentos anos de administração, abastecendo o mercado de várias cidades, incluindo a do Rio de Janeiro. Segundo Fridman, "pode-se afirmar que a fazenda se constituía em um grande centro agrofábrica, autônomo, produtor de excedente escoado por caminhos (estradas, valas, canais e rios navegáveis) tanto em direção ao mar para chegar à Corte quanto para outros engenhos"<sup>57</sup>. Após a expulsão dos Jesuítas pelo ministro Marquês de Pombal, a fazenda foi incorporada aos bens da família real, e marcada por problemas e decadências.

## **1.2 - Da administração jesuítica ao período Real.**

Em 1759, por Decreto do Marquês de Pombal, os Jesuítas foram expulsos das colônias portuguesas, e todas as suas propriedades sofreram seqüestro, e passaram a pertencer à Coroa portuguesa. A Fazenda de Santa Cruz, ao contrário das demais propriedades, passou a pertencer, não a Coroa portuguesa, mas a família real, sendo renomeada de Fazenda Real de Santa Cruz e sob os cuidados de administradores indicados pela Coroa portuguesa. Com a chegada da família Real, em 1808, e o Rio de Janeiro transformando-se em sede do governo português, D. João VI doou alguns dos melhores "campos" da Fazenda Real de Santa Cruz aos membros da Corte e seus parentes para se estabelecerem, ou a amigos e funcionários do governo, e deixou a administração da Fazenda aos cuidados de superintendentes.

---

<sup>57</sup> FRIDMAN, Fania. *Op. cit.*, 1999. p. 188.

A gênese do território do Rio de Janeiro dependeu da usurpação das terras (dos nativos, dos religiosos e das propriedades públicas), da escravidão (de índios e de negros africanos), da exploração de trabalhadores livres e de uma política de colonização implementada pela metrópole portuguesa e assimilada posteriormente pelas elites nacionais nos oitocentos.<sup>58</sup>

O sequestro dos bens da Companhia de Jesus possibilitou aos antigos arrendatários solicitarem a posse efetiva da terra que eles cultivavam e que eram fronteiriças as novas terras doadas, o que gerou muitos litígios. Segundo nos aponta Motta, "dois importantes pilares de sustentação do direito à posse estavam em confronto: posse mansa e pacífica (o que remete a antiguidade da ocupação) versus cultura efetiva e moradia habitual."<sup>59</sup> Motta concluiu em sua pesquisa que os limites físicos das fazendas eram

[...] difíceis de precisar, pois assim como o fazendeiro não desejava delimitar suas terras para poder expandi-las, suas testemunhas também não podiam saber exatamente quais eram os seus limites. Em outras palavras: as fronteiras da fazenda dependiam do poder do fazendeiro, e nada tinha a ver com delimitações físicas precisas e inquestionáveis.<sup>60</sup>

Para o fazendeiro, analisa Motta, era muito mais importante que "a comunidade reconhecesse a relação de arrendamento. Pois tal reconhecimento valia tanto quanto a existência de um contrato ou papel que formalizasse a cessão das terras arrendadas".<sup>61</sup> Ficava assim entendido que nas vicissitudes de posse e relações pessoais, os confrontantes tornavam-se ao mesmo tempo, parte da rede de subordinados, "mas também reafirmavam sua própria autonomia em relação aquele que buscavam defender".<sup>62</sup> No tempo em que a Fazenda foi criada e durante o tempo em que se manteve, toda a sua organização administrativa dependia das Ordenações Régias, tratando-se de uma colônia. Mesmo após a independência e ao longo dos oitocentos constatamos que houve um real "fatiamento" da Fazenda, que se relaciona ao processo de transformações nas relações com a propriedade pelas quais o Brasil passou ao longo desse período.

---

<sup>58</sup> FRIDMAN, Fania. *As cidades e o café*. Artigo apresentado no XI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR. Salvador, 2005.

<sup>59</sup> Motta, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 51.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>61</sup> *Ibidem*. p. 83-84.

<sup>62</sup> *Ibidem*. p. 72

Avançar sobre fronteiras tornou-se um objetivo traçado por aqueles que buscavam o desenvolvimento e o crescimento econômico, em um movimento que se iniciou com a interiorização nos territórios americanos, ainda em tempos de colônia, e se refletem em políticas de Estado até mesmo no século XX.<sup>63</sup>

Dessa forma, os atuais municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Rio Claro, Piraí, Seropédica, Nova Iguaçu, Vassouras, Paracambi, Mesquita, Queimados, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontim, Japeri, Pinheiral, Valença (parte), Barra do Piraí (parte) e parte da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro tiveram sua origem nessas doações feitas e pode ser considerado o início do processo de desmembramento da Fazenda. O grande problema foi delimitar as fronteiras desses territórios. Em sua obra, Machado considera que analisar fronteiras é conjecturar, primeiramente, a respeito dos distintos movimentos de ocupação de terras, antes não cultivadas pelos colonizadores.

Com a expulsão dos Jesuítas pelo Decreto do Marquês de Pombal, a Fazenda passou a pertencer a família real, e todo aquele que desfrutasse de situação destacada ou possuísse recursos, aforava (arrendava) boas terras, isto sem contar a feliz classe dos sesmeiros, cujas doações feitas por Pombal, os superintendentes e D. João VI reduziram o primitivo território da Fazenda. Essa generosa distribuição real, constituiu o início da primeira casta rural, e mais tarde a tão decantada quão prestigiosa nobreza rural, que com sua resultante aristocracia, formou o Governo Imperial, representado nos seus sucessivos gabinetes de barões fazendeiros e viscondes senhores de engenho<sup>64</sup>. Citados por Rodrigues como potentados. Personagens destacados da política imperial e membros da nobreza foram foreiros da antiga Fazenda como: Conde de Bonfim, Conde de Itaguaí, Marquês de São João Marcos, Visconde de Barbacena, Barão da Taquara, Conselheiro Christiano Ottoni, etc. Um sistema fundiário que eternizou privilégios até hoje. Itaguaí, Mangaratiba, Rio Claro, Vassouras, Nova Iguaçu, Piraí e Valença surgiram dessa conjuntura de desmantelamento da Fazenda de Santa Cruz.

Segundo dados fornecidos por Benedicto Freitas, durante séculos os moradores da Fazenda foram assolados pelas três questões mais devastadoras de sua existência: o brejo, precedido das catastróficas inundações, a malária ceifando milhares de vidas e a

---

<sup>63</sup> MACHADO, Marina M. *Entre Fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824)*. Guarapuava: Ed. Unicentro; Eduff; Editora Horizonte, 2012. p. 25

<sup>64</sup> FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Império 1822-1889*. Volume III. Rio de Janeiro, 1987. S/ed. p. 202.

enfiteuse que, talvez por eterna e invencível, a mais ruínosa e na dianteira dos três terríveis males.<sup>65</sup> Com estas palavras Freitas inicia o capítulo intitulado "Enfiteuse: espectro de todos os tempos", para analisar o atraso no crescimento econômico da Fazenda pós jesuítico.<sup>66</sup> As análises de Freitas foram feita sobre a parte que restou da Fazenda, após o seu fatiamento. Parte essa, que pelos motivos citados, era destinada, desde a administração jesuítica, a criação de gados, e usada pelas comitivas de boiadeiros, oriundos de Minas Gerais e Goiás, para descanso e engorda do gado antes do abate.

A Fazenda Real de Santa Cruz, ou o que restou da era jesuítica, se resumia ao que na atualidade é o bairro de Santa Cruz, na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Constituída com a sede da Fazenda, antigo convento dos Jesuítas, e os campos ao seu entorno. Conforme afirma Freitas, o foro criou tão péssima fama para as terras de Santa Cruz, que o seu crescimento econômico-material não só ficou praticamente estagnado, como experimentou atraso jamais verificado na atividade imobiliária e raras construções em um longo espaço de tempo, e as terras não acompanharam o ritmo acelerado das localidades vizinhas. Permanecendo assim, por longas décadas, no mesmo estágio deixado pelos Jesuítas, principalmente, após o decreto da enfiteuse perpétua.

De origem na antiguidade clássica greco-romana, o instituto da enfiteuse com sua fonte nos direitos pessoais no século XVI, onde a vontade era a do rei e no sistema vigente da Idade Média, de dominar, defender e cultivar a terra, deu, em consequência, o aforamento (arrendamento), e isto porque o senhor feudal sozinho, não podia defender seus inúmeros domínios.<sup>67</sup>

Daí, ceder a cada um de seus homens de confiança, pedaços de terra para habitá-los e cultivá-los, sob certas condições. Isso foi transportado para o Brasil, que mesmo com sucessivas transformações, foi a solução para evitar o despovoamento da terra, ante a impossibilidade do sesmeiro (possuidor da sesmaria, o feudo de então), manter seu imenso domínio em condições de aproveitamento total, conforme prescrevia a concessão régia.

---

<sup>65</sup> FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Volume III*. Edições do Autor. Rio de Janeiro, 1987. p. 199.

<sup>66</sup> *Idem*.

<sup>67</sup> *Ibidem*. p. 200.

Amaral e Soares analisam em sua obra que no Brasil, "a sesmaria teve uma particular importância na formação do país, pois em razão da larga extensão territorial, a concessão por parte do senhorio, de cultivo da terra por outrem, o que ajudou de forma sobrenatural o desenvolvimento do país, bem como no seu povoamento." <sup>68</sup> Tais autores, afirmam, que o instituto da sesmaria conferia ao sesmeiro o domínio útil de uma propriedade, perpetuamente. O que gerava ao arrendatário a obrigação de pagar uma quantia anual, o foro, devendo este ter um valor módico, a quem possuía o domínio ou direito do bem. Essa relação foi amplamente utilizada pelos Jesuítas com os seus arrendatários, e se perpetuou. Em seus estudos, Amaral e Soares igualam o arrendamento a enfiteuse, pelo fato de o enfiteuta possuir amplos poderes sobre a terra. Outro ponto relevante do trabalho é que estabelecem que "somente podem ser objeto de enfiteuse, coisa imóvel, que se restringe as terras não cultivadas e aos terrenos que se destinem a edificação". <sup>69</sup> Ao ter cedida a sesmaria, o sesmeiro tinha que a colocar para produzir. Como a área era muito extensa, se tornou comum, nas terras brasileiras, deixar que pequenos produtores com sua família, se instalassem, principalmente, nas áreas de fronteiras das terras, para constatar a efetiva ocupação e a produção da terra, assim como, impedir a invasão por terceiros, defendendo o domínio da área da sesmaria. Esses pequenos produtores seriam denominados posseiros, e tinham que pagar anualmente o foro pela posse das terras ocupadas. Os jesuítas introduziram o aforamento (arrendamento) nas terras da Fazenda de Santa Cruz. A taxa estabelecida consistia em duas galinhas por ano, evitando-se, assim, o pagamento em dinheiro para não gerar o direito de propriedade. Mesmo após o sequestro dos bens dos Jesuítas, essa era a forma de pagamento do foro, como cita Freitas, que "tão original forma de pagamento, perdurou por muito tempo: em 1836, o foreiro Nuno da Silva Reis pagou por quatorze e meio prazo de terras cento e dezesseis mil e oitenta e sete galinhas por ano." <sup>70</sup>

No Brasil, uma sesmaria era quase do tamanho territorial de Portugal, o que se tornou corriqueiro o sesmeiro deixar que homens de sua confiança cultivassem pequenas partes de terra, dando origem aos posseiros. Assim, passaram a existir muitos conflitos entre os detentores do título de sesmarias e os reais cultivadores da terra, os

---

<sup>68</sup> AMARAL, Anastácia Beda Oliva do. E SOARES, adriana. *A extinção do Instituto da Enfiteuse em terras particulares no Código Civil de 2002 comparado ao Direito de superfície*. Acesso em 12/01/2017. Disponível em: [www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/1493/1173](http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/1493/1173)

<sup>69</sup> *Idem*.

<sup>70</sup> MACHADO, Marina M. *Op. cit*, 2012. p. 200.



posseiros. Devido a esses conflitos, e recorrentes procuras pela burocracia régia, a legislação ibérica foi obrigada a reconhecer a existência do posseiro, por causa da sua coerência com a obrigatoriedade do cultivo. A posse era um costume dos sesmeiros que desejavam o acesso à terra ou expandir os limites de sua sesmaria. O Alvará de 1753 passou a reconhecer esse costume e da figura social dos posseiros. Citada por Motta, "as resoluções de 11 de abril e de 2 de agosto de 1753 determinavam que as terras dadas de sesmarias em que houvesse colonos cultivando o solo e pagando foro aos sesmeiros deveriam ser dadas [em sesmarias] aos reais cultivadores."<sup>71</sup> Isso resultou na ampliação dos limites das antigas sesmarias e o acesso ao título de sesmeiro dos antigos posseiros. O terreno improdutivo se tornava devoluto, e voltava a pertencer ao rei, que o doava para quem pudesse cultivar. Para isto, o Alvará de 1795 ordenava que as terras doadas em sesmarias fossem demarcadas para se confirmar a sesmaria, o que não foi seguido pelos sesmeiros e muito menos fiscalizado pelo governo.

A necessidade da tradição para concretizar a alienação de imóveis, dando ao contrato de compra e venda um caráter puramente obrigacional, foram impostas nas Ordenações Afonsinas, em 1446, nas Manuelinas, em 1521 e nas Filipinas, em 1603. A tradição era inspirada no Direito Romano, sendo que o Direito escrito só fazia parte da vida dos alfabetizados, uma minoria da população que faziam parte das instituições do Estado. A grande maioria da população era analfabeta e muito distante do poder real. E, por esta razão, utilizavam a conduta da tradição, que era parte do costume da época.

No século XVIII, num período de ampla divulgação das ideias iluministas, e adotadas por alguns monarcas que ficaram conhecidos como déspotas esclarecidos, foi promulgada a Lei da Boa Razão<sup>72</sup>, elaborada em 18 de agosto de 1769, e teve uma importante função nas mudanças da forma de alienar imóveis em Portugal. Tal Lei definiu quando que seria cabível a utilização do Direito Romano, desde que estivessem de acordo com a boa razão.

Mesmo a revelia do então estabelecido em lei, a realidade da posse transformava-se num costume, compartilhado por todos aqueles que ansiavam pelo acesso a uma parcela de terra ou que desejavam expandir a extensão de suas sesmarias, para além dos limites originais.

---

<sup>71</sup> MOTTA, Márcia M. Menendes. *Op. cit.*, 1998. p. 123.

<sup>72</sup> O total entendimento das leis naturais, políticas, econômicas, mercantis e marítimas das nações civilizadas, entendia-se por boa razão.

O apossamento, enquanto costume, consolidou-se como legal a partir da Lei da Boa Razão de 1769.<sup>73</sup>

Mais tarde, o Alvará de 1795, criado por D. Maria I, buscava regulamentar e demarcar as doações de sesmarias e normatizar o acesso à terra, e assim, corrigir as irregularidades do sistema de sesmarias no Brasil, criando divisões e limites certos para as terras concedidas e demarcadas. Ainda sendo as Leis de Portugal que regiam as leis no Brasil, continuavam existindo terras incultas no território brasileiro sem serem revertidas aos domínios reais.

Mesmo após o Alvará de 5 de outubro de 1795, cujo teor versava detalhadamente acerca da obrigatoriedade da demarcação e medição, os fazendeiros continuaram a desconsiderar tal exigência, principalmente aqueles que haviam recebido a sesmaria antes de 1795, apesar do efeito retroativo do Alvará.<sup>74</sup>

Várias denúncias e reclamações foram feitas pelos Conselhos e pelo povo, o que gerou vários conflitos de terra, aumentados pelas queixas dos pequenos posseiros, fazendeiros cujas terras tiveram origem na posse, nos séculos XVIII e XIX.

O cronista Noronha Santos relata-nos sobre o inventário da Fazenda de Santa Cruz na época do sequestro dos bens dos Jesuítas, que das 430 famílias de escravos arroladas, distinguia-se entre eles, além de operários especializados como canteiros, pedreiros, cavoqueiros, torneiros, ainda haviam praticantes de cirurgia, ourives, músicos e santeiros, todos formados pelos padres jesuítas. O gado distribuído pelos currais dos Campos de São Luís, São Paulo, São Marcos, Santo Agostinho, São Francisco Xavier, São Miguel e por outros campos, contava 4.054 cabeças, não incluindo neste número os novilhos e bois de tração.<sup>75</sup>

A promulgação do Código Civil Francês de 1804, seria o mote para os juristas portugueses acabarem com a tradição e o costume em Portugal. Sendo assim, a Lei da Boa Razão visava valorizar a lei, como vontade do rei, em detrimento dos costumes, das tradições e do Direito Canônico. Para isso, era necessário se afastar dos métodos jesuíticos, laicizando a educação e os fundamentos do direito.<sup>76</sup>

---

<sup>73</sup> MOTTA, Márcia M. Menendes. *Op. cit.*, 1998. p. 123.

<sup>74</sup> *Idem.* p. 37.

<sup>75</sup> SANTOS, Noronha. *Crônicas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Padrão, 1981. p. 198.

<sup>76</sup> RODRIGUES: 2016, p. 36.

As ideias jusracionalistas fomentaram, no final do século XVIII e durante o século XIX, manifestações a favor dos contratos de compra e venda do domínio da terra, sem a necessidade da tradição, aprofundada com a corrente do individualismo crítico em Portugal. A promulgação da Lei da Boa Razão estimulou a busca por uma melhor interpretação da legislação ibérica para construir os códigos civis de Portugal.

Assim, a transmissão de patrimônio somente seria realizada pelo contrato, e não mais pela tradição. Jusracionalistas portugueses consideraram válido utilizar códigos estrangeiros, ao invés de apenas o Direito Romano, adequando idéias presentes nos códigos das nações civilizadas, como o Francês e o da Prússia.

O fim do sistema de sesmaria em 1822, a inexistência de uma legislação agrária até 1850 e o recurso constante aos artigos da Ordenações Filipinas, ao longo de todo o século XIX, mostram-nos o quanto era difícil definir uma política agrária que pudesse por fim aos conflitos cotidianos, à luta - latente ou explosiva - pelo direito à posse de terra.<sup>77</sup>

Motta, em sua obra *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, relaciona a origem dos conflitos pela terra em Paraíba do Sul com a ordenação da abertura do Caminho Novo, pela Coroa para o escoamento do ouro da Minas Gerais ao porto na cidade do Rio de Janeiro. Na Fazenda de Santa Cruz, os Jesuítas prevendo essas ocupações e, conseqüentemente, os conflitos que iriam gerar, a obra foi feita pelos próprios padres e sua escravaria. O trajeto do Caminho Novo cortava toda a Fazenda. Assim, os Jesuítas a fizeram para impedir a ocupação de suas terras pelos trabalhadores que viriam de outras localidades. O Caminho Velho era por Paraty, e chegava a cidade do Rio de Janeiro pelo mar, respeitando o domínio dos Jesuítas na Fazenda de Santa Cruz. A fazenda e depois vilarejo de São João Marcos, citada por Motta em sua pesquisa, ficava dentro do território de domínio da Fazenda de Santa Cruz. E o Caminho Novo por passar na beira de sua fazenda, o Marquês de São João Marcos se achava no direito de cobrar pedágio as carroças e caravanas que por ela passavam, como se a estrada, na Serra do Piloto, atual divisa entre os municípios de Mangaratiba e Rio Claro, lhe pertencesse. "As outras fazendas, roças e terras pertencentes ao desbravador do Caminho Novo (Garcia Rodrigues) para as Minas foram herdadas pelo Marquês de São João Marcos e seus irmãos".<sup>78</sup> Tal vilarejo foi

---

<sup>77</sup> MOTTA, Márcia M. Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 40.

<sup>78</sup> *Idem.* p. 35.

desapropriado na década de 1950, no governo de Getúlio Vargas, e alagado, virando uma represa para abastecer os municípios vizinhos, e assim, não desviar as águas do Rio Paraíba do Sul, sob domínios dos grandes fazendeiros produtores de café.

O centro do povoado da Fazenda, nas redondezas da sede que fora construída estrategicamente pelos Jesuítas, pois ali se constituíam os inícios das estradas para a cidade e para o sertão, e também, de vários becos e pequenas travessas dividindo em quadras as senzalas e dos grandes largos próximos aos antigos estabelecimentos jesuíticos. Nessa área D. João VI também fez várias concessões de terras, solicitados para edificar moradias, com tantas braças, mas não era mencionado o local pretendido. A superintendência que tinha que localizar os beneficiados citados na petição e demarcasse as terras, que muitas das vezes já estavam ocupadas e de formas desordenadas. Até 1817, quando foi iniciada a urbanização da área fronteira a sede da Fazenda, inúmeros lotes haviam sido concedidos, sem mencionar o local, o que resultava em construções desordenadas ou conflitos com quem já ocupava o terreno.

Os primeiros habitantes da área urbanizada, foram os Criados da Casa Real, que foram aquinhoados em 1816, com dez braças cada um. Assim como o padeiro da Real Casa, os Alferes que dirigiam os serviços da Fazenda, os artífices, os carpinteiros e pedreiros também requereram e obtiveram lotes para fazerem suas moradias. Mas não somente para moradias, D. João VI também concedia terras para se construir casas de comércio como hotel, botica, secos e molhados, queijos vindos de Minas Gerais, paio, manteiga, fumo de corda, padarias e hospedarias, ranchos para tropeiros, tabernas, quitandas, sapatarias e barbearias. O local era de passagem obrigatória dos tropeiros e boiadeiros que traziam o gado para o abastecimento da Cidade do Rio de Janeiro.

### **1.3 - A Imperial Fazenda de Santa Cruz.**

Após a independência política do Brasil em relação a Portugal, a Fazenda transpôs a ser de propriedade da Família Imperial, e a adaptar de Imperial Fazenda de Santa Cruz. Os superintendentes nomeados pelo governo português, concediam arrendamentos e aforamentos a parentes e amigos, promovendo uma maior partilha da Fazenda. A Lei de 20 de outubro de 1823 estabelecia a continuidade, mesmo com a emancipação política do Brasil, das fontes do direito português, entre elas as

Ordenações e Alvarás ibéricos. A primeira disposição legal pós-jesuítico para a medição da Fazenda foi o Decreto de 19 de outubro de 1820, com a rubrica do Príncipe Regente, que pedia a recolocação dos marcos colocados em 1720 pelos Jesuítas. Muitos deles haviam desaparecido e o Livro de Tombo da Fazenda havia sido furtado.

No mesmo Decreto havia também a ordem de se conferir em toda a Fazenda, que já pertencia a Família Imperial, os títulos dos Foreiros (arrendatários), nela estabelecidos, com a demarcação das terras que desfrutavam, e colocarem em dia o pagamento do Fôro<sup>79</sup>. Os que estivessem com terras além das marcações concedidas teriam que devolver as metragens avançadas, e os que estiverem com terras a menos das marcações concedidas seria para preencher toda a metragem. E, os que não tiverem título e que estiverem gozando de terras da Fazenda, anterior a esse Decreto, a ordem era de lhes passarem o título e pagarem os fôros desde a data em que se estabeleceram nas terras sem a devida concessão. Eis os problemas das demarcações dos limites das propriedades citados por Motta, anteriormente.

Durante a incorporação da Fazenda de Santa Cruz ao patrimônio imperial, uma nova medição foi ordenada, por ordem de D. Pedro I, a fim de comparar com a medição feita pelos Jesuítas, mas o seu livro de tombo foi roubado de um escravo, na cercania do Marco VII (entre Campo Grande e Bangu atualmente), que o levava da Imperial Fazenda de Santa Cruz para o Paço, a pedido do Imperador, em fevereiro de 1825. Em 1827, quando de uma nova ordem de demarcação, mais de duzentos cafeicultores sentindo-se prejudicados pela definição dos limites que incluía suas terras (nas freguesias de Nossa Senhora da Glória de Valença, São João Marcos, Sacra Família do Tinguá, Curato das Dores e Sant' Anna de Piraí, além daquelas às margens dos rios Guandu e Sant' Anna e na ilha de Itacurussá), como cita Freitas, formularam uma representação à Assembléia Geral solicitando sua anulação.

Claro está que uma outra medição em 1830 definiu como limites da Fazenda "(...) os terrenos em cuja efectiva e legítima posse se achava o Senhor Dom Pedro I no dia 25 de março de 1824." Os terrenos anexados "ficam pertencendo àqueles, que no

---

<sup>79</sup> O pagamento ou contribuição por utilização de um imóvel, que no caso das terras do Brasil colônia, pertenciam a Coroa portuguesa. Passou a ser cobrado com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, e com a extinção das capitânicas hereditárias. Por se tratarem de terras que pertenciam a Coroa, os foreiros, assim chamados os que detinham o foro, deveriam pagar anualmente, como contraprestação.

referido dia 25 de março legitimamente os possuíam, ou a eles tinham direito, e a quaisquer de seus legítimos sucessores, em favor dos quais a nação renuncia qualquer direito (...).<sup>80</sup> Assim, as áreas ocupadas pelos arrendatários dos Jesuítas, as doadas por Dom João VI e as arrendadas pelos superintendentes da Fazenda, passaram a pertencer a quem realmente as ocupavam, produziam e pagavam o foro.

Sendo assim, as legislações brasileira e portuguesa trilharam caminhos distintos após a independência política em 1822. Enquanto a primeira adotou a transcrição como substituto para a tradição, a segunda estabeleceu o consenso entre as partes, como bastante para realizar a transferência de domínio. Essa diferença de caminhos trilhados se explicaria pela independência... Além disso, a realidade agrária brasileira era marcada pela conflituosidade entre posseiros, sesmeiros, fazendeiros e outros atores sociais, bem como convivia com a continuidade do costume da posse.<sup>81</sup>

Os Autos de Medição desse Decreto, imediatamente foram contestados pelos vizinhos da Fazenda, aqueles que foram beneficiados após a expulsão dos Jesuítas, alegando que somente o Tombo, o mais citado, guardado e procurado documento da Imperial Fazenda de Santa Cruz, dado como roubado em plena Estrada Real, na altura de Santíssimo quando era conduzido para a cidade por um escravo, refletia o verdadeiro levantamento da Fazenda, com seus exatos limites, trabalho este que os Jesuítas levaram quinze anos para completar. Tal livro, após a farsa do roubo, foi encontrado nos porões do Palácio de São Cristóvão, recolhido ao Tesouro Nacional, e dali foi retirado em 1834, as reais medições ora contestadas.

Fridman afirma que até o final do século XVIII as circunscrições territoriais em Portugal e em suas colônias constituíam entidades independentes da vontade ordenadora do príncipe. Os territórios eram divididos em conselhos ou municípios ou vilas, e eram governados por uma câmara municipal, autônoma, que era a unidade básica da organização político-administrativa do território. "Cada concelho subdividia-se em uma ou mais freguesias que correspondiam à área de jurisdição dos párocos, o que fez com que a paróquia assumisse muitas vezes funções de célula administrativa, militar e fiscal."<sup>82</sup> Acima das divisões concelhia, eclesiástica e senhorial estavam as

---

<sup>80</sup> FRIDMAN, Fania. *As cidades e o café*. Artigo apresentado no XI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Olanejamento Urbano e Regional - ANPUR. Salvador, 2005.

<sup>81</sup> RODRIGUES: 2016, p. 72.

<sup>82</sup> *Idem*. p.73

circunscrições da administração da coroa - comarcas (ou correições), provedorias e distritos dos tribunais centrais.

As comarcas eram circunscrições civis de caráter administrativo e judicial submetidas ao corregedor. Este fiscalizava a ação dos juízes locais e inspecionava as jurisdições, direitos senhoriais e o governo local. Seu território era pouco homogêneo e nem sempre contínuo. Os provedores superintendiam os assuntos da fazenda, dos órfãos e das misericórdias, hospitais, recolhimentos, entre outras. Aos distritos dos tribunais de justiça da coroa (Relação do Porto e Casa de Suplicação de Lisboa) se apelava em última instância.<sup>83</sup>

Segundo Benedicto Freitas, as terras da Fazenda de Santa Cruz eram divididas e classificadas para efeito de taxa de cobrança. Assim, existia a quadra urbana, cujas terras eram consideradas de primeira classe. A quadra suburbana passava a ser de segunda. As terras rurais eram destinadas a lavoura. As preferidas dos que solicitavam terras na Fazenda eram as larguezas e as alagadiças. "As larguezas por serem terrenos devolutos, iam anexando mais terras ao já ocupado, 'alargando-o' ainda mais. As terras alagadiças, pagavam um módico fôro, então, bastava o terreno apresentar uma poça d'água, muitas das vezes artificial, e o pretendente já a requeria como alagadiça".<sup>84</sup>

Um dos cargos mais importantes da Fazenda era o de Piloto Medidor, o técnico designado para a medição das terras da Fazenda, e esteve sempre presente nas providências preliminares da superintendência, para a concessão contratual do terreno requerido. Ao Piloto cabia o levantamento topográfico das áreas interessadas, para arrendamento ou aforamento, ou, ainda, em litígio. Concluída a tarefa no campo, competia-lhe a execução da respectiva planta. Por ser uma função de grande responsabilidade, devia, o candidato ao cargo, apresentar atestado de idoneidade e comprovação documental de haver sido "examinado e aprovado". Quando indicado para qualquer medição, dois homens de confiança do Superintendente, o acompanhavam em todos os trabalhos.

Completando as providências legais, ao tomar ciência da Portaria de sua investidura para a importante função, jurava sob os Santos Evangelhos, em presença do Superintendente, "bem e fielmente"

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 74

<sup>84</sup> FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Volume III*. Edições do Autor. Rio de Janeiro, 1987. p. 207.

desempenhar seu trabalho, que envolvia interesse de terceiros, mas acima de tudo o da Casa Imperial, proprietária da fazenda.<sup>85</sup>

Em 1832, a Fazenda, que tinha os seus limites no litoral, de Guaratiba até Mangaratiba, se estendendo por toda área Sul e Baixada Fluminense indo até Vassouras, restou apenas o que atualmente é o Bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, uma área ao redor da sede da Fazenda. Tendo o Livro de Tombo com as demarcações feitas pelos Jesuíta roubado, como já citamos, tinha-se impedido assim, o levantamento das terras ocupadas e suas devidas condições de ocupação. Sendo assim, o imperador D. Pedro I decretou a Instituição da Enfiteuse das terras que ainda restavam da Fazenda, tornando-as perpetuamente de sua propriedade e de seus herdeiros. E assim, evitar os conflitos pela posse da terra no território que restava da Fazenda.

A sede da Fazenda se destinou para a família imperial decorrer temporadas, ou como repouso de viagens, já que nas terras da Fazenda atravessavam estradas para as províncias de São Paulo e de Minas Gerais. Burocraticamente, no mesmo ano de 1832, o povoado formado ao redor do palacete, passou a se denominar Curato de Santa Cruz, e em 1833, nos autos da Igreja, como Freguesia de Santa Cruz.

Com a Lei Euzébio de Queiroz no Brasil, a escravidão acabaria gradualmente, assim, a introdução de imigrantes europeus serviria, não somente para substituir a mão de obra, como também, uma forma de branquear a população brasileira. Para isto, seria necessário separar as propriedades devolutas das particulares, pois isto possibilitaria a venda de terras públicas para gerar a verba que seria utilizada no financiamento da imigração regular.<sup>86</sup>

A construção de um registro para matricular as alienações, também era coerente com a realidade de um Estado Nacional centralizado que tinha alcançado uma relativa estabilidade com o fim das revoltas regenciais. Tratava-se de uma forma de credores de diferentes localidades terem informações sobre a situação dos imóveis que lhes seriam dados como garantia, mas também de dar à burocracia estatal o mesmo conhecimento. Os agentes estatais teriam acesso às informações que antes eram mais conhecidas por autoridades locais e pela vizinhança. Era também uma forma de aproximar a legislação desta nação-Estado em construção, daquelas referendadas como

---

<sup>85</sup> *Ibidem.* p. 219.

<sup>86</sup> RODRIGUES, Pedro Parga. *Op. Cit.*, 2016. p. 36.



civilizadas, dando ares europeus ao Império brasileiro, como era desejado por alguns agentes históricos da classe senhorial.<sup>87</sup>

A Lei de Terras de 1850 adotava os princípios liberais e inspirava-se no Código Civil alemão, adotando a formalidade da transcrição. Mas adequava-os a alguns dos diferentes interesses presentes no interior da classe senhorial. Acreditando que a escravidão estivesse com seus dias contados, eles estariam propondo uma abolição gradual, combinada com uma regularização fundiária, uma transformação da atividade creditícia e uma política de colonização.<sup>88</sup> Com relação à Lei de Terras de 1850, a historiografia já demonstrou o quanto os impactos desta legislação foram superestimados. José Murilo de Carvalho defendeu que a referida legislação foi vetada na prática pela ação dos barões<sup>89</sup>. Para ele, a referida lei não teria conseguido regularizar a estrutura fundiária, estabelecendo os limites territoriais e dando valor aos títulos de propriedade.

Márcia Motta corrobora com este pesquisador, ao afirmar que a norma não teria acabado com o costume da posse<sup>90</sup>. Mas a autora vai além, ao demonstrar ser exagerada a afirmação, segundo a qual os fazendeiros teriam vetado a Lei de Terras na prática. Ela apresenta como os dispositivos desta norma foram utilizados, de diferentes formas, por agentes sociais em cada contexto social. Seguindo esta orientação, os estudos com enfoques regionais demonstram que, com exceção de uma região do Rio Grande do Sul, a Lei de Terras não teria conseguido assegurar a propriedade privada.<sup>91</sup>

A Lei de Terras de 1850, além de coibir o acesso à terra, também irá transformar as configurações de se adquirir uma propriedade até a presente lei. Evitando assim, que os direitos garantidos pela nova lei, não seja gozados pelas diferentes categorias de homens livres pobres, por coletores, pelos indígenas, e também, os pequenos e grandes posseiros, mesmo em dia com o pagamento do foro.

Parcelas das grandes propriedades eram trabalhadas por escravos do senhor e as demais aforadas ou arrendadas a terceiros. Se no começo do século XIX religiosos e senhores de engenho constituíram-se em seus donos, a condição social não foi a mesma a partir da metade do

---

<sup>87</sup> *Ibidem.* p. 66.

<sup>88</sup> *Ibidem.* p. 125.

<sup>89</sup> Citado em RODRIGUES: 2016. p. 18

<sup>90</sup> CARVALHO, José Murilo de. A Modernização frustrada: A política de terras no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 1, p.39-57, 1981. Citado por RODRIGUES, Pedro Parga. *Op. Cit*, 2014. p. 18.

<sup>91</sup> MOTTA, Márcia M. Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. Citado por RODRIGUES, Pedro Parga. *Op. Cit*, 2016. p.18.

século. As autoridades, em vez de expulsá-los, preferiram legalizar sua situação que, com a suspensão da doação de sesmarias em julho de 1822, tornou-se o único modo de aquisição de domínio de terras. Amparados pela Lei de Terras os posseiros regularizaram suas glebas, o que legitimou uma subdivisão, já existente, das grandes propriedades e gerou novas imagens ao quadro fundiário. Além disso, dada a dificuldade de fiscalização as ocupações avançaram.<sup>92</sup>

De acordo com Rodrigues, uma das motivações para a Lei Hipotecária de 1864 e para a introdução dos colonos seria viabilizar a hipoteca garantida em imóveis, ao invés de seus frutos<sup>93</sup>. Assim, impossibilitados de adquirir terra por meio da posse, os imigrantes demandariam pela terra. A Imperial Fazenda de Santa Cruz também iria abrigar os imigrantes que vieram para substituir a mão de obra escrava africana, que estabeleceram suas colônias de arrendamento na Fazenda, como a chinesa com a plantação do chá, os espanhóis e portugueses com a grande plantação de laranja, a italiana e libanesa com as casas de comércio.

Eles propunham atribuir à transcrição dos títulos de alienação de imóveis, no Registro Geral de Imóveis, o papel de provar a propriedade do adquirente sem uma regularização prévia da estrutura fundiária. Dessa maneira, as propriedades obtidas através da compra e venda seriam sacralizadas. Isto possibilitaria ao alienante transmitir mais terras do que de fato possuía, gerando para o comprador direitos oponíveis aos dos reais detentores do solo. Para a mentalidade senhorial, isso não seria um problema, pois eles, indevidamente, julgavam-se donos incontestáveis de suas propriedades. Os fazendeiros não concebiam a existência de direitos por parte de pequenos posseiros, e os encaravam como simples agregados.<sup>94</sup>

Os representantes destas famílias beneficiadas por D. João VI, eram os principais debatedores da Lei Hipotecária de 1864. Defendiam a mudança da realidade agrária, transformando a matrícula das alienações no RGI em prova domínial. Tratava-se de sacralizar as propriedades compradas (ou doadas), em detrimento dos direitos de pequenos posseiros, desconsiderando as divergências sobre limitações e titularidade.<sup>95</sup>

Caindo nas mãos do governo, a Fazenda de Santa Cruz passou a ser o "abra-te Sésamo" da época. Todo aquele que desfrutasse de situação destacada ou possuísse recursos (como em todos os tempos), aforava ou arrendava boas terras, isto sem contar a feliz classe dos sesmeiros, cujas doações feitas por D. João VI reduziram à metade o primitivo território da Fazenda. Essa generosa distribuição real,

---

<sup>92</sup> FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro*. Jorge Zahar Ed. garamond, 1999. p.127.

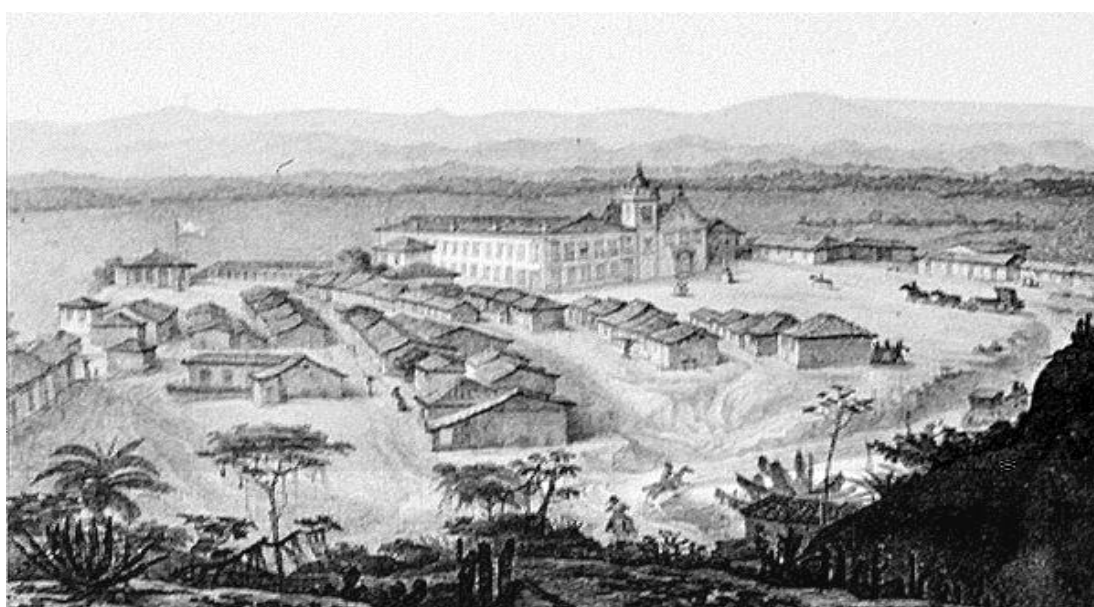
<sup>93</sup> RODRIGUES: 2016. p. 123.

<sup>94</sup> *Ibidem*. p. 15.

<sup>95</sup> RODRIGUES, Pedro Parga. *Op. Cit*, 2016. p. 129.

constituiu o início da primeira casta rural, mais tarde a tão decantada quão prestigiosa "nobreza rural", que com sua resultante aristocracia, formou o Governo Imperial, representado nos seus sucessivos gabinetes de barões fazendeiros e viscondes senhores de engenho. "Um sistema fundiário que eternizou privilégios até hoje".<sup>96</sup>

A importância da Fazenda de Santa Cruz, pode ser confirmada por várias citações existentes em muitos livros e pesquisas do século XVI ao XIX, e também, pelos vários artistas, incluindo os da Missão Francesa, que estiveram na Fazenda e a retrataram em aquarelas. Como os artistas August Debret, Thomás Ender, Maria Graham, por exemplos.



---

<sup>96</sup> FREITAS: 1987. p. 201.

<sup>97</sup> Debret, em 1816. Acesso em 20 jun. 2015. Página do Facebook Antigo Santa Cruz.



Em 1874, quando o governo Central decretou a Fazenda de Santa Cruz como sede para a construção do novo Matadouro, a Fazenda estava em propriedade da família imperial, e suas terras em enfiteuse perpétuo. A Fazenda já havia sofrido o seu fatiamento, restando apenas as terras, que atualmente, correspondem aos bairros de Santa Cruz, Sepetiba e Paciência, na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Nesse período, não existia uma representação política local que arquitetasse progresso para a Fazenda, já que os que aqui habitavam ou tinham negócios, eram arrendatários das terras enfiteuticas, concedidas a amigos e familiares dos superintendentes ou da família imperial. E como já citado, a Imperial Fazenda de Santa Cruz era propriedade da família imperial, e não do Tesouro Nacional. Por estarem as terras, do que restou após as doações, em enfiteuse perpétuo decretado por D. Pedro I, tanto a Lei de Terras de 1850, quanto a Lei Hipotecária de 1864, como foram analisadas, não surtiram efeitos nas terras que restaram da Imperial Fazenda de Santa Cruz, permanecendo como bem particular da família imperial e decretada em enfiteuse perpétuo. Portanto, os arrendatários que nela haviam se estabelecidos, jamais obtiveram o título de proprietário.

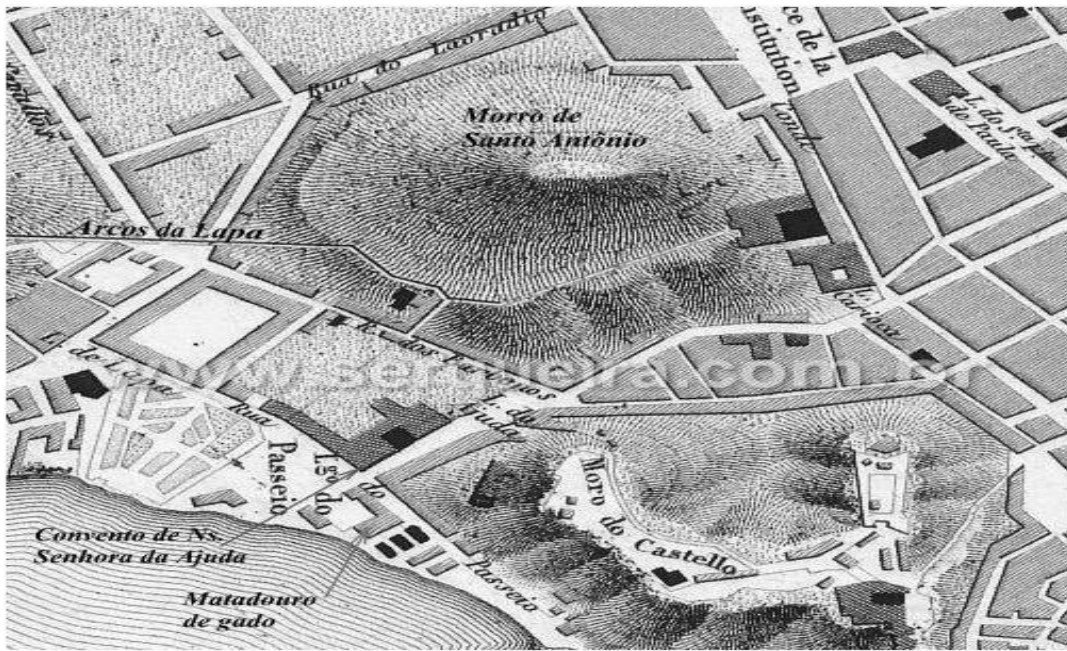
---

<sup>98</sup> Prédio do convento dos Jesuítas e sede da Fazenda de Santa Cruz, construído em 1751. Devido as transformações sofridas em sua arquitetura ao longo dos séculos, o prédio não é tombado pelo Patrimônio Histórico Brasileiro. Com a proclamação da República, o prédio passou a ser ocupado pelo exército, que abriga o Batalhão de Engenharia e Combate. Foto de Reinaldo Azevedo. 2008.

## **CAPÍTULO 2**

### **Um Matadouro na Imperial Fazenda de Santa Cruz.**

Desde a década de 1850, já havia a necessidade de se construir um novo prédio para abrigar o Matadouro Municipal. Essa necessidade foi temporariamente sanada com a construção do prédio no Aterrado de São Cristóvão pelos marchantes, e arrendado a Câmara Municipal. Mas o contínuo crescimento populacional na cidade do Rio de Janeiro fez com que o Matadouro ficasse circundado por prédios residenciais, e tais moradores não mais toleravam todos os incômodos que um Matadouro provocava, como o mau cheiro e insalubridade pertinentes ao seu funcionamento. Tal insalubridade era intrínseca e inevitável ao funcionamento de um Matadouro, por não haver neste período, um acondicionamento apropriado, tecnologias adequadas para a conservação da carne, descarte correto dos resíduos e muita umidade, o que provocava diversos miasmas. Devido a estas questões, o Matadouro ficava próximo a praça de comércio, pois a carne verde deveria ser consumida em até 24 horas após o abate, devido o processo de putrefação que se iniciava após esse período. Assim, no início da década de 1870, foram retornados os debates na Câmara Municipal para se construir um novo Matadouro. Iremos, a partir do início da década de 1870, focar nossa pesquisa em torno dos debates e pareceres dos vereadores para a aprovação de se construir um novo prédio, assim como, o local a se escolher para tal construção.



Detalhe de Planta do Rio de Janeiro, Dufour, 1838  
 fonte: [www.serqueira.com.br](http://www.serqueira.com.br)

99



100

<sup>99</sup> Detalhe da Planta da localização do Matadouro de Santa Luzia, indicado no mapa como Matadouro de gado. O local, atualmente, é o Passeio Público, no Centro do Rio de Janeiro. [www.serqueira.com.br](http://www.serqueira.com.br) Acessado em 06/08/2016.

<sup>100</sup> Foto das ruínas do Matadouro construído no Aterrado de São Cristóvão, na atual Praça da Bandeira. Imagem feita por Gladston Barroso, que mostra toda sua indignação com o estado deste prédio que já foi o Matadouro da cidade, e poderia ser utilizado para outro fim. Localizado em uma região carente, mantendo até agora só a fachada. Acesso em 06 ago. 2016. Disponível em: <http://coisasdesaocristovao.blogspot.com.br/2011/11/antigo-matadouro.html>

O interesse em pesquisar a transferência do Matadouro para a antiga Fazenda de Santa Cruz teve como mote a chegada ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em meados de 1886, o fidalgo João de Deus Moraes com sua esposa e seus 6 filhos: 5 homens e 1 mulher. Oriundo da cidade de Tras-os-Montes, em Portugal, para atuar no mercado das carnes verdes. Tal marchante se estabeleceu no atual bairro de Ramos, próximo aos mercados de São Cristóvão e de Madureira, onde vendia os produtos de sua fábrica de embutidos no seu açougue. Com a inauguração e funcionamento do novo Matadouro Público, e conseqüentemente, a transferência da praça de mercado de carnes verdes para a mesma área, seu filho, o marchante João de Deus Moraes, que tinha o mesmo nome do pai, se transferiu com sua esposa e seus 4 filhos: 2 homens e 2 mulheres, e a fábrica de embutidos, para Santa Cruz, arrendando um grande lote de terra bem próximo ao Matadouro. A sua filha primogênita Edite, que devido ao sotaque carregado do pai português no momento do Registro de Nascimento, somado aos absurdos dos tabeliães da época, teve o nome transcrito como Heiditha de Deus Moraes. Esta, pediu ao seu filho Jorge Xavier Moraes, que colocasse o seu nome ou o do seu marido, Sizenando, na criança que sua nora estava a gerar. Deste modo, nasceu em 5 de junho de 1970, sua neta, que foi registrada com o nome de Edite Moraes, a quarta geração de João de Deus Moraes, sua tataraneta. Portanto, esta pesquisa teve início com a necessidade de levantamento genealógico da minha família, para fins de heranças deixadas em Portugal.

O comércio de Carnes Verdes era bem lucrativo e vantajoso. Campos analisou a acumulação de capital no comércio das carnes verdes no início do século XIX. Ele mostrou que mesmo sendo um comércio no qual o produto era de grande aceitação e procura, era comum e rotineira sua escassez no comércio carioca.<sup>101</sup> Linhares também abordou sobre esses períodos de escassez e o relacionou com o ágio que ela provocava.<sup>102</sup> Por outro lado, essa escassez proporcionou que o domínio do comércio das carnes verdes ficasse sob o monopólio de um determinado grupo: os marchantes, os negociantes de carne. Embora possuíssem poder econômico e político, não possuíam o poder jurídico, com Leis que definissem seus poderes legalmente, por esta questão,

---

<sup>101</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: Negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835)*. São Paulo: Alameda, 2010.

<sup>102</sup> LINHARES, Maria Yeda. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Ministério da Agricultura, Brasília, s/d.

comparamos seu poder ao poder simbólico, no qual todos os reconheciam, mas sem Leis que os definissem, pois não tinha representatividade jurídica. Estudados por Tavares, os marchantes dividiam entre si os talhos de carnes para que negociassem aos açougues, sendo que muitos deles, também eram invernistas e criadores, o que os levavam a terem os monopólios de todas as etapas do processo de fornecimento das carnes verdes no comércio da cidade do Rio de Janeiro.<sup>103</sup>

Se por um lado temos o contentamento de um grupo de negociantes que dominavam esse mercado, do outro lado temos as queixas da população que residia ao redor do Matadouro no centro do Rio de Janeiro. Freitas aponta que as questões de higiene e insalubridade apareciam constantemente nas reclamações, seja nos jornais ou nas Sessões da Câmara Municipal, e tantos os vereadores, quanta a população, pediam pela retirada do Matadouro do centro da cidade do Rio de Janeiro.<sup>104</sup> Dessa forma, corroboramos com a concepção de Freitas que a transferência do Matadouro para a Fazenda de Santa Cruz foi uma forma de responder as queixas da população que chegavam a Câmara Municipal. No entanto, trazemos de inédito a hipótese de que poderia ter havido também uma tentativa da Câmara Municipal, ou parte dos vereadores, de retirar dos marchantes o poder sobre o comércio das carnes verdes, já que a carestia e o ágio sob esse produto era uma constância nesse período, fazendo com que essa fração de classe obtivesse cada vez mais poder social e econômico, além de receberem o valor do arrendamento do prédio do Matadouro da Câmara Municipal.

José Murilo de Carvalho nos lembra que a política eleitoral brasileira no Império era baseada no voto censitário em que para votar ou ser candidato ao cargo do Legislativo se fazia necessário a comprovação da renda estipulada pelo governo.<sup>105</sup> Tal política restringia a participação de grande parte da população, sendo reservada aos grandes proprietários de terras e comerciantes. Para isso, buscaremos nos vereadores que compunham a Câmara Municipal se havia uma bancada que representasse os interesses dos marchantes nas decisões do governo em relação ao comércio das carnes verdes, para analisarmos os momentos em que eram favoráveis ou contra a marchantaria, já que era crescente o seu poder e prestígio, o que poderia ameaçar a

---

<sup>103</sup> TAVARES, Georgia da Costa. *A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

<sup>104</sup> FREITAS, Benedicto de. *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1950.

<sup>105</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.



hierarquia social da cidade do Rio de Janeiro, e a crescente acumulação de capital pelos marchantes<sup>106</sup> os permitia financiar as campanhas eleitorais de vereadores e, desse modo, os terem como defensores dos seus interesses na Câmara Municipal.<sup>107</sup> O cargo de vereador não era remunerado, e somente os "homens bons", como já vimos, podiam se candidatar a tal cargo. Mas eram cargos de muito prestígio, e gerava alta influência a quem o ocupava, voluntariamente.

## **2.1 - Debate sobre a transferência do Matadouro.**

O acelerado crescimento urbano na cidade do Rio de Janeiro, resultou na falta de um espaço apropriado para o gado ser alojado, acarretando um severo problema para a manutenção do Matadouro nesta região, além das crescentes reclamações dos moradores a respeito da falta de higiene oriunda dele. A pressão pela manutenção, reforma e ampliação do Matadouro de São Cristóvão guardava relação com os interesses dos marchantes envolvidos nesse estabelecimento, pois muitos tinham pastos próximos ao Matadouro, e a sua transferência para uma outra região prejudicava suas ações. Tais pressões podemos observar no requerimento do Engenheiro João Eduardo Lajoux, publicado no dia 20 de maio de 1870, no jornal Diário do Rio de Janeiro, que pedia ao Governo Imperial autorização para, dentro ou fora do Império, incorporar uma campanha para construir um Matadouro de acordo com os preceitos da ciência e para aformosear a capital do Império. Além do projeto para o Matadouro, também apresentava soluções para o escoamento dos detritos do Matadouro de São Cristóvão e o saneamento da região. Como aprimorar o canal já existente até o Saco do Alferes, despejando sobre as ilhas dos Melões e das Moças. Aterrar a lateral desse canal desde o Posto do Boticário até a bica dos Marinheiros, para fomentar a construção de armazéns, e aterrar a margem oposta desde a Bica dos Marinheiros até o hospício dos Lázarus, para a construção de um cais. Ou seja, tal requerimento, era para reformar o Matadouro de São Cristóvão, e impedir a transferência do Matadouro para outra localidade, com verbas privadas ou do Governo Imperial.

Observamos que não se dirigia a Câmara Municipal, a responsável pelo Matadouro. Por esse motivo, haviam sucessivas reclamações dos vereadores, sobre as invasões do

---

<sup>106</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Op. Cit*, 2010.

<sup>107</sup> TAVARES, Georgia da Costa. *Op. cit*, 2012.

Poder Imperial nas atribuições da autoridade Municipal, de acordo com as reclamações dos vereadores coronel Frias e Vasconcelos publicada no Diário de Rio de Janeiro, no dia 14 de abril de 1872. Nessa mesma publicação, tais vereadores, concluíram que o parecer sobre a obra do novo Matadouro seria onerosa à população do Município Neutro.<sup>108</sup> E a construção por empresa particular iria gerar altos lucros a tal empresa ao passo que o povo, e sobretudo a pobreza, ficaria sobrecarregada de aumento do preço das carnes verdes.

O debate acerca da construção de um novo Matadouro e sua localização durou dez anos e foi cercado de disputas de interesses. Alguns poderosos ofereceram suas terras por enxergarem um excelente negócio em vê-las valorizadas. Esse foi o caso do Marquês de Quixeramobim que ofereceu sua fazenda em Itaguaí, e também o do comendador Tavares Guerra, que ofereceu sua Fazenda da Pavuna.<sup>109</sup> Quem tivesse suas terras escolhidas pela Câmara Municipal, teria garantido por longos anos o pagamento pelo arrendamento das terras, o que seria muito vantajoso. Visando tais vantagens, os vereadores Barão do Rio Doce, Araújo Lima, Eiras, comendador Dias da Cruz e presidente da Câmara e A. Ferreira Vianna, requereram a construção do Matadouro na Ilha das Moças, e para tal, solicitaram a criação de um imposto adicional de 4 réis em libra da carne verde, que seria destinado a construção. Tal requerimento foi publicado no jornal diário do Rio de Janeiro, no dia 14 de abril de 1872. Nesta mesma edição, também foram publicados o parecer sobre as diferentes propostas de empresas particulares para a construção de um novo Matadouro. Devido o curto prazo estabelecido, de 30 dias apenas, para os concorrentes apresentarem as propostas, os vereadores propuseram o adiamento da votação, embora concordassem com o parecer. Mesmo aprovado o parecer, tais propostas foram anuladas por não terem, em sua maioria, planta e plano para a construção do novo Matadouro.

Tais propostas foram publicadas no Diário do Rio de Janeiro, em 9 de março de 1872, após a chamada pública. As empresas particulares que se inscreveram, propunham uma série de vantagens ao governo, como construção de escola, melhorias de saneamento, urbanização e etc. Mas não apresentaram de forma concisa, valores e

---

<sup>108</sup> O Ato Adicional de 1834, que alterava a Constituição de 1824, transformou a Cidade do Rio de Janeiro em Município Neutro, uma unidade administrativa autônoma frente a Província do Rio de Janeiro, com sede em Niterói. O Município Neutro constituiu-se como a cidade/capital do Brasil, um território único e institucionalmente diferenciado das demais províncias. O Município Neutro era administrado por uma Câmara Municipal subordinada diretamente ao Ministério do Império e às decisões da Assembléia Geral.

<sup>109</sup> FREITAS: 1950, p. 31.

cronogramas, essenciais para tal empreendimento. Izidoro Borges e outros, em sua proposta apresentaram planta e planos, para construir o novo Matadouro no local atual, em São Cristóvão, ou em outro local. A proposta apresentada por Francisco Teixeira de Magalhães, sem planta e sem plano, era para construir o novo Matadouro na fralda da Serra da Tijuca ou no Andarahy Grande ou Pequeno. A de Leon Dreyfuss e outros, com planta e plano, seria para se construir o Matadouro no lugar que a Câmara designasse. O Visconde de Barbacena tinha a planta para se construir o Matadouro no Curato de Santa Cruz, e propunha fazer uma linha férrea de Santa Cruz a Sapopemba. O projeto de Lassun, sem planta e sem plano, era para se construir no local atual, em São Cristóvão. E, o de Francisco José Bernardes, com apenas planos, era de construir o novo Matadouro na Ilha dos Melões e Moças. Nenhum dos projetos foram aprovados, o que promoveu novos debates nas sessões da Câmara Municipal.

O argumento utilizado pelos vereadores que colocaram em pauta a transferência do Matadouro foi a insalubre condição de higiene da Cidade, somando-se ainda a má qualidade dos alimentos oferecidos nas casas de comércio no Rio de Janeiro e em todas as cidades do Brasil. Outro problema identificado era a péssima qualidade do gado, que devido as longas distâncias que percorriam, a precária alimentação e a dificuldade em beber água, acabavam chegando aos Matadouros muitas vezes doentes. Estes inconvenientes constituíam um grave perigo a saúde, sobretudo, para o povo consumidor. Este risco levou a crer que "só pode ser removido estabelecendo-se o Matadouro no centro das pastagens e das aguadas, de modo que a rés entre para o corte descansada e farta d'água e de alimento, tranquila e sadia".<sup>110</sup> Prontamente, a bancada de vereadores que defendiam os marchantes, reagiram alegando não ser competência da Câmara Municipal a construção de um novo Matadouro.

O Matadouro de São Cristóvão havia sido construído pelos marchantes para atender a alta demanda pelas carnes verdes, pois o Matadouro de Santa Luzia não tinha como atender o aumento da produção. Desta maneira, a Câmara Municipal pagava aos marchantes para usar o prédio, já que o abate era de sua responsabilidade. E devido às péssimas condições de higiene do prédio, e as constantes reclamações dos moradores do seu entorno, os marchantes queriam que o governo arcasse com a reforma do prédio, e não com a construção de um novo estabelecimento. A fim de buscar solução para o impasse, os vereadores que apoiavam os interesses dos marchantes, recorreram a Lei

---

<sup>110</sup> Ata da Câmara Municipal, p. 11, Pauta 6ª. 05 de novembro de 1873. Acesso em 26/06/2016.

Ordinária de 1828, para impedir a transferência e pediam indenização caso isso ocorresse. Para analisar tal recurso, foi nomeada uma comissão especial formada pelos vereadores Bezerra de Menezes e João Saldanha da Gama para redigir o parecer, pleiteando a portaria do Ministério do Império sobre a aquisição de um novo Matadouro.<sup>111</sup>

Feita a análise em Assembléia da referida Lei, se comprovou estar de acordo com a Lei a construção do novo Matadouro pela Câmara Municipal. O aditivo a essa Lei de 1873, cortava toda dúvida e dava pleno direito de remover e construir o Matadouro. Nesta mesma Assembléia foi lido o parecer do Superintendente da Imperial Fazenda de Santa Cruz, José Saldanha da Gama, e foi aprovada a Ata para a construção do novo Matadouro. "Os Matadouros são obras municipais, assim por sua natureza como por seu destino, e quando pudesse haver dúvida a semelhante respeito, toda ela se desvaneceria diante dos §§ 2º e 9º do Artigo 66 da Lei do Império de 1º de outubro de 1828".<sup>112</sup> Há de se atentar ao fato de que o vereador presidente da comissão de análise e o superintendente da Imperial Fazenda de Santa Cruz, têm o mesmo sobrenome, podendo serem irmãos ou parentes próximos, o que sugere um corporativismo à análise, já que era competência da Câmara Municipal indicar alguém de sua confiança para ocupar tal cargo, que era remunerado.

Na 32ª Sessão do dia 29 de outubro de 1873, Saldanha da Gama requereu uma sessão extraordinária para se tratar das causas que tinham dado lugar a elevação do preço da carne verde. Esse também era uns dos fatores usados como motivos para a transferência do Matadouro.<sup>113</sup> Tal sessão extraordinária decorreu da 33ª Sessão, em 5 de novembro de 1873, foi lida a Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de 27 do mês de outubro, comunicando a Câmara Municipal que para cumprimento da disposição do art. 3º § único do art. 2º da Lei N. 2.348 de 25 de agosto do corrente ano. Pela qual foi o Governo autorizado para a fazer a requisição de um novo Matadouro no Município da Corte, para onde em tempo breve se remova o atual como tanto importava ao melhoramento sanitário da Cidade do Rio de Janeiro, determinando que a Câmara chamasse os concorrentes na forma do art. 47 da Lei do 1º de outubro de 1828 para, construção daquele estabelecimento. E declarou o prazo de 3 meses para apresentação das propostas, planta e plano das obras, fixando sua conclusão.

---

<sup>111</sup> *Ibidem.* p. 31. 05 de novembro de 1873. Acesso em 26/06/2016.

<sup>112</sup> *Ibidem.*

<sup>113</sup> *Ibidem.*

Nas propostas se deveriam atender às condições higiênicas, de ser os terrenos em que iram se construir secos e arejados, a fim de evitarem o desenvolvimento de miasmas prejudiciais à saúde pública. Teriam que haver pastagem e mananciais próximos onde o gado descansaria e se sustentaria por alguns dias. A localidade deveria oferecer fácil e pronto transporte. Ser provida abundantemente de água, com a qual se manteriam grandes depósitos para limpeza e perfeição dos trabalhos e asseio do estabelecimento. O limite do crédito da Lei foi de 2.000:000\$000 para todas as despesas. Quanto à localidade, teria que haver o parecer dado pela Comissão encarregada de examinar os lugares apropriados para construção do novo Matadouro. Tais apropriações se achavam, em anexo, ao relatório apresentado pelo Ministério a Assembléia Geral em 21 de Dezembro de 1872. Ao final do prazo estabelecido, a Câmara com o seu parecer, nas informações que julgariam necessária sobre as propostas recebidas, as enviaram ao Governo para final resolução.

Entrando na discussão, depois de algumas observações, resolveu-se pela proposta de Araújo Lima, que fosse nomeada uma comissão especial para esse fim, e por indicação do mesmo foram nomeados Saldanha da Ganha comissário do Matadouro, Bezerra de Menezes e Presidente, os quais já tinham estudos sobre esta matéria. O parecer sobre a remoção do Matadouro foi explanado na 38ª Sessão no dia 15 de dezembro de 1873. O Governo Imperial, autorizado por lei especial a fazer a remoção do Matadouro público, com o que poderia gastar até a soma de 2.000:000\$000 réis, cometeu à Câmara o encargo de chamar propostas para a nova construção. Deixando-lhe o direito de escolher a localidade, embora lhe recomende que tenha na maior consideração, as condições estabelecidas no relatório de uma comissão por ela nomeada em 1872. Essas condições, depois de cuja exposição a comissão optou pela Fazenda de Santa Cruz, são as seguintes literalmente transcritas:

As condições locais indispensáveis ao estabelecimento de matadouros, sem maior prejuízo da saúde pública, resumem-se no seguinte. 1º. Colocá-los o mais longe possível dos centros populosos, para que as emanações que possam despender-se das matérias animais em decomposição, ou por desleixo nas condições de asseio, ou por outros motivos, não se tornem prejudiciais aos habitantes próximos. 2º. Fundá-los em lugar elevado e enxuto, a fim de facilitar o escoamento de resíduos e matérias impuras, que possam nele acumular-se por falta de nível suficiente a esse mister. 3º. Construí-los em lugar que tenha água em abundância para as necessidades do serviço e do gado, assim como bons pastos onde possa este descansar e refazer-se das perdas experimentadas em viagem; tornando-se uma das condições mais essenciais, pela influência natural que exerce sobre a saúde das rezes

destinadas ao corte, e conseguintemente sobre a boa ou má qualidade da carne entregue. 4º. Finalmente, circundá-los de grandes árvores para estabelecer uma boa à difusão dos miasmas que deles possam escapar para afetar a saúde das populações vizinhas.<sup>114</sup>

Tais condições elencadas para a localização do novo Matadouro, deixam claramente explícitas, a questão da limpeza urbana e o quanto um Matadouro poderia contribuir para a aquisição de doenças, se houvesse moradores ao seu entorno. Assim como, as necessidades de total higiene e o plantio de árvores, para se evitar as miasmas.

Na conclusão do seu parecer, o vereador Bezerra, depois de mostrar a improcedência de outros pontos indicados, e apontar a Imperial Fazenda como local a se construir o novo Matadouro, explanou que:

Não conheço Santa Cruz, mas sei que reúne todas as condições estabelecidas, quer em relação à topografia, quer em relação à higiene assim dos gados como das populações. Há, porém, duas considerações pelas quais eu sou de parecer que se proponha ao Governo Imperial de preferência a fazenda da Pavuna. A 1ª é que ninguém ofereceu a fazenda de Santa Cruz; 2ª é a questão de vantagens ou desvantagens da remoção para Santa Cruz. Afastado 7 léguas da estrada de ferro de Pedro 2º, Santa Cruz vai custar à Câmara, com o ramal preciso, com as construções do Matadouro, alguns mil contos de réis, que a Câmara não pode, nem deve despendar, máxime quando tem a fazenda da Pavuna, onde se encontram as condições científicas acima estabelecidas, e seu proprietário oferece um edifício, preparado à vontade da Câmara para matadouro, e um ramal construído, também a sua custa até a estrada de ferro, donde dista apenas 1 légua.<sup>115</sup>

Nos debates anteriores, a Câmara procurando no Município um lugar que tivesse as necessárias condições para Matadouro, só achou dois, Pavuna e Santa Cruz. A mesma preferiu Pavuna, porque nada lhe custaria, apresentava melhores condições e pagariam apenas o valor do arrendamento, ao passo que Santa Cruz, além de não lhe ter sido oferecido, iriam lhe custar alguns mil contos de réis, pois teriam que arcar com toda a obra. Mas, nessa mesma Sessão as condições mudaram, e Santa Cruz que não foi oferecido e que seria muito dispendioso passou a ser o local escolhido, e a Pavuna foi retirada da concorrência. Pois, em vez de custar Santa Cruz alguns mil contos de réis, nada viria a custar a Câmara, pois as obras seriam feitas pelo Cofre Geral. Mais uma interferência do Governo Central em assuntos de competência das Câmaras Municipais. Portanto, a conclusão da Câmara, em 1873, não poderia deixar de ser senão em favor de

---

<sup>114</sup> Ata da Câmara Municipal. 38ª Sessão, no dia 15 de dezembro de 1873. Acesso em 26/06/2016.

<sup>115</sup> *Ibidem*.

Santa Cruz. Pois, a aprovação da Lei Orçamentária nº 2.348, de 25 de agosto de 1873, autorizava o Governo Imperial, e não mais a Câmara Municipal, despender até dois mil contos de reis, com a aquisição de um novo Matadouro. E sendo a verba do Cofre Geral, a Câmara Municipal não mais podia discutir e decidir a sua aplicação, pois só ao Governo Central competia resolver o assunto, como dono do dinheiro. O Ministério do Império, se apressou em comunicar à Câmara Municipal, sua exclusiva competência nas providências necessárias para uma perfeita colaboração com o Governo. Apenas financiador e fiscalizador da grande obra, cuja execução dependeria assim, do projeto que mais de perto interessasse à cidade, sob a tutela direta daquela casa legislativa.

Os debates na Câmara Municipal sobre a construção e o local do novo Matadouro se estenderam por longas Sessões até se bater o martelo, decidindo pela Imperial Fazenda de Santa Cruz. Na sessão do dia 24 de outubro de 1873, Saldanha da Gama foi eleito para a comissão do Matadouro, e analisar o requerimento de Roberto Armênio e Companhia, apresentando bases para o projeto de construção de um novo Matadouro<sup>116</sup>. Na mesma Sessão, foi decidido que se deveria guardar o requerimento para oportunamente ser tomada em consideração. Esse mesmo requerimento seria publicado, posteriormente, no Jornal do Comércio do dia 16 de janeiro de 1874, no edital de concorrência a licitação das obras do novo Matadouro, sendo contemplada a empreiteira Coimbra e Farani.<sup>117</sup> De acordo com o publicado no Diário do Rio de Janeiro de 25 de abril de 1874, o projeto mais barato, entre os apresentados, foi o de Egydio Guichard e Manoel José Cardoso. Mas, a superioridade na beleza, da planta do Engenheiro Augusto Coimbra e Domingos Pedro Farani, deixou os vereadores divididos.

Mas, por que o Governo Imperial se intrometeu numa questão que era de competência da Câmara Municipal? Com todos esses empecilhos e desvantagens, por que o Campo de São José, na Fazenda de Santa Cruz se tornou tão vantajoso? Mas, vantajoso para quem? Uma resposta está no fato de que o terreno cedido ao grande empreendimento, pertencia à família Imperial, que era administrado pela Mordomia Imperial, administradora dos seus bens, nos quais estavam incluídos os campos da imensa Imperial Fazenda de Santa Cruz. Sendo assim, a verba do arrendamento do terreno para a construção do novo Matadouro, iria para os cofres da Família Imperial.

---

<sup>116</sup> *Ibidem*.

<sup>117</sup> FREITAS, Benedicto de. *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1950.

Então, podemos assim resumir, que o Governo Central, na figura do Imperador, interveio numa discussão de âmbito da Câmara Municipal, determinou que iria custear a construção do novo Matadouro, que era de responsabilidade da Câmara Municipal, decidiu qual terreno, mesmo sendo o mais oneroso para o empreendimento, e que o beneficiário do rendoso arrendamento seria a família do Imperador.

Ou seja, o Imperador usaria a verba do Governo para construir o novo Matadouro, que não era de sua competência, no terreno que lhe era propriedade particular, e receberia o valor do arrendamento do seu terreno dos cofres públicos. Nada a dever aos políticos da atualidade governando para causa pessoal. Mas o Imperador nada fazia sem o amparo dos grupos econômicos e políticos mais poderosos que compunham o seu Ministério. Tais grupos foram analisados por Mattos que os classificou como Saquaremas e Luzias<sup>118</sup>, e nestas relações de poder, mais alguém além do Imperador, ganharia com esse empreendimento. Do contrário, o Imperador não entraria em conflito com esses grupos, apenas para o seu benefício. Havia uma estrutura econômica muito forte em torno das carnes verdes. O que sugere, posteriormente, uma maior investigação. O Imperador havia concedido a alguns dos maiores marchantes, a licença de terem seus Matadouros particulares, que por lei, competia apenas à Câmara Municipal. A quem mais atenderia essa escolha por Santa Cruz?

O contrato de arrendamento do terreno, que foi lavrado na Superintendência de Santa Cruz, no dia 25 de julho de 1874, data que ficou vigorando para efeito da contagem do prazo, estipulava como condição principal, o pagamento da taxa anual de 999\$000 e fixava o tempo de arrendamento em 50 anos.<sup>119</sup> Tal construção traria muitos benefícios direto para a família Imperial. Escamoteada como sendo para atender ao novo Matadouro, ocasionou varias melhorias para a Fazenda. Como o telégrafo, a ferrovia, o telefone, a luz elétrica e o aumento de arrendamentos, gerando lucros para a família Imperial. Sem contar nos interesses dos vereadores e dos marchantes, que através de vários conluios, iriam ter muitos benefícios com essa transferência as custas do cofre público.

O Campo de São José oferecia água em abundância do Rio Itá, que também iria servir para a limpeza e para o escoamento dos detritos do Matadouro, tinha vastos

---

<sup>118</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

<sup>119</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.*, 1950.



pastos para o descanso e alimento do gado, praça para a pesagem e leilão do gado, não havia moradores ao seu entorno, estava no caminho das estradas por onde se escoava o gado das províncias de Minas Gerais e Goiás, os portos de Sepetiba e do Rio Itá para o transporte do gado oriundo das províncias do Sul. Mas havia um grande problema e que seria muito agravado nos dias de sol forte: os cinquenta e cinco quilômetros de distância do comércio da cidade do Rio de Janeiro. Os vereadores da bancada dos marchantes,

[...] ressaltaram, que cumpria não deixar passar em silêncio as objeções que assaltam ao espírito em face de semelhante escolha, pois, ficando o Matadouro a 12 léguas da Cidade, as passagens dos negociantes de carnes verdes e os fretes de transporte desse gênero de primeira necessidade, forçosamente concorreriam para o aumento de seu preço no mercado consumidor. E pelas mesmas razões, os miúdos que são o alimento da nossa pobreza, ou ficariam perdidos para ela, indo destinar-se à indústrias, ou chegar-lhe-iam por preço excessivamente oneroso. Em absoluto não há de se negar que, o afastamento de 12 léguas e o transporte por estrada de ferro, deveriam, forçosamente, encarecer a carne que era suprida ao público.<sup>120</sup>

O que foi suprido pelo desconto das passagens para o Matadouro, com Câmara se comprometendo com a Estrada de Ferro D. Pedro II, de pagar a diferença, para que não fosse embutida no preço das carnes verdes, oferecida a população.

A bancada favorável a transferência, apontou que em relação ao estado desse comércio especial de carnes verdes, podia-se assegurar que as novas condições não teriam a influência que se receava: 1º) porque é tal a diferença dos preços porque vende o produtor e compra o consumidor, que o intermediário ainda com os ônus do transporte de Santa Cruz para a Corte, não precisaria elevar o preço da carne para ganhar muito, e 2º) porque do atual Matadouro, por um contrato com a Câmara, o preço do transporte das carnes seria de nove réis por libra, o que na tarifa das estradas de ferro não precisaria ser muito elevado, para assim, salvar a despesa do custeio, única preocupação que devia ter o Governo. Em relação ao aproveitamento dos miúdos, foi resolvido, permitindo também aos quitandeiros, que os transportassem pelo mesmo valor dado aos marchantes. O ramal entre Sapopemba e Santa Cruz, em uma linha direta e de bitola estreita entre essa Fazenda e a Corte, às expensas do Estado, por meio de empresas por ele favorecidas, não iriam alterar o preço da carne em nosso mercado, mesmo como tarifa mais alta que a do atual Matadouro de São Cristovão.

---

<sup>120</sup> Ata da Câmara Municipal. 15 de dezembro de 1873. Acesso em 26/06/2016.

Com estas e outras medidas a Câmara pode fazer com que a carne não subisse de preço com a escolha da Fazenda de Santa Cruz. Ao mesmo tempo, por essa escolha, fazia que a população da Corte venha a ter carne sã, descansada e saborosa, como nunca haviam tido. Pois devido estar o antigo Matadouro afastado dos pastos, pelo que às vezes, os gados destinados ao corte, sofriam inevitável privação de alimentação e de água. A escolha pela instalação do Matadouro na Fazenda de Santa Cruz teve total interesse da família Imperial, já que a Fazenda lhes pertencia, e arrendar o terreno para a construção do Matadouro a Câmara Municipal, não somente geraria rendimentos, como também estimularia a concessão de outros arrendamentos de pastos e currais para negociantes interessados na criação de gado ou para fábricas que utilizavam o boi como matéria prima.

[...] a Imperial Fazenda de Santa Cruz, cede e arrenda a Ilma. Câmara Municipal, pelo tempo de cinquenta anos a partir de 25 de julho de 1874, duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e quarenta metros quadrados de terreno no Campo denominado "São José" para a construção do novo matadouro, pela quantia anual de 971\$040 réis a razão de três e meio réis por metro quadrado, principiando o pagamento a 25 de julho de 1874. <sup>121</sup>

Os fatores favoráveis à escolha da Fazenda de Santa Cruz foram: estar distante da cidade, ter recursos hídricos e pasto abundante. A distância do centro da cidade, que poderia ser um problema seria resolvida com a criação do ramal ferroviário de Santa Cruz.<sup>122</sup> Entendia-se que no Campo de São José havia espaço para acomodação e engorda do gado, a alternativa de trazê-los de trem ou de vapores, não haveriam moradores ao seu entorno para reclamarem da higiene e do mau cheiro. Sendo assim, o problema já estava solucionado. Pois que a maioria das reclamações da população era em torno da higiene e da saúde pública, quem em período de grandes surtos de febre amarela que se passava a cidade do Rio de Janeiro, a área do Matadouro e seu entorno, era propícia para a proliferação dela e de outros miasmas. A transferência seria, também, uma questão de ordem para limpeza e saúde da população.

Muitas foram as ofertas de cessão de terrenos por parte dos fazendeiros que teriam um grande lucro, pois seriam agregados a Câmara Municipal por um bom

---

<sup>121</sup> AGCRJ. "Carnes e matadouros. Documentos variados", 1881-1882. "Contrato de arrendamento de terra", código (54-1-10), p.103.

<sup>122</sup> AGCRJ. Relatório do ministro dos Negócios do Império". Matadouro Público. Anexo A, dezembro de 1872, código (79-4-2), p. 1-7.

dinheiro, um contrato muito lucrativo. Após pesquisas comandadas por comissões formadas pelos vereadores, as terras do Campo de São José na Imperial Fazenda de Santa Cruz, de propriedade do Imperador e que seria beneficiado com o arrendamento de suas terras, foi a escolhida por reunir todos os requisitos, impostos pela comissão, para se abrigar o novo Matadouro Municipal e toda a praça de comércio das carnes verdes. Mesmo decretada a transferência do Matadouro e a escolha da Fazenda para a sua construção, os debates não cessaram, pois, o prédio do Matadouro de São Cristóvão ficava muito próximo de áreas residenciais, e o mal cheiro somado com os frequentes "estouro" de boiadas pelas ruas, avolumaram a Câmara Municipal de reclamações e pedidos de fechamento do prédio, tornando inviável a continuidade dos trabalhos.

A procura por um terreno que pudesse abrigar não somente o Matadouro como também toda a praça de comércio das carnes verdes, levou a exaltados debates entre os vereadores, uns defensores diretos dos interesses dos marchantes, outros pela higiene e insalubridade da Cidade e outros com demais interesses nessa transferência. Os marchantes, grandes negociantes das carnes recém abatidas, carnes verdes, e que deveriam serem consumidas antes de trinta e seis horas após o abate, um argumento médico para a defesa de seus interesses, viam nessa transferência uma ameaça aos seus negócios totalmente monopolizados por eles. Assim tivemos um argumento médico de saúde pública para uma solução econômica. Os debates promovidos pela bancada favorável aos marchantes, continuaram tentando impedir a transferência, durante as obras do novo Matadouro. E mesmo com a inauguração do Matadouro, continuaram a resistir. Somente quando foi decretada o fim dos trabalhos no do prédio de São Cristóvão, que tais marchantes não mais tiveram o que debater. A transferência do Matadouro Municipal para a Imperial Fazenda de Santa Cruz e a criação de uma nova praça para o comércio das carnes verdes, propiciou um novo local de tensão e conflitos para a se obter poder e privilégios políticos e econômicos. Afinal, a sua transferência trazia a solução para a instalação que já se mantinha provisória há trinta anos em São Cristóvão: a população reclamava de mau cheiro e imundície, que impregnavam o bairro imperial, e sua presença já não era mais tolerada.

Em meio à todos esses debates sobre a transferência e construção de um novo Matadouro, o cenário mundial passava por transformações muito profundas na economia, que geraram impacto no Brasil ao longo do século XIX, no capital

financeiro e no capital industrial. Transformações nas relações de produção e nas relações de trabalho. A Guerra do Paraguai, o fim da escravidão, a transformação política com o fim do Império e a Proclamação da República e a inserção de todos esses grupos no panorama financeiro, provocaram conflitos na economia brasileira durante a segunda metade do século XIX em transição para o século XX.

## 2.2- A construção do Matadouro

Apesar de estar definido a construção do novo Matadouro, com a verba do Governo Imperial, o que retirava da pauta dos debates na Câmara Municipal tal questão, tivemos ao longo das obras e até a inauguração, movimentos dos vereadores defensores da causa dos marchantes, para a não transferência do Matadouro. Como já apresentamos, tais marchantes queriam a reforma do prédio de São Cristóvão, que lhes pertencia, e não a construção de outro prédio, pois além do monopólio sobre as carnes verdes, eles ainda recebiam o valor do arrendamento do cofre da Câmara Municipal. Tais vereadores agiam de todas as formas possíveis, com o intuito de obstruírem as deliberações da Câmara Municipal e do Governo Imperial, sob a alegação de estar Santa Cruz muito afastada da cidade, na tentativa de impugnarem as obras. O Jornal do Comércio publicou, no dia 16 de janeiro de 1874, as normas gerais para a construção, o edital de concorrência e o orçamento feito pela diretoria de Obras Municipais, assinado pelo Diretor de Obras da Municipalidade, José Antonio da Fonseca Lessa (Tenente-Coronel Engenheiro do Estado Maior, de 1ª classe), que previa:

Baldrame 178.800 pl<sup>a</sup> a 200 réis - 37:760\$000  
Soca de capeamento da cantaria: 880 braças a 20\$000 - 17:600\$000  
12 portões de ferro a 500\$000 - 6:000\$000  
Gradil: 862 braças a 30\$000 - 25:860\$000  
4 Casas de matança a 87:180\$000 - 348:720\$000  
5 Armazéns a 66:692\$700 - 333:463\$500  
4 Apriscos a 36:798\$000 - 147:192\$000  
Curral central - 33:638\$800  
20 Pára-raios a 200\$000 - 4:000\$000  
1 Caixa d'água grande - 38:560\$000  
3 Ditas pequenas a 19:280\$000 - 57:840\$000  
Máquina a vapor, força de 16 HP - 12:000\$000  
Encanamentos - 48:000\$000  
Canalização d'água p/ os edifícios - 23:000\$000

Calçamento (preparo e nivelamento do solo inclusive) - 200:000\$000  
 Plantio (Arborização, gramado, etc.) - 20:000\$000  
 3 Repuxos grandes, a 3:000\$000 cada - 9:000\$000  
 Vala mestra de esgoto - 50:000\$000  
 Esgoto no perímetro - 25:000\$000  
 Lâmpadas para iluminação - 12:000\$000  
 Casinha para latrinas - 10:000\$000  
 4 Casas de "ver-o-peso" a 28:000\$000 - 112:000\$000  
 4 Casas para serviços complementares a 32:000\$000 - 128:000\$000  
 Edifício principal - 182:000\$000  
 4 Pontes a 5:000\$000 - 20:000\$000  
 Eventuais - 100:000\$000  
 Total - 2.000:000\$000<sup>123</sup>

Os contratos de arrendamento do terreno e com a empreiteira foram lavrados no mesmo dia, 25 de julho de 1874, sendo o de arrendamento por 50 anos, e o da empreiteira com um prazo de 3 anos, a contar desta data, para a entrega do novo Matadouro, com multa de 2:000\$000 por cada semana de atraso. Logo de início, Augusto Teixeira Coimbra, empreiteiro das obras, pediu prorrogação de 30 dias, para o início das obras. A primeira parte dos serviços consistia de aterrar e nivelar o terreno a ser escolhido, dentre as três opções de locais oferecidos da Fazenda. Foi de responsabilidade do empreiteiro a escolha, dentro da Imperial Fazenda de Santa Cruz, do local a ser construído o novo Matadouro. Os locais indicados para a empreitada foram a área do Curtume, próximo à Ponte dos Jesuítas e o rio Guandu; Barra do Guandu e o Campo de São José. Freitas afirma que a escolha do Campo de São José, fora feita pelo Presidente da Câmara Municipal, Tenente Coronel Comendador Antônio Barroso Pereira.<sup>124</sup> Mas, no processo de rescisão do contrato com a empreiteira, consta que foi Coimbra, sócio da empreiteira, como responsável pela escolha do terreno.

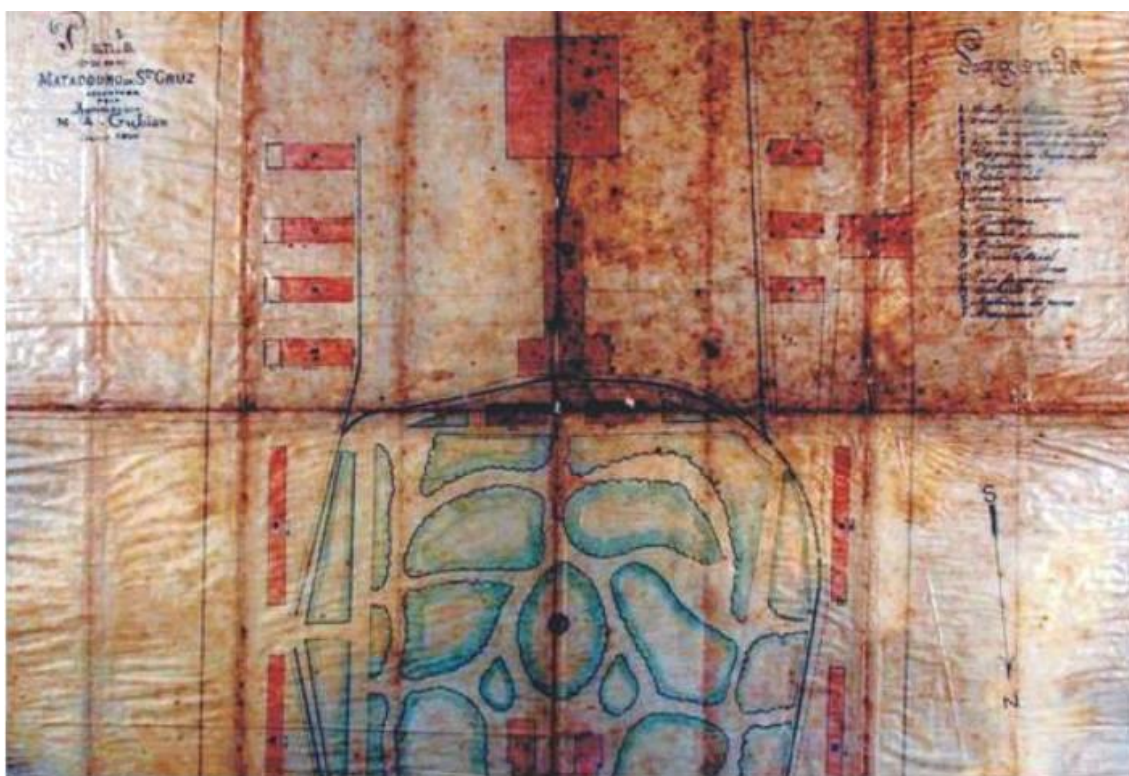
Freitas analisa o local escolhido para a construção do novo Matadouro, como sendo o Campo de São José, "o local perfeito para tal empreitada, pois oferecia todos os recursos necessários para a construção e a instalação do novo Matadouro, que pretendia ser modelo para outras cidades".<sup>125</sup> Longe do centro urbano, amplo espaço, o Rio Itá para navegação e escoamento dos detritos, o Morro da Boa Vista e da Pindaré para fornecer o aterro e as pedras para a construção. Mas, os diversos relatórios contidos na

<sup>123</sup> FREITAS: 1950, p. 33.

<sup>124</sup> *Ibidem.* p. 34.

<sup>125</sup> *Ibidem.* P. 34

rescisão do contrato, nos mostram o contrário. O processo aponta, que mesmo não sendo apropriado o local determinado para as obras, de acordo com a planta, o empreiteiro iniciou as obras, sabendo que iria ultrapassar o orçamento. Pois, o local exigia obras adicionais, e assim o fez, para que a obra fosse embargada e transferida para outro local. E, conseqüentemente, receber a pesada indenização, prevista no contrato, caso houvesse a mudança do local da obra. Com essa finalidade, Coimbra conseguiu ficar 2 anos da obra apenas na preparação do terreno para se erguer os 24 prédios previstos na planta. Mesmo com os relatórios do engenheiro fiscal denunciando as irregularidades, nada era feito para acelerar os trabalhos, assim como, continuaram a liberar verbas, desconsiderando totalmente a fiscalização. O elo entre a Câmara Municipal, encarregada de fiscalizar as obras, o empreiteiro e o Ministro do Império, em nada deixou a desejar aos conluios que presenciamos na atualidade, entre os empreiteiros e membros do governo.



126

Iremos analisar as obras para o novo Matadouro, através do processo de rescisão do contrato para as obras do novo Matadouro, firmado com a empreiteira Coimbra &

---

126 Projeto do novo Matadouro. 1873.  
<https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>. Acesso em 26/06/2016.

Farani. Tal processo nos fornece detalhadamente todo jogo de interesse para que se prolongasse o máximo possível a sua conclusão. As sinuosidades da empreiteira para lesar os cofres públicos, gerando grandes lucros a seu favor, com as inúmeras concessões de modificações do projeto original. A empreiteira prometia para a instalação do novo estabelecimento, encomendar todos os acessórios, maquinário, e mesmo os portões, “dos países civilizados da Europa”, no intuito de erguer, na cidade do Rio de Janeiro, um Matadouro modelo.<sup>127</sup> Mas não cumpriu essa promessa. No Decreto de nº 7.078 de 9 de novembro de 1879, foi rescindido o contrato de 25 de julho de 1874, lavrado com a empreiteira para a construção do novo Matadouro. O contrato assumido pela firma Coimbra & Farani, que era constituída pelos engenheiros Augusto Teixeira Coimbra e Domingos Pedro Farani, foi referendado pelo Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho. Tal firma, e principalmente, o sócio Coimbra, gozava de muito privilégio com o Ministro do Império, o merece uma maior investigação a se fazer. De acordo com o contrato, em 12 de dezembro de 1877, deveria estar concluído o Matadouro. E consta nos termos do contrato o prazo de 3 anos para a conclusão das obras. Porém, antes de terminar o prazo, foi concedido ao empreiteiro a prorrogação para até 12 de junho de 1878.

De acordo com os relatórios do engenheiro fiscal do Império, Antonio da Costa Pinto e Silva, designado como engenheiro das obras do novo Matadouro, o empreiteiro não deu o impulso necessário para que as mesmas pudessem estar concluídas a tempo. Não obstante de estar com as obras em atraso, contava talvez, em conseguir uma nova prorrogação do prazo estipulado. Desde o início das obras, em 1874, o empreiteiro não cumpria as ordens e prazos estipulados. Não tinha mão de obra suficiente para a empreitada que deveria ter mais de 300 operários. Havia apenas a metade desse número de trabalhadores, nos quais a maior parte era de mulheres, das libertas da Imperial Fazenda. Essas escravas libertas, eram as famosas reúnas, citadas por Freitas como “mulheres extraordinariamente resistentes”<sup>128</sup>, que executavam obras contra as inundações nos campos da Fazenda. Mas no relatório de rescisão consta que essas mulheres eram velhas e não prestavam para o serviço.

Foi formada uma comissão para avaliar as perdas e danos que o governo havia sofrido, em consequência da falta de comprometimento com o contrato por parte do

---

<sup>127</sup> ALY JÚNIOR, Osvaldo e RAMOS, Pedro. *“Boi Verde”*: o Brasil e o comércio de carne bovina internacional.

<sup>128</sup> FREITAS: 1950, p. 64

empreiteiro, e deduzir do que já havia sido pago. Tal comissão foi formada pelo Conselheiro Christiano Benedicto Ottoni, como relator, João Ernesto Viriato de Medeiros, Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim, Aarão Leal de Carvalho Reis e Carlos Krauss. Essa mesma comissão também seria responsável de emitir parecer sobre o melhor meio de se concluir as obras paralisadas. Até a data em que as obras foram paralisadas, o empreiteiro já havia recebido do Tesouro Nacional a quantia de 1.679:983\$300, dos 2.000:000\$000 destinados a obra. As multas cobradas pelo atraso das obras já estavam em 24:000\$000. Foram elencados 58 ofícios comprovando o não cumprimento das ordens feitas pelo engenheiro fiscal a empreiteira, dentre eles, ofícios da empreiteira modificando a planta da obra e substituindo materiais, que constavam no contrato. Assim, como diversos avisos alterando cláusulas do contrato e plano de detalhes, ou resolvendo dúvidas em relação à tabela de preços.

A rescisão do contrato não agradou Augusto Teixeira Coimbra, o que era esperado, pois estava acostumado as regalias que tinha obtido. O que levou Coimbra a publicar nos jornais sua insatisfação, tentando atrair para si a opinião pública, apresentando-se como vítima de sucessivas violências. As regalias foram cessadas com a substituição do Ministro do Império, e o novo Ministro, passou a ter como prioridade a direção dos negócios da construção do Matadouro. Antes dele as obras eram acompanhadas e fiscalizadas pela Câmara Municipal. O principal motivo das queixas feitas por Coimbra, se referia ao fato de o Ministro do Império não ter continuado com a política de sucessivas concessões a que estava acostumado, e que rendiam um enorme lucro para a sua empreiteira. E, a negação de favores e a exigência do cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato, eram denominadas pelo empreiteiro, como sucessivas violências. Coimbra apresentava com extorsões violentas a ordem de restituição de 50:000\$000 aos cofres públicos pelas obras não prestadas e as multas pelo atraso de entrega das obras, pelo aviso de 29 de novembro de 1878, que obrigava o empreiteiro a restituir tal quantia que havia recebido ilegalmente.

Os motivos alegados pelo governo, para a rescisão do contrato e a formação da comissão para intervenção e auditoria das obras, foram as várias publicações nos jornais. O empreiteiro publicava nos jornais suas críticas as ações do governo, que passou a não mais atender os seus requerimentos e avisos sobre o terreno em que se estava construindo o novo Matadouro, após os 4 anos de obras. Os planos da obra foram aprovados em 12 de dezembro de 1874, portanto, a conclusão da obra deveria ser



em 12 de dezembro de 1877. Antes desta data, o empreiteiro requereu mais 6 meses de prazo, alegando a demora do governo na solução de várias questões. Assim, em 15 de outubro de 1877, teve o requerimento aprovado, prorrogando a entrega da obra para 12 de junho de 1878. O Ministro do Império observou a pouca atividade com que se progrediam as obras, e aplicou as multas previstas no contrato, acreditando que assim, estaria estimulando o empreiteiro a cumprir o contrato dentro do prazo. Mas, ocorreu o contrário, as obras ficaram mais lentas e tudo indicava que o empreiteiro iria abandonar as obras a qualquer momento. Pois, além de diminuir o número de operários sensivelmente, as partes mais importantes da obra e que deveriam ter urgência foram abandonadas, e outras partes de menor urgência foram priorizadas.<sup>129</sup>

As obras já realizadas foram deixadas sem conservação e muitas estavam sendo destruídas pelos estilhaços da pedra, que era muito próxima, e pelas chuvas, sem que a empreiteira procurasse impedir tais e tantos estragos. Em relação a linha férrea, apenas as partes retas estavam alocadas, faltando fazer as curvas, e que ainda não havia sido mandadas fundi-las. Os portões foram feitos com erros, e o empreiteiro não mandou fazer as alterações, exigidas pelo engenheiro fiscal. Quanto aos operários, se negavam a trabalhar por falta de salários. Devido a tantas irregularidades, o Ministro do Império dirigiu-se a Santa Cruz no dia 14 de setembro de 1878, para avaliar as obras. Logo que chegou, foi abordado por um grupo de mais de 100 operários, que lhe pediam providências contra a lesão que o empreiteiro lhes fizeram, pois estavam sem os salários de junho, julho e agosto. Tal reclamação foi confirmada por um documento apresentado por eles, com mais de 150 assinaturas de operários, onde todos se diziam em atraso no recebimento dos seus salários. Sem muita saída, o Ministro teve que firmar que se o empreiteiro não lhes pagasse em breve, ele próprio o faria.

A circunstância de estarem as obras paralisadas, por conta dos operários se recusarem a trabalhar por falta de salários, levou o empreiteiro a fazer vários pedidos de força. Não só policial, como também militar, no intuito de conter pela violência, as reclamações dos operários, que exigiam o pagamento dos seus salários em atraso por mais de 3 meses. O empreiteiro fez várias comunicações a autoridade policial do Curato de Santa Cruz e ao Chefe de Polícia, declarando estar ameaçada a ordem pública pelos operários do novo Matadouro. Estes, flagelados pela miséria em que o empreiteiro os

---

<sup>129</sup> A Rescisão do Contrato de 25 de julho de 1874. Discutida e Documentada. Publicação Oficial. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1879. II-11,4,5. Biblioteca Nacional.

colocaram, não somente com o atraso de seus salários, como também, pela falta, quase absoluta, de mantimentos no armazém do empreiteiro.

Mediante este cenário, o Sr. Ministro não autorizou a liberação de nova verba ao empreiteiro. Justificou a sua atitude, explicando que a causa da insubordinação dos operários e da impotência do empreiteiro diante deles, se devia pelo fato, do empreiteiro não ter a idoneidade para levar a efeito, e com bom resultado, uma empresa como a das obras do novo Matadouro. Faltavam-lhe para isso, os recursos pecuniários e o tino administrativo, indispensáveis para se dirigir um trabalho de tamanho vulto, mantendo sempre a ordem, o respeito e a disciplina que, uma vez quebrada, nunca mais se consegue restaurar.<sup>130</sup>

Mas Coimbra, continuou a publicar nos jornais acusações contra o Ministro do Império, com a finalidade de encobrir as investigações, dificultando a análise dos fatos. Coimbra tinha o receio que fossem reveladas as tramas dos negócios de sua empreiteira nas obras do novo Matadouro. Temia Coimbra, que todos os fatos ocorridos e os documentos que produziram, fossem dissecados cuidadosamente pela comissão, e entregues a apreciação pública, desembaraçados das nebulosidades, que ele os cercava. Como a Câmara Municipal e o Ministro de Império liberaram tantas verbas para uma obra, que durante 2 anos não saiu do aterramento do terreno e suas contenções? Como não acataram os inúmeros relatórios do engenheiro fiscal que denunciava as irregularidades? Como Coimbra não acatava as ordens do engenheiro fiscal, e a Câmara não tomava providências diante do que era notificada pelos relatórios?

A comissão concluiu que houve falta de um relativo estudo necessário para se efetuar tão grandiosa obra. A Câmara Municipal não organizou planos detalhados para se estabelecerem as bases para o concurso de apresentação de propostas. Mas não seria possível tal organização, pois todo esse processo foi estabelecido em apenas 20 dias, e apenas o vereador Comendador João Chrysostomo Monteiro votou contra os demais vereadores. Além de votar contra, ainda emitiu um ofício ao Governo, fundamentando o seu voto contra, e frisou termos, pedindo a anulação das propostas apresentadas, listando vários pontos, que julgava errado. Ele explicou em seu ofício, que a execução de um estabelecimento da ordem em que se tratava construir, demandava sérios estudos com larga e franca concorrência, a fim de que os interesses públicos fossem devidamente considerados. A Câmara tendo, por ordem do Governo Imperial, fixado o prazo de um mês para tal concorrência, tornou impossível o estudo do plano oferecido, e

---

<sup>130</sup> *Idem.*

também impediu, organização de outros concorrentes com melhores estudos, pudessem ser comparados mediante o que se havia adotado.

Para o vereador, embora os membros do Legislativo não fossem profissionais no assunto, era possível saber que, o período estipulado limitado a menos de 30 dias, não se poderia fazer um orçamento regular de acordo com o tamanho da obra. Não tinha como preparar desenhos e memoriais de um plano, de acordo com o que tinha se estabelecido, em tão pouco tempo. Ele alegava, que se tratando de uma das mais importantes obras a se fazer na cidade, sede do governo, os especialistas no assunto, deveriam ser consultados e proferidos a última palavra. Tinha que haver um concurso de profissionais, não somente os que existiam na capital, como também em outras províncias e até mesmo na Europa. E que deste modo, apareceriam novas e proveitosas ideias para a execução do novo Matadouro, e a Câmara teria assim, uma maior condição de consideração de todos os projetos, com uma larga e refletida concorrência. O vereador chamou a atenção, que pelo modo que foi aberto o concurso, se limitou a meia dúzia de concorrentes, o que sugere que já estavam de ante-mão preparados, ou dispostos aceitar tudo com o plano formado de mistificar mais tarde, o contrato que firmassem. O que realmente aconteceu. E termina o seu ofício afirmando, que "gente de boa fé não podia se aventurar, por um terreno quase desconhecido, em uma empreitada cujo resultado não se podia calcular"<sup>131</sup>, como publicado no Jornal do Comércio de 15 de janeiro de 1874.

A planta dos proponentes Coimbra e Farani foi analisada e aprovada, baseada no parecer dos engenheiros da Câmara, por sua superioridade na beleza. A mesma também foi aprovada, com algumas modificações nas decorações de luxo, impróprias para um Matadouro, pelo engenheiro chamado pelo Ministério do Império, Francisco Pereira Passos. De acordo com tais propostas de modificações, indicadas por Passos, e adotados pelos proponentes, foi lavrado o contrato de 25 de julho de 1874. As obras deveriam ter começado no dia 12 de janeiro de 1875, data em que se esgotava o prazo de 30 dias para o início da obra, porém, os empreiteiros requereram a prorrogação do prazo até o dia 15 de fevereiro. Esta foi a primeira concessão, das mais de 58 elencadas no processo de rescisão de contrato, feita ao empreiteiro, contra o estabelecido nas condições do edital, no contrato e contra as disposições do termo firmado.

---

<sup>131</sup> Jornal do Comércio de 15/01/1874. Acesso em 26/06/2016.

Foi o primeiro elo de uma cadeia de sucessivas concessões, que os empreiteiros procuraram tornar interminável. Era esta cadeia, ao que parece, que mantinha o equilíbrio da empreiteira do Sr. Coimbra. Mas na realidade, era tão instável essa cadeia, que se partiu quando não mais pode o Sr. Coimbra obter concessões, e assim sustentar de pé a sua empreitada.<sup>132</sup>

O contrato previa o pagamento dos 2.000:000\$000 em parcelas trimestrais. Mas, logo no início das obras, os empreiteiros pediram que a palavra trimestral fosse substituída pela mensal. Alegaram ser impossível, para o bom andamento das obras, receberem as verbas trimestralmente. Tal pedido foi atendido, pelo Governo Imperial, no termo lavrado em 7 de dezembro de 1875. Esta concessão significou para os empreiteiros, a desobrigação de ter o capital empatado, quer com os operários, quer com os fornecedores. E assim, o caminho estava aberto para outras tantas concessões, com memorandos pedindo redefinição dos tamanhos dos cômodos, altura das paredes e pintura dos prédios que seriam erguidos. Mas tais considerações já haviam sido feitas para adequar o projeto apresentado no concurso, que inicialmente tinha a previsão de 2.280:000\$000 para se construir o novo Matadouro, e diminuíram o tamanho dos prédios para que o projeto ficasse dentro dos 2.000:000\$000. E diminuindo mais ainda o tamanho, deveriam assim, ficar a obra por um menor valor, mas não foi o que aconteceu.

O jornal "Gazeta de Notícias" servia de diário para prestação de contas de tudo que ocorria nas obras do novo Matadouro. Durante o ano de 1876, foram publicados vários acontecimentos, como em 20 de fevereiro foi publicado a prestação de contas, dos empreiteiros, relacionada a pagamento de material. Em 19 de abril de 1876, publicou a informação que o Ministro do Império solicitou ao Ministro da Fazenda, uma ordem de pagamento a favor do engenheiro Augusto Teixeira Coimbra e a Pedro Farani, a quantia de 22.924\$000, pelos trabalhos no novo Matadouro. Em 08 de maio foi publicado o elogio feito pelo engenheiro Augusto Teixeira Coimbra, chefe e empresário das obras do novo Matadouro, ao bom desempenho do Pudrolythe nas explosões para retirada de pedras para a construção. Em 12 de julho, o adiantamento de pagamento pela obra, no valor de 50.000\$000, o que não estava estabelecido no contrato. A deliberação da Câmara Municipal sobre os terrenos do Matadouro foi publicada em 27 de setembro. Em 14 de setembro de 1876, os empreiteiros fizeram uma proposta ao

---

<sup>132</sup> Rescisão do Contrato.

Governo para passar o gradil mais para dentro, diminuindo a área do Matadouro, de modo que a rua de 22 metros de largura ficasse para fora da área fechada. O que no projeto, previam 2 ruas de iguais larguras seguindo todo gradil, sendo que uma por dentro da área do novo Matadouro, e uma por fora.



133

---

<sup>133</sup> O primeiro paredão de contenção, com pedras grandes e largas, com 5 metros de profundidade e 3 metros de altura. Foto durante obras de saneamento da região. Acervo Edite Moraes. 2003.



134

Nessa mesma proposta, pediam ainda, a dispensa da obrigação de construir 2 das 4 casas de ver-o-peso (usadas para pesagem do gado em pé) que o contrato determinava, além de lhes pagar, à título de obra adicional, 30:000\$000. A informação de pagamento de férias aos operários do jardinamento do novo Matadouro em 16 de outubro, e no dia 30, a informação de já ter cumieiras em alguns prédios do novo Matadouro. Em 07 de novembro publicou-se a renovação do contrato dos engenheiros Augusto Teixeira Coimbra, Joaquim José de Almeida Pernambuco, Pedro Farani e Anastácio de Miranda Coelho para a continuação das obras do novo Matadouro, no valor de 100:000\$, com a firma de Coimbra, Farani, Miranda & C. Percebemos nessa renovação de contrato que mais sócios foram aderidos a empreiteira. A morte de Pedro Farani, sócio de Coimbra na empreiteira e filho de Domingos Farani, foi publicado no dia 15 de dezembro de 1876, gerou conflitos na empreiteira, pois Coimbra não deixou Domingos Farani assumir o lugar do filho na empresa. O que foi corroborado pelo Conselheiro Procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional, com o indeferimento ao requerimento, de Domingos Farani. Em tal requerimento, Domingos pedia para ser subrogado nos direitos e obrigações que, pelo contrato das obras do novo Matadouro, tinha

---

<sup>134</sup> O segundo paredão de contenção, com pedras menores, 5 metros de profundidade, e 1 metro de altura, era a base do gradil de ferro que circundava toda a área do Quarteirão do Matadouro. Demolido ao redor da parte canalizada da Vala do Sangue, durante obras de saneamento da região. Acervo Edite Moraes. 2003.

o seu filho Pedro Farani, do qual era o único herdeiro. Domingos afirmava que a morte do seu filho em nada alterava o referido contrato. O indeferimento foi encaminhado ao engenheiro fiscal das obras do novo Matadouro e a Coimbra. Aviso expedido em 7 de dezembro de 1876 e publicado no Gazeta de Notícias em 15 de dezembro. Percebemos nesse indeferimento o alto grau de prestígio que Coimbra tinha com o governo.

As concessões obtidas foram muito vantajosas aos empreiteiros em detrimento aos cofres públicos. Deixaram de construir 2 casas de ver-o-peso, diminuíram o tamanho da área para colocação do gradil e deixaram de construir 1 das 2 ruas ao redor da área do Matadouro, que com o recuo do gradil, também tiveram sua área diminuída. Sucessivas mudanças foram ocorrendo no projeto original, que diminuíam os tamanhos das obras, mas mantinham o mesmo valor do orçamento, o que era convertido em lucro para os empreiteiros. Como exemplo, a troca de tijolos por estuque, nas paredes entre os cômodos. Somente nesta concessão, de 14 de setembro de 1876, o valor das obras que foram dispensadas de serem feitas, a pedido dos empreiteiros, ficou em 51:878\$200. E o valor das obras que foram acrescentadas para diminuir as do projeto original, assim como os materiais que foram substituídos por outros inferiores, totalizou 51:878\$200.

Mas tais concessões não tinham o objetivo de diminuir o valor das obras? Como que diminuindo o tamanho de áreas, prédios, gradil, rua e a troca de materiais por mais inferiores, dariam o mesmo valor, se fizessem o do projeto original? Os escândalos que presenciamos atualmente dos altos lucros dos empreiteiros, em detrimento dos cofres públicos, em conluio com os representantes do governo, estiveram presentes nas obras do novo Matadouro. Em 18 de abril de 1877, os empresários das obras do novo Matadouro, receberam da Inglaterra, uma grande máquina da Blake, de quebrar pedras, para os calçamentos a macadame, que eram obrigados a fazer. Foi a primeira máquina aqui introduzida para este fim. Todas as modificações do projeto foram feitas em favor de Coimbra e contra os interesses da Fazenda Nacional. O ano de 1877 iniciou com a publicação da autorização para substituir as telhas francesas, que constavam no orçamento, por telhas fabricadas aqui no Brasil, na Gazeta de Notícias de 01 de janeiro. Essa autorização consta no termo de 3 de setembro de 1877, que foi concedido aos empreiteiros, a substituição de telhas francesas para os telhados dos prédios, por telhas produzidas aqui no Brasil, gerando mais lucros para os empreiteiros.

Mais lucros obtiveram os empreiteiros nas alterações concedidas das casas de matança e o curral para o gado. Deveriam ter 4 casas, mas apenas 2 foram construídas. O total da área que deveria ser destinada a matança no projeto era de 2.323 metros quadrados. Com a diminuição das casas, essa área foi diminuída para 2.241, o que em si não apresenta acréscimo de despesa. No curral, ocorreram as mesmas modificações, que foram inicialmente orçadas em 76.767\$976, e com as substituições foram gastos 55:886\$300, o que deveria converter a favor do Tesouro Nacional um saldo de 20:881\$576. Mas este saldo não apareceu no termo de pedido de alteração da obra. Todos os pedidos de alteração do projeto inicial concedidos aos empreiteiros, foram orçados pela Comissão, e somente nas alterações nas casas de matança, o empreiteiro economizou cerca de 70:000\$000. E o mesmo termo que autorizou tais mudanças, não descontou esse valor "tão insignificante"<sup>135</sup> de Coimbra, que ainda se declarou vítima de violência. Somente no termo de 3 de setembro, publicado no Diário Oficial de 20 de setembro de 1877, proporcionou ao empreiteiro, a maior de todas as concessões, de todas que ele já havia tido em seu benefício, durante os 4 anos de sua empreitada.

As sucessivas concessões, pedidas e obtidas, por Coimbra, durante os 3 primeiros anos da empreitada, de 1875 a 1877, que havia proposto a construir o novo Matadouro por 2.000:000\$000, em um local onde teria que gastar o dobro dessa quantia, somente em adiantamentos de prazos, o empreiteiro teve uma economia de 58:000\$000, que seriam as multas pelo atraso das obras. Os adiantamentos da verba, que no contrato era estabelecido como trimestral, passou a ser mensal, a pedido do empreiteiro. Desse modo, ele pode executar as obras com o próprio dinheiro do Tesouro, sem arriscar um só vintém (centavo). Ainda conseguiu várias alterações nos planos e na construção de diversas obras, todas favoráveis aos seus interesses, pois constituíram diminuição das obras, mas nunca foram essas diferenças abatidas da verba recebida, e devolvidas ao Tesouro. Além de receber mais de 20:000\$000 por obras adicionais. A diminuição dos 1.608 metros cúbicos da obra, calculados a 22\$5 o metro cúbico, pelo preço de tabela, Coimbra economizou 35:376\$000. A não construção de 2 casas de ver-o-peso, teve a economia de 56:000\$000. Os 176 metros do gradil e baldrame diminuídos importariam em uns 7:000\$000, e os dois portões, 400\$000 cada um.

---

<sup>135</sup> Grifos próprios.



Toda essa modificação e redução de obras somaram em 63:800\$000, dando uma diferença a favor de Coimbra de 28:424\$000, somados aos 20:000\$000 de obras adicionais, rendeu 48:424\$000 a economia com a mudança do gradil. As concessões obtidas no termo de 3 de setembro de 1877, deram ao empreiteiro, uma economia de 4.720\$000 pela não colocação de cercas de madeira para formar os quintais das casas; 18:500\$000 por não pintar com tinta à óleo a parte interna e externa das casas dos empregados; 1:500\$000 da não colocação de ladrilhos nas casas; 70:000\$000 na alteração do sistema de matança; 10:800\$000 na redução da galeria de esgoto; 150:000\$000 no encanamento das águas para o abastecimento do Matadouro, deixando o rio da Prata do Cabuçu pelo o rio Guandu e 40:000\$000 na dispensa da construção que seriam a casa das caldeiras e depósitos de água. Em meio a tanta facilidade de verba, Augusto Teixeira Coimbra, no dia 25 de dezembro de 1877, partiu para a Europa afim de fazer aquisição das máquinas e aparelhos necessários ao novo Matadouro.

Todos esses valores somados elevam a mais de 300:000\$000 o valor das concessões feitas a Coimbra durante os 3 primeiros anos de construção. O calculo das obras dispensadas somaram um total de 743:089\$536. Enquanto que o calculo das obras que foram estipuladas em substituição tiveram um total de 412:439\$994. A diferença entre elas foi de 330:649\$542, adicionada aos 20:000\$000 que Coimbra recebeu por obra adicional, elevou esse valor a 350:649\$542. Desse montante, 301:921\$542, foram dispensados no termo de 3 de setembro de 1877. Somando-se a isso, a diminuição da altura das paredes, a redução das dimensões das salas e corredores, com o afastamento da área para poupar aterro, o não pagamento das multas acumuladas em 58:000\$000 e anistiada pelo governo. O adiantamento dos 50:000\$000 sem ter corrido juros. Todas as concessões obtidas por Coimbra lhe renderam uma economia de mais de 400:000\$000.

De todo esse relatório feito pela comissão para justificar a rescisão do contrato, podemos concluir que: ou Coimbra, quando aceitou construir o novo Matadouro por 2.000 contos de réis, tinha consciência, baseado em estudos e orçamentos, de que essa soma seria insuficiente para a execução de todas as obras. Mas contava de ter um lucro razoável através dos insistentes pedidos e obtendo as sucessivas concessões. Tais concessões, diminuiriam o valor das obras a se fazer em cerca de 400 contos de réis, e contribuiu conscientemente para lesar a fazenda pública. Ou Coimbra reconheceu que os 2.000 contos de réis não chegariam para a execução das obras, e neste caso teria que confessar que se propôs construir uma obra de grande vulto, e que firmou com o

governo do seu país um contrato, sem saber o que propunha e o que contratava. Traduzimos, que após todo esse levantamento, Coimbra teria que admitir, publicamente e para o Ministro do Império, que era corrupto ou ignorante.

Mas, ao contrário, Coimbra acusou o Ministro do Império, mesmo diante de todo o relatório da comissão, de violência. Tanto em relação a ordem de restituição dos 50:000\$000 de título de adiantamento, que havia recebido, quanto ao indeferimento de um novo pedido de prorrogação do prazo para a conclusão das obras, em 20 de maio de 1878, o que gerou a imposição das multas previstas no contrato. E fez a mesma acusação ao Decreto de 9 de novembro de 1878, que declarou rescindido o contrato firmado com o governo para a execução das obras do novo Matadouro, e o fornecimento do material fixo e rodante, necessários para os trabalhos do estabelecimento. O desastre da empreitada de Coimbra, afirmou o Ministro do Império, "foi um acontecimento infalível, fatal, de há muito previsto por todos que o conheciam".<sup>136</sup> Mas se já era conhecido a péssima qualidade da empreiteira, por que a mesma fora contratada? Há de se considerar um conluio a pesquisar, e quem era Augusto Teixeira Coimbra, no cenário político do Império, para gozar de tantos privilégios. E mesmo assim ganhou o concurso. Se era do conhecimento por parte do governo, que a empreiteira de Coimbra não era de boa qualidade, e mesmo assim, foi a escolhida para o serviço, há de se observar um nepotismo a averiguar e a quem mais interessava. Sendo assim, as concessões recebidas não mais foram obtidas. Ainda bem para o Estado, cujos prejuízos cresceriam dia a dia, caso esta empreiteira continuasse os trabalhos. Todas as orientações do engenheiro fiscal não foram atendidas. Inúmeros relatórios e ofícios para que fossem cumpridas as ordens, e Coimbra não as acatou. Tal debate, se prolongou mesmo após o início do funcionamento do Matadouro. Coimbra continuou a fazer as publicações e requerimentos de indenização. Assim como, Domingos Farani, que continuou com os processos de requerimento.

Além de todas essas irregularidades em relação as obras e as verbas, temos também os sucessivos distúrbios da ordem e acidentes ocorridos com os operários durante as obras, sempre noticiados, mas a empreiteira não melhorava as técnicas para se evitar. Em 09 de janeiro de 1876, alguns dos trabalhadores do novo Matadouro, estavam em atitude hostil à força pública, e dispostos a repelir qualquer agressão, não conseguindo o capataz conter sozinho. Foi preciso que o 2º delegado, Maldonado, ir até

---

<sup>136</sup> Rescisão do contrato.

o local para conter. O trabalhador português João Gomes Ferreira morreu e o trabalhador José Fernandes Norberto ficou levemente ferido, em consequência do desmoronamento de uma barreira dos terrenos em que estavam construindo o novo Matadouro, no dia 09 de fevereiro de 1876. Já o trabalhador Domingos Novaes, português, morreu afogado no rio Itá, quando fora se banhar, no dia 1º de março. Os companheiros se esforçaram em salvá-lo, mas não conseguiram. Seu corpo só foi encontrado no dia 3 de março, já em estado de putrefação.

Como a morte acidental, por desabamento de barro, do trabalhador José Antônio da Silva, de 22 anos, morador de Mangaratiba, publicado em 26 de janeiro de 1877. O infeliz episódio do liberto Felipe Santiago que morreu ao cair da carroça carregada de tijolos, e a carroça passou por cima do seu corpo, em 7 de fevereiro. A morte do espanhol Santiago Egreja, que caiu de uma altura de 12 metros no dia 7 de agosto de 1877. Tais notícias eram deveras recorrentes, o que mostrava a falta de segurança com os operários e no planejamento dos serviços. No dia 23 de setembro de 1877, vários trabalhadores do novo Matadouro, embriagados, travaram uma grande desordem no curato de Santa Cruz, causando um ferimento a tiro em Antonio de Azevedo. Esse episódio levou as autoridades a procederem diligências para se descobrir o autor do ferimento, e a acatarem as reclamações dos moradores e comerciantes, que pediam mais segurança e ordem no curato. A morte, em 29 de novembro de 1877, do trabalhador português João Pereira, de 26 anos, por desabamento de uma barreira nas obras do novo Matadouro. A redação do jornal Gazeta de Notícias pediu mais cuidado na direção dos trabalhos para evitarem tais desastres.

O trabalhador José Alves Pedro e mais 131 trabalhadores do novo Matadouro, entraram com requerimento ao Ministro do Império, no dia 19 de setembro de 1878, pedindo para obrigarem os empreiteiros a pagarem os seus salários, pois já estavam alguns meses sem receberem. Mas continuaram sem pagamento, além da dispensa do alojamento estar praticamente vazia, sem alimentos para os trabalhadores. Não foi feito o pagamento, e os trabalhadores, que haviam parado os trabalhos desde o dia 05 de setembro, estavam resolvidos a não continuarem no serviço enquanto não forem pagos os seus salários atrasados. Enquanto isso, os moradores de São Cristóvão exigiam a pronta remoção do Matadouro de São Cristóvão, citado como imundo e vergonhoso estabelecimento público, que tantos escárnios tem provocado do estrangeiro que procurava visitar o bairro de São Cristóvão e o parque da Quinta Imperial. Ou seja, o

Matadouro também incomodava a família imperial e suas visitas, pois ali era a moradia oficial da família. A redação do jornal Gazeta de Notícias, de 5 de outubro de 1878, concluiu, que restava tão somente um pouco mais de energia, para que essa obra, que traria imensos benefícios a salubridade, se completasse.

No dia 16 de outubro de 1878, a respeito das obras do Matadouro, o ministério do império tomou as seguintes medidas, publicado no jornal Gazeta de Notícias,

1ª diretoria - Ministério dos Negócios do Império - Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1878. Haja visto de fazer constar ao empreiteiro da construção do novo Matadouro que, se dentro do prazo de quinze dias, a contar de hoje, não recomeçar os trabalhos que estão parados, não der execução as determinações constantes do aviso de 18 de setembro de 1878, e não houver providenciado para que os trabalhadores, por falta de pagamento dos salários que lhes são devidos há mais de dois meses, não perturbem a ordem pública, considerará o governo abandonadas as obras e resolverá de conformidade com as cláusulas 29 e 32 do respectivo contrato. Aviso assinado pelo Sr. engenheiro fiscal das obras do novo Matadouro, Carlos Leoncio de Carvalho.<sup>137</sup>

Assim, ficaram as obras paralisadas durante 18 meses, até que se chegou a deliberação para que as obras fossem reiniciadas, sob a administração total da Câmara Municipal. O que gerou, por parte dos vereadores contrários a transferência do Matadouro, várias ações no intuito de dificultarem tudo o que se relacionasse para promover um rápido andamento da finalização da empreitada. O presidente da Câmara, o vereador José Ferreira Nobre, teve muitos contratemplos com tais vereadores, mas se manteve decidido em desempenhar a sua função de concluir as obras. Inúmeras visitas foram feitas pelo vereador, e sempre acompanhado do Ministro do Império, ao canteiro das obras, para garantir o término imediato. O presidente da Câmara Municipal nomeou uma comissão composta pelos vereadores Nabuco Barros Pimentel, Rodolpho Dantas e Espindola, para irem ao Ministro do Império, levarem uma proposta, pedindo crédito para as obras do Matadouro, e solicitarem uma audiência com o Ministro na Câmara.

Tal audiência ocorreu em 8 de agosto de 1878, onde o Ministro do Império se colocou a disposição da Câmara Municipal para sanar as dúvidas em relação ao novo Matadouro.

O Sr. Joaquim Nabuco perguntou ao ministro se o crédito de quinhentos e tantos contos, pedido para as obras do novo Matadouro,

---

<sup>137</sup> Jornal Gazeta de Notícias de 16/10/1878. Hemaroteca digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 26 jun. 2016.

estava também incluído a despesa para a canalização das águas do Rio Claro, em substituição das do Guando; se a localidade do curato de Santa Cruz era melhor do que a do atual Matadouro; se as obras já feitas não poderiam ter outro destino para indenizar as despesas que já foram realizadas, caso a Câmara não vote o crédito pedido; se foram tomadas todas as medidas necessárias para o transporte das carnes para o mercado fosse feito em todo tempo apesar do calor, de enchentes e da multiplicidade dos serviços da Estrada de Ferro D. Pedro II?<sup>138</sup>

Joaquim Nabuco continuou inquirindo o ministro a cerca de saber se o governo tem alguma idéia do tempo em que acabariam as obras e se, na impossibilidade fixa e material de acabar de imediato, não poderia fazer algum melhoramento no Matadouro de São Cristovão. Alegou isso, por achar que o Ministro sabia que os melhores empregados da limpeza do Matadouro eram os urubus. E que o Imperador e os ministros estrangeiros para irem a Quinta Imperial, tinham que passar através de uma nuvem desses voluntários negros (os urubus) da Câmara Municipal. E usou de zombaria, ao enaltecer os urubus, que além da limpeza pública, também defendiam a cidade. Em sua longa indagação, citou a questão de estar a cidade em tempo de monopólio, e debates no Conselho de Estado, a favor da liberdade dos Matadouros públicos. Citando os nomes e opiniões do Marquês de Olinda, do Visconde de Tanhaté, do Visconde do Rio Branco, do senador Souza Franco e do senador Nabuco, que ainda não haviam proposto a lei, porque era necessário primeiro, revogar a lei das Câmaras Municipais. E que na verdade, não ocorreu tal contestação, de onde resultava a necessidade de acabar com o privilégio. Ou seja, Nabuco, plenamente representando os marchantes, queria a reforma do Matadouro de São Cristovão ou a liberdade para que os marchantes tivessem o seu próprio Matadouro. E instiga o Ministro ao perguntar se ele queria o sistema de liberdade ou se o Matadouro de Santa Cruz já estava fadado a manter o privilégio como o de São Cristovão, e se não era melhor para o governo a liberdade do que essa nova despesa, ou se o governo não tinha coragem de revogar a lei das Câmaras Municipais.

Em resposta a todas as indagações, o Ministro reafirmou a necessidade do crédito para o novo Matadouro que estava justificada, e Joaquim Nabuco não a contestou. Que julgava saudável o curato de Santa Cruz para que seja estabelecido o Matadouro. E que nada se tinha a temer sobre o transporte das carnes, pois a Estrada de Ferro D. Pedro II já havia recebido os 23 carros apropriados ao transporte de carnes

---

<sup>138</sup> *Idem*. 08/08/1878. Acesso em 26/06/2016.

verdes, que chegaram dos Estados Unidos, por navio, e foram destinados ao serviço do novo Matadouro, e que já foi estabelecido os regulamentos com a Estrada de Ferro. O Ministro enfatizou com firmeza que o Matadouro não poderia continuar no lugar em que estava, porque se constituiu no local um foco de infecção para toda a cidade. Em relação ao estabelecimento de mais Matadouros livres<sup>139</sup> nas cercanias da cidade, o que podemos deduzir que já existiam Matadouros livres do comando da Câmara Municipal, o Ministro ponderou que haviam duas condições essenciais a atender: a salubridade do local e o abastecimento d'água. E para isso, se fazia necessária a melhor fiscalização pública, e essa era a dificuldade para um sistema inteiramente livre. Ele não era contra ao sistema livre, mas indicou, como exemplo, que Souza Franco entedia, que a lei das Câmaras Municipais se opunha a ele. No dia 19 de setembro de 1878 foi liberado o crédito para dar continuidade as obras do novo Matadouro.

Uma comissão presidida pelo conselheiro Christiano Benedicto Otonni, e composta pelos engenheiros João Ernesto Viriato de Medeiros, Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim, Carlos Krauss e Aarão Leal de Carvalho Reis foi formada para examinarem as obras do novo Matadouro de Santa Cruz, inventariarem os materiais e qualquer objeto existente nas obras, avaliarem a importância dos trabalhos realizados e dos que seriam necessários para a concluir o estabelecimento, emitirem um parecer sobre o melhor meio de se concluir as obras, devendo apresentarem um relatório minucioso do estado em que se encontrava as obras que já haviam sido realizadas e das que faltavam fazerem, e orçamento das despesas para a sua conclusão. Enquanto isso, os trabalhadores se dirigiram novamente ao Ministro, pois acreditaram na bondade e promessa que ele fizera, e até o momento estavam esperando que lhes pagassem os salários atrasados. Pediam a continuidade das obras paralisadas, pois a demora seria revertida em prejuízo do Estado, porque deteriorariam as obras já feitas.

Em 1º de abril de 1879, o Ministro do Império autorizou ao engenheiro fiscal das obras do novo Matadouro, a pagar os salários atrasados, correspondentes aos meses de julho, agosto e dias de setembro de 1878, a todos os operários da construção do dito Matadouro. Mas somente em maio de 1879 que foi nomeado o Engenheiro Domingos José Rodrigues para dirigir a execução das obras, com uma gratificação anual de 8:000\$000, do engenheiro Francellino Faria da Motta, que seria seu ajudante, com a

---

<sup>139</sup> O que nos leva a confirmar as autorizações dadas pelo Imperador a alguns dos maiores marchantes de terem seus Matadouros particulares. Uma análise se faz necessária para sabermos quem eram esses marchantes beneficiados com tais autorizações.

gratificação mensal de 320\$000 e Severino de Souza de Almeida para escriturário, com a gratificação mensal de 150\$000. A empreiteira do engenheiro Juliano José de Amorim Gomes foi contratada para executar as obras do novo Matadouro em junho de 1879.

Mal haviam retornado as obras, começaram a sair nos jornais, publicações pagas, com denúncias sobre tais obras. No dia 25 de setembro de 1879, *os prejudicados*, pediam providências sobre os contratos do novo Matadouro. Assinando como *Canteiros*, se dirigiam ao Ministro do Império, avisando dos pagamentos indevidos nas obras do Matadouro, e afirmavam que só não viam quem não queria ver, no dia 28 de dezembro de 1879. *A moralidade*, iniciou o ano de 1880, mandando um recado ao Ministro de Império, na edição de 15 de janeiro de 1880, e republicado por vários dias, indagando se seria lícito e decente que um empreiteiro, contratado para alguns trabalhos no novo Matadouro público, J.J.A.G. (pelas iniciais, se falava de Juliano José de Amorim Gomes), tinha por seu avalista dois negociantes com falência aberta e estando no mesmo caso de falência o dito empreiteiro. Tais denúncias levaram a rescisão do contrato com o engenheiro Juliano José de Amorim Gomes das obras do novo Matadouro no dia 20 de julho de 1880.

O prosseguimento das obras foi feita sob o comando do engenheiro Domingos José Rodrigues, que mesmo acelerando ao máximo os trabalhos, estes só foram concluídos após a inauguração oficial do Matadouro. As obras complementares foram entregues um mês após a inauguração. No dia 28 de janeiro de 1881, o engenheiro comunicou ao Ministro do Império, estarem terminadas as obras, faltando unicamente o abastecimento d'água que se achava a cargo do Ministério da Agricultura. A última folha de pagamento, correspondente ao período de 1 a 20 de janeiro de 1882, foi de 989\$945. "Além da verba fixada no contrato inicial de 2000 contos de réis, o Ministro do Império ainda concedera pela Lei nº 2.934, mais um crédito de 558:692\$872 para a conclusão das mesmas."<sup>140</sup> Ficando assim, um total de 2.558:692\$872, gastos com as obras do novo Matadouro, até a sua inauguração. Pois a cada troca do cargo de diretor do Matadouro, o novo diretor fazia o levantamento do estado de conservação, e novas obras eram realizadas

Augusto Teixeira Coimbra continuou a fazer as denúncias sobre as irregularidades da rescisão do seu contrato. Assim, o sumiço de peças valiosas do novo Matadouro, o não uso das oficinas de beneficiamento, estando os aparelhos e

---

<sup>140</sup> FREITAS: 1950, p. 60.

ferramentas, que lhes foram confiscadas, cheios de teias e poeiras. O sumiço dos lampiões e parte do gradil e dos ralos da casa de matança. A questão dos aparelhos e materiais, ferramentas que lhe foram confiscadas e foram a leilão, por menos da metade do valor do que quando ele havia comprado, publicado no dia 17 de janeiro de 1882. Farani e Coimbra, conseguiram em janeiro de 1883, por ordem do Ministro do Império, que enviou a Paulo Freitas a ordem de apresentar a relação dos objetos que foram confiscados das obras do novo Matadouro, na ocasião de rescisão do contrato e confisco de todos os materiais e ferramentas, e desse o parecer dos valores dos objetos e do seu aluguel, desde outubro de 1878, e indenizassem os reclamantes.

### **2.3- O funcionamento do Matadouro: os marchantes e os vereadores.**

Ao pesquisar a história do abastecimento no Brasil oitocentista, em especial as carnes verdes, um produto de grande importância na dieta alimentar da população, e também de grande disputa econômica, pois era um produto de grande procura e dominar esse mercado significava acúmulo certo de capital, percebe-se que a historiografia ainda se encontra presa aos grandes núcleos tidos como urbanos, pouco se pesquisando sobre as regiões periféricas que abasteciam tais núcleos. Os comerciantes de carnes verdes, os marchantes, mantinham o monopólio desse produto desde a saída do gado do interior do Brasil, especificamente dos atuais estados de Minas Gerais e Goiás, o abate das reses, distribuição e venda dos cortes de carnes. Mas a historiografia apenas cita tais personagens, sendo ainda muito precário o estudo sobre eles. O estudo de Tavares, nos fornece um minucioso estudo sobre a atuação dos marchantes (os negociantes), no comércio das carnes verdes, no século XVIII e todas as estratégias utilizadas por este grupo para dominar este mercado.

Os marchantes eram os principais negociantes de gado na cidade, fazendo a travessia do gado em pé (gado vivo) do interior do Brasil até o litoral. Segundo Linhares, formavam grupos entre oito e dez indivíduos.<sup>141</sup> Os intendentos os classificavam como insensíveis, pelo fato de venderem o gado a preços muito elevados, mesmo adquirindo-os por valores muito baixos. Se justificavam, alegando os longos e maus caminhos por onde passavam com o gado até chegar à cidade. Mesmo assim, o Poder Legislativo do Rio de Janeiro, foi taxativo ao afirmar que o lucro dos marchantes

---

<sup>141</sup> *Idem.*



era imenso com essa prática, pois o nome do marchante, que arrematava os talhos da carne, representava um grupo de marchantes, podendo ser considerada monopólio, agravado pelos acordos com os açougueiros. Chama atenção a campanha feita pelos intendentos, que defendiam que essas práticas fossem caracterizadas como crime de lesa-humanidade.

Várias medidas foram tomadas pelo poder público a fim de amenizar e enfraquecer os efeitos “maléficos” da ação de todos esses personagens envolvidos no processo das transações do comércio da carne verde. Em sua maioria, se direcionavam na intenção de liberar todo o desenvolvimento deste comércio, desde a saída do gado em pé do interior do país até a venda dos cortes aos açougues para serem vendidos pelo consumidor final, passando pelo momento da matança nos matadouros. Porém, a posição dos governantes diante desta situação não era unânime, pois alguns eram favoráveis à liberação do comércio, enquanto outros eram defensores do controle pelo poder público.<sup>142</sup>

A marchantaria demonstrava ser uma atividade altamente hierarquizada intergrupo. Os principais marchantes que se reiteram ao longo dos anos também são o topo de seu grupo e os que aparecem algumas vezes como fiadores de seus pares, como o acesso ao crédito era fundamental para o negócio, estariam em melhor posição dentro deste grupo. Haviam no grupo dos marchantes duas formas principais de hierarquia: a primeira diz respeito à hierarquização individual, na qual um marchante tem mais representatividade dentro do grupo que os outros; a segunda, a hierarquização por tipologia de talho. Os talhos dos açougues públicos tinham importância superior neste mercado aos talhos dispersos. Considerando que os talhos das freguesias rurais eram considerados talhos dispersos, havia uma diferenciação na qual os talhos das freguesias se sobrepõem aos das freguesias rurais. As relações pessoais que precediam as relações político-econômicas, bem representadas no fato de alguns marchantes fecharem um contrato de três anos de arrematação para o fornecimento de carne verde à cidade com a Câmara excluindo os demais. Os marchantes buscaram formas diferenciadas de exercitar a prática comercial do fornecimento de carne verde para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Eles também utilizaram práticas usuais na atividade mercantil, independente da escala, na qual os comerciantes estivessem inseridos. As estratégias comerciais praticadas pelos comerciantes levavam em conta a realidade cotidiana na

---

<sup>142</sup> SENA, Divino Marcos de. E NOGUEIRA, Luiz Gabriel de Souza. “Gado para o consumo: comércio de carne verde e açougueiros em Corumbá, 1870-1888 (Província de Mato Grosso)”. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 2, jul.-dez., 2013.

qual estavam inseridos e, por isso, mutáveis e ligadas diretamente às localidades onde exercidas.

Havia o monopólio exercido pelos "açougues monstros"<sup>143</sup> dos grandes marchantes, onde os mesmos, provocavam a escassez da carne para assim, elevar o seu preço e terem mais lucros. "A Câmara Municipal, frente a essas estratégias dos marchantes, era a 'muda' expectadora de toda essa lastimável cena de monopólio".<sup>144</sup> Temos como exemplo a tabela estabelecida pelo preço da libra de carne em 120 réis. Mas, os marchantes vendiam entre 140 a 160 réis. Durante a terrível epidemia de cólera-morbus no início da segunda metade do século XIX, os marchantes colocaram em prática o projeto de se imporem frente as leis do Governo Imperial, ameaçando elevar para 360 réis a libra da carne verde. O governo, ao invés de se aplicar pena e fazer valer a lei, muito pelo contrário, reagiu dando um empréstimo, as terríveis "pedaladas"<sup>145</sup> da atualidade, de cem contos de réis aos marchantes, sob a condição de se manter o preço da carne em 160 réis a libra. Ou seja, os marchantes, além de aumentarem o valor da libra, ainda obtiveram um vantajoso empréstimo do governo. Tal episódio, fortaleceu ainda mais o monopólio dos grandes marchantes. Não era apenas os consumidores que sofriam com esse monopólio, os criadores e os boiadeiros também eram lesados, pois, pelo valor que os marchantes pagavam pelo gado na feira, daria para vender a carne verde a 40 réis a libra, e ter um bom lucro.

A conclusão parcial das obras e o início do funcionamento do novo Matadouro ficaram sobre a subordinação direta do presidente da Câmara Municipal, José Ferreira Nobre, que devido aos seus conluíus e abusos, seria tema de calorosos debates e denúncias nos jornais, como o publicado em 9 de abril de 1884, "Grande leilão em Santa Cruz, no Matadouro chamado público, de propriedade do Sr. Nobre".<sup>146</sup> No dia 24 de abril de 1881, Nobre apresentou o regulamento do Matadouro, por ele elaborado, para apreciação na Câmara Municipal. Também apresentou um projeto de criação de uma escola de veterinária junto ao complexo do Matadouro, mas foi rejeitado pela Câmara por estar o projeto muito defasado em relação aos avanços da ciência.

---

<sup>143</sup> TAVARES. P. 33.

<sup>144</sup> TAVARES. P. 34.

<sup>145</sup> O uso do governo de verba pública para mascarar o preço do produto a população, beneficiando os grandes empresários, ao repassar para eles o valor da diferença.

<sup>146</sup> A Gazeta de Notícias. 09/04/1884. Acesso em 26/06/2016.

Antes da inauguração oficial do novo Matadouro, começaram a serem publicadas nos jornais várias denúncias contra Nobre, que já havia trabalhado no Matadouro de Lisboa, e tinha proposto uma feira de gados próxima ao Matadouro de Santa Cruz. A denúncia afirmava que Nobre queria com essa feira dar proteção monopolizadora a leiloeiros, criar empregos para os capangas e protegidos políticos, com absurdas restrições ao comércio do gado, formando um monopólio oficial em concorrência com o particular. Os interesses municipais descarados, lançou deslealmente pesados tributos sobre seus contribuintes e eleitores, os consumidores das carnes verdes. A publicação do dia 11 de maio de 1881 denunciou que apesar de se ter tirado todos os direitos e imputações, dolorosas ou não, aos comissários e marchantes, colocando-os como culpados pela carestia da carne, Nobre pretendia elevar o preço da carne que chegaria ao povo, assinado como *reclamação do povo*. Tal denúncia foi publicada por vários dias, e expuseram que

a) ou os boiadeiros por seus comissários, ou por si, ligam-se ao leiloeiro para imporem aos marchantes, e o agente oficial lucra, porque quanto maior for o produto da venda, maior será a sua comissão; b) ou os marchantes se conchavaram com o leiloeiro, que sempre terá meios de iludir os boiadeiros e continuarão a vender o gado pelo preço por que os primeiros quiserem comprar; c) ou, dada a primeira hipótese, os marchantes elevarão o preço da carne, e o público virá a pagar esse segmento, o agente saúde sanitária. Sofra quem sofre!<sup>147</sup>

Os encarregados da venda do gado eram todos cidadãos mineiros ou casados em Minas Gerais. Eram muitos conhecidos e relacionados, e que foram escolhidos por seus parentes e amigos, para desempenharem esse mandato. Nobre queria acabar com essa classe de agentes de confiança e substituí-las por um único agente, preposto por Nobre. Afirmaram que esses ataques, feitos por Nobre, a classe dos boiadeiros seriam infrutíferos, e dariam lugar a um monopólio vexatório. Os boiadeiros iriam preferir abaterem por conta própria o seu gado do que vender (o que lhe era facultativo por lei) e pagarem mais de 3% ao leiloeiro, além do que já pagavam ao comissário. Assim, teríamos um monopólio legalizado por Nobre, e os boiadeiros senhores do Matadouro, impondo o preço das vendas ao seu bel-prazer. Os marchantes, vendo-se privados de seus lucros seculares, iriam se unir aos comissários, e conseqüentemente aos seus boiadeiros e invernistas. Os comissários continuariam a fazer as suas vendas como até aqui, com a diferença única de entrar o gado no Matadouro, não em nome do marchante

---

<sup>147</sup> A Gazeta de Notícias, 12/05/1881. Acesso em 26/06/2016.

comprador, mas sim em nome do boiadeiro, que estaria escudado na lei. E assim, tínhamos o contrabando provocado e autorizado por Nobre. Assinado como *Vox populi*, a análise do regulamento proposto por Nobre para o novo Matadouro, sem seguir as leis vigentes para os Matadouros Municipais, servia para tentar retirar o monopólio da carne verde das mãos dos marchantes e passá-los para as mãos dos leiloeiros de gado.

A resposta as análises do *Vox populi*, feitas em todos os jornais que circulavam no Rio de Janeiro, veio assinada como *um boiadeiro*. Afirmando que a organização do atual Matadouro era a arma mais poderosa para os conluíus que se davam diariamente no Matadouro, entre os comissários e marchantes, porquanto os primeiros dispunham do gado de seus concomitantes e os últimos possuíam as oficinas destinadas a preparação dos variados produtos da réis, de maneira que os estranhos a esses conluíus não podem penetrarem no Matadouro, sob pena de ruína completa. O corpo legislativo, convencido de sua alta missão, autorizou em 1873 o Governo Geral a construir um novo Matadouro, este, no contrato que fez depois de ouvir a Câmara Municipal, de então, delineou uma organização semelhante à Lisboa. Considerando a obra seria natural que se desse um regulamento para o serviço que iria se iniciar, e esse regulamento não poderia ser outro senão o de Lisboa, do qual se aproveitou muito patriótica e criteriosamente o presidente da atual Câmara, o vereador Nobre.

Haveriam na nova organização uma série de variados serviços que não possuíam o Matadouro de São Cristovão e que seriam das mais incontestável vantagem para os que quisessem matar o gado sem conluio, e para os marchantes que dispensariam o numeroso pessoal com que trabalhavam, porque a Câmara faria o preparo de todos os produtos da réis, seria natural que, transferindo-se para o Matadouro serviços que eram realizados por particulares, concorram para o pagamento desse pessoal quem embolsava lucros e não a Câmara que não podia sustentar o novo Matadouro com a renda que tinha. No preço cobrado pelo Câmara, como veria *Vox populi*, estava incluído não apenas todo o trabalho com o gado e condução da carne de Santa Cruz para a cidade, como também os impostos que eram cobrados pela municipalidade. O que a Câmara cobraria pelo transporte da carne, não daria o valor real do transporte, e ainda teriam as despesas do Matadouro para suprir. Se *Vox populi* nos provasse que nove mil réis seria mais do que doze ou quatorze mil réis, em que importaram o serviço feito por particulares, confessar-nos-íamos convencidos. Tal resposta foi prontamente rebatida por *Vox populi*, que publicou detalhadamente quanto que custava cada preparo que

passariam a ser feito pelos funcionários do Matadouro e não mais pelos marchantes. E desafiou *Um boiadeiro* a desmentir a verdade dos singelos algarismos apresentados, e que comprovavam o aumento do preço no produto final. Não houve resposta.

A análise de cada item do regulamento do Matadouro proposto por Nobre, feita pelo *Vox populi* continuou a ser publicada nos jornais, e não tiveram mais resposta do *Um boiadeiro*. Colocaram em questão os médicos e veterinários que não foram consultados para fazerem o regulamento, e criticando o fato de ser o regulamento o mesmo de Lisboa, com realidades totalmente diferentes da do Brasil, em especial a do Rio de Janeiro. A modernidade exaltada sobre o novo Matadouro, ao invés de baratear o produto, fez ao contrário, aumentou o preço da carne e derivados. E ainda tem a questão da higiene nos preparos dos miúdos, se teriam a mesma qualidade, já que não seriam fiscalizados. Sobre a proposta da feira do gado que constava no regulamento e de outros itens, que causaria ao preço da carne e o aumento de impostos a favor da Câmara Municipal. Acusando Nobre de revogar a Constituição, desprezando as leis e afrontando a moralidade administrativa. Clamando aos demais vereadores para não aprovarem as propostas do regulamento apresentado por Nobre.

Pediam que a municipalidade tinha o dever de criar a feira oficial, porque , segundo a lei de 1º de outubro de 1828, tinha por obrigação dar pastagem ao gado que viesse para o consumo, e o Matadouro estava sendo estabelecido em uma Fazenda particular. Era de extrema necessidade que o gado passasse por um rigoroso exame de saúde antes de ser vendido para o consumo, porque estava provando que o exame feito nos currais ou mesmo nas novíssimas alegorias, seria muito ligeiro, quase improfícuo. As reses que fossem inutilizadas por imprestáveis nesta ocasião, o prejuízo, em vez de recair sobre os marchantes, recairia sobre o consumidor. Estava provado que o gado bovino chegava exausto ao nosso mercado, e necessitava de 8 a 15 dias de descanso, para o que a Câmara deveria facultar-lhe gratuitamente pastagem. Assim, o único meio de baratear a carne verde seria a livre concorrência, a abundância de gados.

Após os vários artigos do *Vox populi*, o ministro do império foi visitar o novo estabelecimento, que segundo Nobre, tudo estava em ordem. E, com a visita do Ministro do Império, verificou-se que ali nada prestava e tudo precisava de uma radical mudança. Mas devido ao parecer da Junta de Higiene e da Comissão de Saúde da Câmara Municipal sobre as instalações do Matadouro de São Cristovão, atestando que ali estava um verdadeiro foco de infecção, e pedindo a maior atividade nas obras do novo

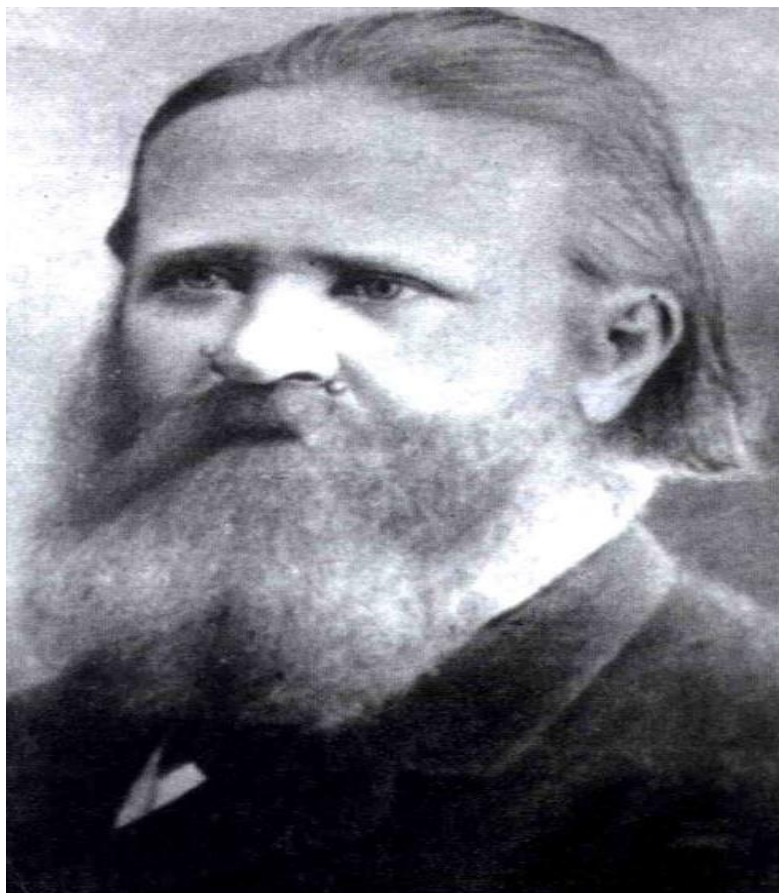
Matadouro, e não regateio de dinheiro para tão importante assunto. Restou ao Ministro do Império pedir urgência ao Ministério da Agricultura para concluírem o abastecimento d'água do novo Matadouro, para fecharem imediatamente o de São Cristovão.

Cansados de debaterem pelos jornais, os marchantes fomentaram a greve dos magarefes no Matadouro de São Cristovão. O Governo, para não faltar carne no mercado, chamou 25 militares da artilharia, que tiveram experiências como magarefes na Guerra do Paraguai, para assumirem os serviços. Os marchantes tentaram impedir a entrada dos militares, alegando que tinham receio de os militares estragarem as reses abatidas, mas intimidados pelas armas, tiveram que deixá-los entrar. Mas assim que os militares trocaram as fardas pelos uniformes do Matadouro, os magarefes apareceram e assumiram os serviços. Outra tentativa dos marchantes, foi de não deixarem os bois próximos aos campos de descanso, como era o comum, como em Santa Cruz, Benfica e Barra Mansa, próximo aos ramais de trem. Deixaram os gados em lugares de difícil acesso, de onde só seriam retirados com muita dificuldade. Estava claro que os marchantes não queriam acatar ao regulamento para o novo Matadouro.

No relatório do General Azevedo Coutinho sobre as obras do novo Matadouro, em que tinham usado o seu projeto, ele reprovou o sistema adotado para a construção, que deveria ser muito mais simples, e, portando, menos dispendioso. A casa de matança, que custou mais de trezentos contos, e pelo seu projeto, teria custado trinta contos, com grandes economias para os cofres da municipalidade. E, que no momento, tinha que se aproveitar o que já estava feito, e propunha diversas obras, umas urgentes e outras que poderiam ser feitas demoradamente. As urgentes eram a construção de uma salgadeira e de um depósito de água, com o emprego de bombas, para o abastecimento do Matadouro.

Alguns comissários e marchantes assistiram a sessão da Câmara Municipal, no dia 23 de julho de 1881, e declararam que quem informou a Câmara sobre a falta de gado e argumento de preço no Matadouro faltou com a verdade, porque nem faltou e nem aumentou o preço da carne. Ocorreu uma proporção nas matanças, para que o preço não tivessem diferença e para que o consumidor não ficasse suprido deste gênero de primeira necessidade. Assinaram tal declaração os comissários e marchantes João Candido de Figueiredo Costa, Antonio Francisco Goulart, Lino Rodrigues da Nobrega, Victor Dumas, Julio Augusto Serpa, Joaquim Ferreira Braga, João P. Cardoso Fontes,

José Joaquim da Silva Guimarães, José Marques Galvão Ferreira e Manoel Gonçalves Pacheco. Depois que os vereadores enunciaram-se sobre o assunto, informou o comendador Malvino, que estava autorizado pelo comissário Goulart, a declarar que nenhuma hostilidade devia temer a Câmara, porque todos eles desejavam cooperar para a boa execução desse serviço. E que não iriam deixar faltar gado por ocasião da mudança para Santa Cruz. Nessa mesma sessão foi nomeado para administração do novo Matadouro Graciano dos Santos Pereira.



148

Nobre convocou mais três sessões na Câmara para tratar do regulamento do novo Matadouro, por ele apresentado, e em todas as sessões o regulamento foi rejeitado pelos vereadores. A proposta do regulamento passou então para a decisão da Assembléia Legislativa, para apreciação dos deputados, que em todas as sessões colocava em pauta o regulamento, mas não se chegou a aprovação. Não tendo um regulamento aprovado, a Câmara Municipal aprovou, um regulamento apresentado pelo

---

<sup>148</sup> O marchante Victor Dumas. S/d. Existem 3 ruas próximas ao antigo Matadouro com o nome dele. Possivelmente teve grande influência nos trabalhos do Matadouro relacionado aos miúdos das reses. <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>. Acessado em: 26 jun. 2016.

vereador Hermogeneo, de caráter provisório, e se aprovou que o leilão de gado seria facultativo, no dia 20 de setembro de 1881. No dia 23 do mesmo mês, Nobre fez um pedido de autorização de verba de 6:000\$000 para as despesas necessárias para a mudança do Matadouro para Santa Cruz. Tal pedido só obteve autorização no dia 2 de outubro de 1881.



149

A primeira experiência de matança no novo Matadouro foi realizada no dia 14 de novembro de 1881. Tal experiência, foi assistida "por muitos vereadores, altas autoridades e convidados, vindos em trem especial".<sup>150</sup> A inovação na matança foi a introdução do estylete, substituindo o machado, para se abater o gado. As machadadas, ainda praticadas no Matadouro de São Cristovão, eram consideradas como bárbaras. Conforme eles definiam, o estylete,

[...] é uma espessa lâmina de aço em forma de losango, com 10 centímetros de comprimento, bem afiada na ponta. Preso firmemente a um longo cabo, bem forte, é manejado de altura conveniente e a salvo do animal visado. Este, uma vez em posição, recebe seu golpe mortal, que consiste em certa cutilada na região cervical. Esta operação, que requer habilidade e rapidez de ação, é uma das atrações do Matadouro, pela precisão absoluta com que é executada pelos homens encarregados desse mister, conhecidos comumente por "chopeiros."<sup>151</sup>

---

<sup>149</sup> Parte do Quarteirão do Matadouro. S/d. <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>. Acesso em 26/06/2016.

<sup>150</sup> FREITAS: 1950, p. 62.

<sup>151</sup> *Idem*, p. 63.



Tal procedimento foi substituído por choque elétrico, com a introdução da energia elétrica, acabando com a função dos chopeiros (funcionário encarregado de dar o golpe mortal no gado, na região cervical, com o estylete), dentro do novo Matadouro.

Nessa reta final para o funcionamento do Matadouro, o vereador Ferreira Nobre teve que lutar contra os obstáculos e dificuldades, por parte de alguns vereadores representantes dos marchantes na Câmara Municipal. Mas, conseguiu vencer, com o apoio do Governo Imperial. Os vereadores que auxiliaram e apoiaram o Presidente da Câmara foram Antonio da Costa Chaves de Farias e Américo Hipólito Ewerton de Almeida. Os que eram contra a transferência, destacaram-se os vereadores Malvino da Silva Reis, Hermogeneo Pereira da Silva e Henrique Hermeto Leão. Freitas destaca que o vereador Hermogeneo, nem ao ato da inauguração compareceu.<sup>152</sup>

Ainda em caráter de experiência, no dia 19 de novembro de 1881, foram abatidas no Matadouro de Santa Cruz, 31 reses, que depois de esartejadas, foram transportadas para a estação de São Diogo. Ali a Câmara mandou vender em leilão e observou que havia greve da parte dos açougueiros, que não queriam comprá-la a preço superior a 260 réis o quilo, apesar da boa qualidade da carne, examinada por Damaso Diniz, médico do Matadouro. A Câmara, por determinação de Nobre, não cedeu aos açougueiros, alegando que tal determinação dos açougueiros poderia acarretar o aumento do preço na venda nos açougues. E antes que completassem as 36 horas do abate, resolveu vender a carne, ao público ao amanhecer do dia 20 de novembro, por 200 réis o quilo. A Câmara ficou resolvida a proceder desta forma, sempre que pretendessem exageradamente especularem com aquele gênero de primeira necessidade, na tentativa de acabar com o monopólio dos marchantes, passando esse monopólio para a Câmara de Nobre.

Insistindo nessa experiência, no dia 24 de novembro de 1881, a Câmara fez outra experiência de matança no novo Matadouro. Para isso, se reuniram os vereadores e foram de trem pela manhã acompanharem a matança, e requisitaram ao Chefe de Polícia uma força pública para garantirem a ordem no estabelecimento. Com essa força, no próximo dia, o presidente da Câmara, vereador Nobre, acompanhou outra experiência de matança. Foram abatidas 100 reses em 75 minutos. A carne foi vendida em leilão, na estação de São Diogo, pelo leiloeiro Enéas Pontes, e por conta da Câmara, ao preço de 300 a 460 réis o quilo. Sendo que a carne de 2 reses, julgadas de ótima qualidade, foi

---

<sup>152</sup> FREITAS: 1950, p. 67.

vendida a 500 réis o quilo. Mas não era para se evitar o aumento do valor da carne para a população, não vender pelo valor que os açougueiros queriam determinar, por no máximo 260 réis o quilo? E vendeu o leiloeiro determinado pela Câmara quase 80% mais cara.

Assinado por *A Verdade*, e datada em 20 de novembro de 1881, mas publicada no dia 27 do corrente, na Gazeta de Notícias, a denúncia intitulada de "Alimentação pública", criticava fervorosamente, a venda em leilão, das carnes que chegavam a estação de São Diogo, oriundas do Matadouro de Santa Cruz. Denunciavam que foram avisados por telegrama que a carne seria leiloada, mas a carne abatida foi insuficiente para o mercado, deixando a maioria dos compradores sem o produto. Devido a essa questão, no dia seguinte, os açougueiros resolveram comprar a carne no Matadouro de São Cristóvão, para não ficarem sujeitos as irregularidades de um serviço ainda em experiência, e que os haviam deixados no dia anterior, mal com muitas pessoas a quem não puderam servir. Assim, quando a carne oriunda de Santa Cruz chegou a estação, poucos foram os que se apresentaram, mas que arrematariam toda a carne, se não fosse a imposição do leiloeiro de que só seria vendida a quem desse mais de 310 réis por quilo. Era essa a imposição a que não podia se sujeitar o brio de uma classe, as dos marchantes. Não aceitando as reclamações, Nobre declarou que se não comprassem ao valor estipulado pelo leiloeiro de 310 réis o quilo, a carne seria vendida à pobreza por 200 réis o quilo, e suspendeu o leilão. Em meio aos debates, um açougueiro foi expulso da estação pela força pública, que de acordo com Nobre, queria especular a boa fé da Câmara. Mediante tal cenário, a palavra greve, foi declarada em todos os jornais, pois só aos açougueiros competia, por lei, a distribuição de carne a população.

Em sessão na Câmara, no dia 26 de novembro de 1881, Nobre falou sobre as experiências positivas do novo Matadouro, e solicitou mais funcionários para a venda da carne na estação de São Diogo. Pediu a aquisição de diversos utensílios para o serviço da matança e preparo das carnes, e requisitou ao Chefe de Polícia a força pública para garantir a ordem na estação. Uma sessão secreta ocorreu no Paço Municipal, às 19:30 horas, no dia 29 de novembro, com os vereadores Ferreira Nobre, Torquato Couto, Ewerton de Almeida, Hermogeneo Silva e Quartim, com o secretário da Câmara, Magalhães Castro e alguns comissários de gado, para tratarem dos negócios relativos às carnes verdes e da próxima matança que haveria no Matadouro de Santa Cruz. Dessa reunião, resultou em uma denúncia publicada nos jornais do dia 02 de

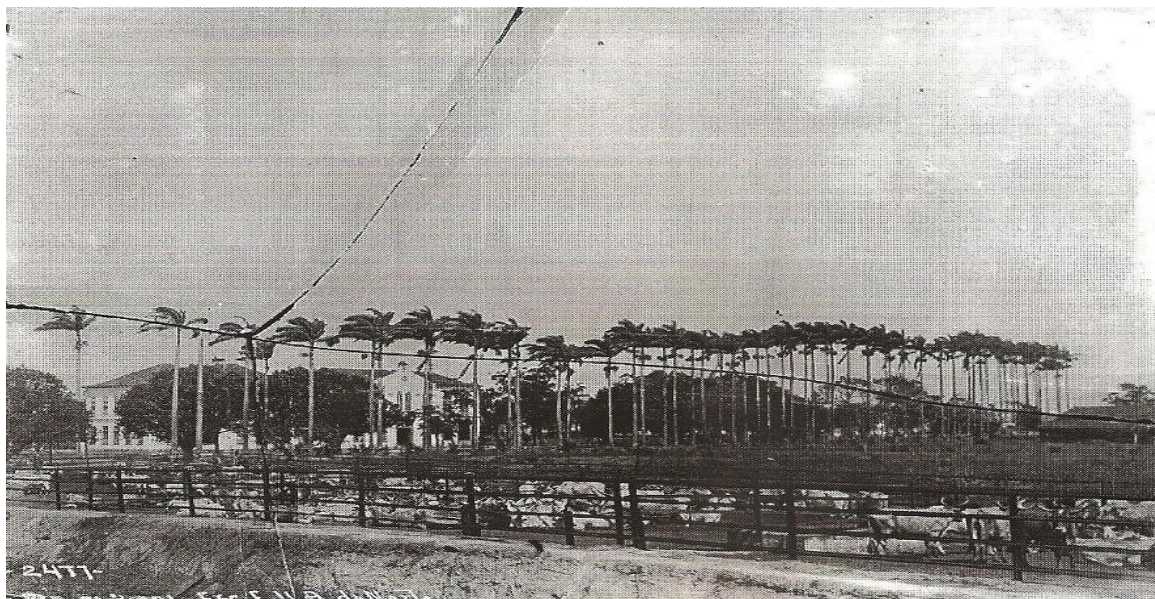
dezembro de 1881, assinada por *A nobreza*, sobre o monopólio na venda das carnes verdes oriundas do novo Matadouro. Toda carne foi comprada e repartida por 3 sócios, e produziram a insignificante soma de 3:000\$000. Pagando, assim, a população, com esse aumento de preço.

Em meio a esses conflitos no monopólio das carnes verdes, ocorreu uma nova organização política da província do Rio de Janeiro, que era dividida por Freguesias, e subdivididas em Curatos, e delas saíam os vereadores para formarem a Câmara Municipal. Com a nova divisão, essas Freguesias foram divididas em 4 Distritos, que eram formados por várias Freguesias. Nas eleições para vereador, marcada para dezembro de 1881, seriam eleitos um determinado número de vereadores por cada Distrito da Província. O curato de Santa Cruz ficou pertencendo ao 3º Distrito. Foram designados os engenheiros que trabalhavam para a Câmara para atenderem cada Distrito.

A declaração de Nobre que estavam prontas as instalações do novo Matadouro foi dada na sessão do dia 22 de dezembro de 1881, e indicou o capitão Manoel José da Silva para o auxiliar nos serviços de administração do novo Matadouro, que foi aprovado pelos demais vereadores. Marcando a inauguração para o dia 30 de dezembro. Nobre ficou exercendo interinamente o lugar de diretor do novo Matadouro, até que o governo aprovasse o regulamento, e nomeasse o diretor efetivo. O que levou longos anos em pauta nas sessões da Assembléia Legislativa, do Senado e retornando para a Câmara Municipal, sem chegar a uma aprovação do regulamento. O regulamento do Matadouro viria a ser aprovado somente em 1893, funcionando por mais de 10 anos com regulamentos provisórios.

A inauguração contou com a presença do Imperador D. Pedro II, que já estava dois dias antes em Santa Cruz, com o conselheiro Delamare, Nobre, presidente da Câmara Municipal, e os vereadores Hermogeneo e Evaristo da Veiga. Um trem especial conduziu, pela manhã, os conselheiros Dantas e Doria, os vereadores Henrique Hermeto, Ewerton, Torquato Pinto, Chaves Farias, Quartim e Malvino Reis, secretário da Câmara e médico do Matadouro, e muitos convidados. Neste dia foram abatidas cerca de 300 reses. Os marchantes Antonio Francisco Goulart e Lino Nobrega, doaram algumas reses, abatidas na inauguração, em benefício dos Projetos de Jardins de Infância, recebidas, com reconhecimento, pelo Ministro do Império. Como piada, foi

publicado nos jornais que Nobre "mandou fazer gaiolas especiais para o transporte dos urubus."<sup>153</sup>



<sup>153</sup> Gazeta de Notícias. 31/12/1881. Acesso em 26/06/2016.

<sup>154</sup> O curral para descanso do gado e a sede administrativa do Matadouro. Malta: 1926. <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>. Acessado em: 26 jun. 2016.



155

O Matadouro de Santa Cruz passou a funcionar oficialmente após o telegrama de Nobre enviado para o Ministro do Império:

Santa Cruz, 3 de janeiro de 1882.

Enviei dois trens com carne, que chegaram, em São Diogo, cedo. Os trabalhadores cá vão muito regulares. Foi admitido maior pessoal para concluir o trabalho a horas convenientes. A imprensa foi mal informada. O Matadouro é uma realidade, e poucas obras restam a fazer-se. Agradeço as ordens dadas a meu pedido. Pode V. Ex. mandar inutilizar o Matadouro de São Cristovão.<sup>156</sup>

Mesmo inaugurado e oficializado os serviços do novo Matadouro, ainda não havia sido aprovado o regulamento para estipular o quantitativo de funcionários e os cargos administrativos, proposto no regulamento apresentado por Nobre a Câmara Municipal, e ainda em análise na Assembléia Legislativa. Sendo assim, Nobre que já havia se constituído como diretor provisório do Matadouro, até que o regulamento fosse aprovado, contratou, segundo Freitas, 72 homens para constituírem o pessoal dos serviços necessários para o funcionamento, como 36 magarefes, 32 homens

---

<sup>155</sup> A sede administrativa do Matadouro e moradia do diretor e dos veterinários. Atualmente, restaurado e tombado pelo Patrimônio Municipal, funciona o Centro cultural Drº Antônio Nicolau Jorge (Filho de imigrantes libaneses, dentista e fundador do NOPH, sempre trabalhou pela conservação da história do bairro). Acervo de Reinaldo Azevedo. 2005.

<sup>156</sup> Gazeta de Notícias. 04/01/1882. Acesso em 26/06/2016.

encarregados da balança e 4 chopeiros (encarregados do estilete, que com um golpe certo, matava o gado sem danificar o couro). E assim, funcionou o Matadouro por mais de uma década, sem ter um regulamento aprovado. Isto era muito explorado, por seus diretores, que criavam cargos aleatórios para contratar seus aliados políticos ou familiares.

As irregularidades e superfaturamentos para o funcionamento do novo Matadouro seriam motivos de calorosos debates sobre variados aspectos, como por exemplo, o ocorrido no clube de engenharia, em 23 de janeiro de 1882, quando o engenheiro Carlos de Niemeyer, colocou em pauta diversos modelos de vagões utilizados na Europa e nos Estados Unidos para o transporte de carnes verdes. E dentre eles não constava os que foram comprados pelo engenheiro Pereira Passos para o serviço no novo Matadouro. Na opinião de Niemeyer tais vagões não eram os mais adequados para esse serviço, mostrando com seu estudo que a Estrada de Ferro e a Câmara, quando compraram esses vagões, não procederam de estudo e escrupulo, escolhendo o que mais vantagens práticas lhes ofereciam (compraram o mais barato com o preço do mais caro). Que tais vagões, até serviriam, se não fossem expostos ao sol, que por falta de ventilação os vagões andavam com as portas abertas, enchendo as carnes verdes de poeira e pó de carvão. Pereira Passos, presente na citada reunião, explicou, que escolheu tais vagões levando em conta o parecer da Junta de Higiene Pública quanto a ventilação, e que tal parecer foi de que eles prestariam perfeitamente ao serviço especial a que seria destinado. A direção da Estrada de Ferro, que também estava presente, se defendeu, alegando que a responsabilidade de escolher o melhor vagão foi da Câmara Municipal, presidida por Nobre, e que havia reclamado da intervenção da Câmara num serviço que deveria ser da Estrada de Ferro.

Em relação a esse serviço, Collatino Marques de Souza enviou o seu projeto ao presidente da Junta de Higiene Pública, propondo ao Ministro do Império, de construir na estação de São Diogo uma ou mais câmaras frigoríficas, com um sistema de sua invenção, através do emprego de ar seco e frio, para a conservação das reses abatidas no Matadouro de Santa Cruz, e que o mesmo serviço daria para ser feito nos vagões de transporte das carnes, como meio necessário para que as carnes possam chegar a Corte sem alterações. Mas não obteve resposta sobre sua proposta.

O Ministro do Império no intuito de resolver definitivamente sobre todas as medidas que deveriam ser adotadas para que o serviço do Matadouro fosse executado com a desejada perfeição, autorizou todas e quaisquer alterações que se deveriam fazer no estabelecimento. Para isso nomeou uma comissão composta pelos engenheiros Herculano Velloso Ferreira Penna, André Pinto Rebouças, Alvaro Joaquim de Oliveira e José Americo dos Santos, afim de entendendo-se com a Câmara Municipal, estudassem de modo completo as necessidades do novo Matadouro, que mesmo funcionando ainda não havia terminado por completo suas obras, e que organizassem o orçamento para tais medidas. A comissão concluiu, após várias visitas ao Matadouro, que todos os edifícios necessitavam de sérios reparos, e com mais urgência as casas de matança e salgadeira. O terreno que rodeia os edifícios continuaram transformados em pântano, e que nada havia sido feito para remover a lama ou dar escoamento às águas que ali estavam acumuladas. O muro do curral estava cada vez mais fraco e se desmoronando, de modo que os bois entravam e saíam por conta própria, porque o portão, ou desapareceu ou estava enterrado na lama de quase 2 palmos dentro do curral, que impediam os magarefes de tocarem o gado para a mangueira, antes do abate.

Diante de tantas denúncias e reclamações referentes aos abusos de poder de Nobre no novo Matadouro, o vereador Malvino da Silva Reis apresentou, no dia 16 de fevereiro de 1882, um requerimento solicitando a Nobre, presidente da Câmara e responsável interino pelo serviço do Matadouro de Santa Cruz, informações sobre seus serviços e determinações no novo estabelecimento:

1- Se é exato que diversas casas destinadas a residência dos empregados se acham ocupadas por pessoas estranhas ao serviço do Matadouro, e nesta se estabeleceram com negócio. Qual o número dessas casas e os nomes das pessoas que as ocupam? Qual a classe do negócio nelas estabelecido, e quem autorizou aquelas pessoas a ocupá-las? Se quem nelas moram, pagam arrendamentos, e neste caso, quanto por mês? 2- Se, achando-se as ditas casas ocupadas por diferentes estabelecimentos, estão, ou não, prejudicados os empregados do Matadouro, por falta de domicílio? 3- Qual a despesa feita com as experiências do Matadouro, e a quanto custa o produto da venda por conta da Câmara, e qual o prejuízo que houve? 4- Qual o motivo por que ainda não foi recolhida ao cofre municipal parte da importância da carne verde vendida na estação de São Diogo, por conta da Câmara no mês de dezembro passado? 5- A quanto monta a despesa feita no Matadouro, por ordem de S. Ex. desde sua inauguração até esta data, com todo o pessoal, serviço de oficinas, compra de carvão de pedra e mais objetos necessários, especificando qual a importância dos passes gratuitos dados por S. Ex. na Estrada de

Ferro D. Pedro II? Se a Câmara foi ouvida a respeito dessa despesa, ou, se S. Ex. obteve, previamente, autorização do governo para fazê-la? 6- Se o pessoal superior nomeado interinamente por S. Ex. está vencendo ornado, e qual a sua importância? 7- Se já foi cobrada dos Srs. Marchantes a importância do serviço prestado pelo pessoal do Matadouro na salga dos couros e preparo dos miúdos e a quantas montou a receita deste serviço, durante o mês de janeiro? <sup>157</sup>

Em resposta, Nobre apresentou todas as respostas a esse requerimento, com todos os documentos comprovando o seu eficiente trabalho realizado na transferência do Matadouro e o início do seu funcionamento, na sessão do dia 02 de março de 1882. Nesta mesma sessão, Malvino expôs todas as falcatruas feitas por Nobre no Matadouro de Santa Cruz. Como decisões e conluio com certos marchantes em detrimento de outros, os ganhos que tivera em detrimento dos cofres públicos. As nomeações para os cargos do Matadouro, sem passar pela Câmara e sem ter o regulamento do Matadouro aprovado, as compras realizadas sem concorrências. Malvino, era membro da comissão de fazenda, e tinha o dever de cobrar de Nobre a prestação de contas de tudo o que havia sido feito por Nobre, e constatou um enorme prejuízo para a Câmara Municipal. Nobre havia cedido as moradias dos funcionários para seus amigos abrirem casas de comércio, deixando os funcionários sem moradia, mandou expulsar os negros e negras libertos que tinham suas barracas de comida dentro do Matadouro, para favorecer o monopólio dos comerciantes. Malvino ainda salientou, que tal atitude de Nobre foi tomada, porque negros não votam, e por isso os expulsou. Todo o relatório de Malvino comprovou os abusos de poder de Nobre em favorecimento próprio. A atitude de Nobre, como presidente da Câmara, diante o relatório, foi o de destituir o comendador Malvino de relator da comissão de fazenda, e colocou em votação para os demais vereadores, se aceitavam a sua prestação de contas ou as acusações de Malvino. Como resultado, somente o vereador Ewerton votou a favor de Malvino, os demais votaram a favor de Nobre, que prosseguiu a frente do Matadouro e de seus conluios.

---

<sup>157</sup> Gazeta de Notícias. 17/02/1882. acesso em 26/06/2016.





158

A Câmara recebeu um telegrama no dia 23 de fevereiro de 1882, informando a inundação do Matadouro de Santa Cruz, e pedindo imediata medida ao governo, como abertura de valas, afim de se evitar a impossibilidade do abastecimento de carne à cidade. A enchente também atingiu o ramal de Santa Cruz, que ficou inundado entre os quilômetros 2 e 3, Penna providenciou o escoamento das águas e assim, puderam percorrer os vagões com o gado abatido no Matadouro. Tais enchentes se tornaram realidades todas as vezes que chovia fortemente ou por dias seguidos. A Vala do Sangue, por onde escoava todo o esgoto do novo Matadouro, desaguava na Vala do Itá que a menos de 2 quilômetros desaguava na Baía de Sepetiba. Portanto, não eram valas, e sim, canais que dependiam das marés para escoarem. E quando somavam-se chuva e maré cheia, não tinha como desaguar, as águas retornavam e alagavam toda a área do Matadouro e seu entorno. Por isso, tiveram que fazer obras de abertura de caminhos na parte externa do Matadouro, que facilitassem o escoamento das águas.

A denuncia assinada como *O capitão do mato*, publicado nos jornais do dia 15 de março de 1882, dizia que um homem fazia as vezes de diretor do Matadouro. Um indivíduo de maus precederes, pois era um negociante falido, marchante do antigo

---

<sup>158</sup> O Curtume, utilizado para salgar o couro. 2015. Acessado em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

Matadouro, e que estava no comando dos magarefes. E questionava se podia um indivíduo caloteiro, ser responsável pela venda no Matadouro de Santa Cruz, administrar e pagar os operários? Podia esse indivíduo, ficar acompanhado de um capanga e espancar os operários em nome do diretor? Podia esse indivíduo em estado de embriaguez, prender os pobres operários? Terminava as tais denúncias pedindo providências ao real diretor, antes que acontecesse alguma desgraça. Diante dessa e de outras várias denúncias publicadas diariamente nos jornais, o Ministro do Império, no dia 22 de março de 1882, mandou publicar em todos os jornais, que faria uma visita ao Matadouro de Santa Cruz, no dia 26 de março, acompanhado de vários deputados, para averiguar tais denúncias. Como foi publicado antes da visita, digamos que propositalmente, ocorreu um faxina geral no Matadouro, de modo que, quando os mesmos chegaram ao estabelecimento para verificar as irregularidades, nada encontraram. Tudo estava em perfeita ordem e limpo.

Continuando com as irregularidades, Nobre aumentou a contribuição cobrada aos marchantes, pelo abatimento de reses no Matadouro. Os marchantes reagiram, enviando uma representação à Câmara Municipal, no dia 05 de maio de 1882, assinada por Julio Augusto Serpa e outros marchantes. A Câmara resolveu enviar a comissão de saúde a portaria do Ministério do Império, pedindo, com urgência, informações. Os marchantes desde fevereiro se recusavam a pagarem a contribuição, que Nobre não queria que se chamasse de imposto, relativa ao abatimento de gado no novo Matadouro. Alegavam que não pagavam pelo fato de as considerar muito pesada. A Câmara Municipal lançou um alerta que se assim continuasse, não haveria carne verde para abastecer a Corte. Mas Nobre prosseguiu, inaugurando no dia 5 de junho, em Santa Cruz, uma balança destinada a pesagem do gado em pé, a ser abatido, depois de examinado pelos médicos. Mais uma "contribuição". A balança era totalmente separada das dependências do novo Matadouro, e pertencia a uma empresa particular que gastou oitocentos contos na construção dos edifícios e colocação da balança, sob a fiscalização da Câmara Municipal. Segundo afirmou Nobre, um serviço de grande importância para a garantia do boiadeiro, do marchante e da própria Câmara. Os boiadeiros e marchantes se negaram a pesar os bois que lhes pertenciam e que deviam ser abatidos no Matadouro. O administrador do Matadouro enviou um ofício a Câmara, no dia 28 de julho de 1882, comunicando ter recebido reses para a pesagem e marcação (mais uma "contribuição" imposta por Nobre, que o gado deveria ser marcado à ferro com as letras

CM, de Câmara Municipal). Ao ser comunicado, o Ministro do Império foi visitar o Matadouro, no dia 13 de agosto, e recebeu uma representação dos marchantes e boiadeiros contra o sistema de pesagem do gado.

O regulamento do novo Matadouro apresentado por Nobre, e recusado pela Câmara Municipal, foi apreciado pelos deputados e recusado em definitivo. O Ministro do Império coloca como exigência para a elaboração de uma nova proposta de regulamento, que o mesmo teria que satisfazer a todos os envolvidos no Matadouro. O deputado Mantandon pediu um aceleração dos trabalhos sobre o regulamento a comissão especial, formada pelos deputados. O deputado Felício dos Santos apresentou e fundamentou um requerimento, que pedia diversas informações ao governo, sobre a organização do serviço de abatimento de reses e pesagem do gado, no Matadouro de Santa Cruz. Um regulamento para o novo Matadouro se fazia urgente para tentar sanar todas as irregularidade que vinham ocorrendo desde os testes de matança e mesmo após a inauguração, que ainda permanecia como provisória a autoridade de Nobre sobre o estabelecimento, o que não mais satisfazia a todos que ali tinham negócios. Tal requerimento proporcionou a aprovação do regulamento provisório do novo Matadouro.

Aprovado o regulamento provisório, Nobre foi nomeado para o cargo de diretor , o que provocou uma sublevação por parte dos comissários e marchantes, que acusavam ser injusta tal nomeação. Para eles, a preferência para assumir tal cargo, deveria ser de Graciano dos Santos Pereira, que além de já ter prática do serviço, era conhecido por sua moderação e inteireza no desempenho das suas funções. Já Nobre, após tantas denúncias e relatórios, ganhou o cargo e uma alta comissão por seus serviços, visto que estava acabando o seu mandato como vereador, cargo esse que não tinha remuneração, mas muita influência.

Empossado oficialmente, Nobre fez as seguintes nomeações: para o cargo de secretário do Matadouro o cidadão Ernesto de Albuquerque Diniz, para escrevente da repartição de tombamento Francisco Martins Gonçalves e para escrivão da matança suína José Carlos Vieira de Castro. Chamou concorrências para: a organização do sistema de comunicação telefônica entre o Matadouro de Santa Cruz e o Paço Municipal e açougues municipais e para compra de couros avariados no Matadouro de Santa Cruz. Foram escolhidos, para os couros José Custódio Affonso, para os açougues João

Gonçalves da Silva & C. e para o sistema de telefonia foi aprovada a proposta de Leon Rodde pelo preço de 7:456\$.

Com a eleição é formada uma nova bancada de vereadores na Câmara Municipal. Mais de 60 boiadeiros mineiros comemoraram em Santa Cruz o fim da "Era Nobre", dando vivas ao Imperador e a nova Câmara Municipal, e pediam para acabarem com a obrigação de marcar os gados para entrarem no Matadouro, e assim ficarem livres em seu comércio de gado. A nova comissão do Matadouro eleita foi composta pelos vereadores Costa Ferraz, Carivaldo Chavantes e José Meirelles, no dia 12 de janeiro de 1883. Em visita ao Matadouro, tal comissão concluiu, que as antigas alegações formulados pelo comendador Malvino Reis acerca dos negócios do Matadouro, tinham todo fundamento. Percorrendo o Matadouro acharam diversas irregularidades. A tabela de preços ali executada não era a mesma aprovada pelo governo, beneficiando, assim, os marchantes. Em relação a balança, que os boiadeiros reclamavam, declararam rescindir imediatamente o contrato, pois haviam cláusulas absurdas e abusivas. Impugnaram a folha de pagamento do pessoal do Matadouro, que se encontravam sem receber seus salários desde novembro de 1882, por se achar devidamente adulterada.

Diante de tantas irregularidades, Costa Ferraz propôs, e foi aprovado:

1- Que fique proibido a todos os boiadeiros, marchantes ou açougueiros e seus associados que forem devedores à Câmara, abater o gado no Matadouro. 2- Que o procurador publique em 15 dias aos devedores, o pagamento dos direitos municipais, pelo corte do gado no Matadouro, contra Moraes Alves & C. na importância de 14:261\$; João Pereira Cardoso Fontes 9:990\$; Júlio Augusto Serpa 8:514\$; José Lourenço de Castro 8:291\$; Teixeira Passos & C. 2:518\$; Manuel Gonçalves Pacheco 5:376\$. 3- Que ninguém será permitido cortar gado de qualquer natureza, quer no Matadouro de Santa Cruz, quer no de porcos, sem apresentar o respectivo talão de pagamento de imposto.<sup>159</sup>

Uma dívida bem alta com a municipalidade, e Nobre sempre relatando estar o funcionamento do Matadouro excelente. Além das altas dívidas dos marchantes, encontrou-se uma dívida enorme com a Estrada de Ferro Pedro II de 120 a 150:000\$, pelo transporte das carnes, e a Câmara sem verba para amortizá-la. O fornecimento de sal e da limpeza do Matadouro, também em atraso de pagamento e com o fornecimento suspenso, que ficou a cargo da comissão do Matadouro negociar. Mediante tal cenário, a

---

<sup>159</sup> Gazeta de Notícias. 16/01/1883. Acesso em 26/06/2016.

recém eleita Câmara Municipal, aprovou que a comissão do Matadouro estabelecesse a demarcação de uma área no Matadouro onde os marchantes pudessem construir, por conta própria, edifícios para o preparo dos miúdos e couros do gado que eles abatessem. Estabeleceu que durante um prazo necessário para essa construção, a Câmara cederia as casas ou local precisos no Matadouro, para ali trabalharem os marchantes. Tudo mediante uma indenização relativa, que poderia ser no valor já cobrado ou o ressarcimento das despesas que a Câmara fazia com esse serviço. Pereira Lopes solicitou ao Ministério da Agricultura a redução da tabela de preços nos carros de carga da Estrada de Ferro D. Pedro II, para o transporte do gado destinados ao corte para os campos de Santa Cruz. Fez com a finalidade de preservar o gado dos inconvenientes e fadigas das longas marchas, aguardando ali descansadamente a ocasião de entrarem para o talho.

Os problemas com o Matadouro não paravam de surgir, e para cada solução encontrada, aparecia o triplo. A Câmara Municipal foi deixada pelos antigos vereadores com os cofres totalmente vazios. A solução encontrada foi suprimir vários cargos do Matadouro, como o cargo de feitor, de chefes de turma e de conservadores de jardim. E ainda teve que declarar que não tinha sal, nem carvão e nem crédito para satisfazer as despesas do Matadouro. O comendador Antonio Barroso Pereira, que estava interinamente como administrador do Matadouro, pediu demissão. Em seu lugar foi aprovada a nomeação de João dos Santos Titára, um negociante da Rua da Assembléia, na sessão do dia 19 de janeiro de 1883. Nesta mesma sessão foi aberta a concorrência para o fornecimento de sal para o Matadouro. Apareceu apenas 1 concorrente, Pedro Bernardes & Ribeiro.

Os engenheiros municipais, Araujo Vianna e Azevedo Marques, foram convidados por Costa Ferraz para estudarem os melhoramentos que necessitavam o Matadouro de Santa Cruz. Além dos reparos nos currais e oficinas, tinha a necessidade de colocar os sarilhos da casa de matança, movidos a vapor e da construção de fornos para a cremação dos resíduos e fragmentos de matéria orgânica animal. Além desses orçamentos, os engenheiros também apresentaram a necessidade de drenagem da área do Matadouro. E apresentaram um estudo para além dos fornos, criarem vagões crematórios, um sistema belga, com ligeiras modificações feitas por Araujo Viana. Assim, ao longo do período compreendido da nossa pesquisa, as obras do Matadouro de

Santa Cruz nunca foram declaradas como finalizadas. A cada vistoria de uma nova comissão do Matadouro eram encontradas várias irregularidades e mal conservação dos prédios, e a necessidade de reforma ou construção para adaptação de inovação tecnológicas. Os embates entre os marchantes e os vereadores, através de denúncias, de requerimentos, de reclamações, e dos conluios que ocorriam no Matadouro, seriam quase que diários. Quer fossem pelos jornais, ou por documentos direcionados a Câmara Municipal, a Assembléia Legislativa ou ao Ministro do Império.

O deputado Montandon fez no parlamento graves acusações a Câmara Municipal, ao diretor do Matadouro e a comissão do Matadouro, no dia 27 de julho de 1883. Tais acusações repercutiram na Câmara Municipal como uma tormenta. Chavantes afirmou que recebeu provas de que muita gente graúda encontrou um meio de vida no novo Matadouro. Que havia uma comandita (sociedade comercial em que parte dos sócios entra com o capital sem participar da administração), e que dela fazia parte o administrador do Matadouro. O que foi corroborado pelo Meirelles. Henrique de Carvalho estranhou que Costa Ferraz ignorasse o que estava se passando no Matadouro. Moura propôs que fosse nomeada uma comissão de inquérito sobre os fatos do Matadouro. E Alexandrino do Amaral propôs que ficasse a cargo da comissão de justiça. A sessão do dia 02 de agosto foi totalmente voltada para a questão das denúncias do deputado Montandon sobre o conluio que ocorria no Matadouro de Santa Cruz. Várias propostas foram feitas, pois tal denuncia, colocava a Câmara Municipal desmerecida de crédito, já que quase todos os vereadores estavam, de algum modo, tendo favorecimentos no Matadouro. Mas apesar de calorosa a sessão terminou sem se chegar a um denominador comum. Vários vereadores tomaram a palavra, e em animada frase declaravam que, se as respostas recaíssem sobre suas pessoas na negociata do Matadouro, eles se demitiriam imediatamente. E continuou sem saber quem realmente estava mandando nas negociatas do Matadouro.

Mas na sessão do dia 23 de agosto de 1883, Henrique de Carvalho apresentou um relatório sobre os fatos irregulares ocorridos no Matadouro de Santa Cruz, destacando que Costa Ferraz era o vereador que o deputado Montandon citou. A firma era a de Alves Meira & C., e era composta de indivíduos que nunca foram marchantes, e se constituiu após a nomeação do atual administrador do Matadouro, que era amigo íntimo de Costa Ferraz e de uns dos sócios da mesma firma. O administrador residia na

casa da administração do Matadouro, de onde se mudou, depois que o parlamento fez a denuncia. No Matadouro de Santa Cruz, não havia quem ignorasse entre os frequentadores daquele estabelecimento, que o campeiro do gado da Alves Meira & C. era um homem que pertencia aos cofres municipais como trabalhador do jardim do Matadouro. A influência desta firma era tamanha, que um dos seus sócios construiu um banheiro para o seu uso particular em umas das casas do estabelecimento, do lado norte. E nessa época banheiro era artigo de luxo, já que para os demais era as famosas casinhas, do lado externo das casas. Essa firma gozava de favores especiais em relação aos outros marchantes, em detrimento dos demais, pois estava tal firma sob proteção de Costa Ferraz. O vereador citado, ainda pretendia que a Câmara pagasse centenas de contos, relativos a dívida que os marchantes tinham com a Estrada de Ferro pelo transporte das reses.

Deste modo viviam os marchantes muitos satisfeitos, pois afugentavam do Matadouro os criadores que eram obrigados a venderem seus gados pela quantia que lhes eram impostas, ficaram senhores absolutos da matança de gado, monopolizaram o comércio da carne verde e impuseram exagerado preço a um gênero de primeira necessidade. Enquanto os marchantes foram compelidos a pagarem suas dívidas, apareceu muito espontaneamente um vereador zeloso dos cofres municipais querendo que fosse a Câmara, ou seja, que fossem os contribuintes que pagassem o que os marchantes deviam. A firma Alves Meira & mC. era uma das mais fracas no Matadouro de Santa Cruz, mas mesmo assim a sua matança regulava de 10 a 14 reses por dia. Esta firma se organizou no intuito de lesar os interesses dos criadores, pois Costa Ferraz na Câmara sempre se opôs às medidas que protegiam os criadores de gado. Além da comprovada intimidade da administração do Matadouro com os marchantes, era o vereador Costa Ferraz, membro da comissão do Matadouro, e também membro da comissão de Fazenda. Ou seja, era ele quem mandava pagar as folhas do pessoal do Matadouro, e que tão zeloso se mostrava no exame de todos os pagamentos, não viu e não informou aos seus colegas das duas comissões. O pessoal dos jardins do Matadouro, por onde se pagava um tal Benedicto, a quem se referiu Chavantes, excedia o número legal, e que para isso não havia verba no orçamento.



Esse feito era um fato criminoso e a Câmara tinha o dever de sujeitá-lo à apreciação dos tribunais, remetendo a Procuradoria Pública cópia desse relatório, as folhas que continham o pessoal maior do que a que existia legalmente, e todos os documentos relativos para que houvesse o procedimento oficial da Justiça contra quem de direito. Prosseguindo em seu relatório, Henrique de Carvalho abordou que as oficinas do Matadouro estavam quase em estado de ruína, que a matança dos bois tinha a rampa tão estragada que era impossível uma limpeza ou asseio regular, a oficina de sebo estava tão imunda que era impossível descrever. O grande curral estava sem serventia por ordem de Costa Ferraz, que mandou fazer outro de madeira dentro da área do Matadouro. O novo curral custou três contos de réis, sem necessidade, pois podia ter consertado o tanque do grande curral, dando-se esgoto às águas para as galerias próximas, que era o que precisava ser feito. Mas, Costa Ferraz mandou para o

---

<sup>160</sup> A Fonte Wallace no jardim do Matadouro. Ao fundo, a parte de trás da sede administrativa. Augusto Malta. 1936. Acesso em: 26 jun. 2016 Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.



Matadouro um peão Rocha para fazer esse novo curral, que já se encontrava imprestável e não podia ter custado o valor apresentado, e nem a metade desse valor.

Os escândalos envolvendo a administração do Matadouro de Santa Cruz continuaram a ser denunciados, e fizeram com que vários vereadores deixassem seus cargos, levando a Câmara a propor uma nova eleição para ocupar os cargos em vacância, deixados pelos vereadores que abandonaram seus cargos. Assim, retornaram a Câmara Municipal alguns dos antigos vereadores, para substituírem os que haviam abandonado seus cargos. Ferreira Nobre, Hermogeneo Silva, Ewerton de Almeida , Torquato Couto, Chaves Faria, Malvino Reis e Quartim. Aprovaram de imediato uma nova comissão do Matadouro formada por Chaves Faria (relator), Hermogeneo Silva e Evaristo da Veiga. O retornou à presidência da Câmara de Ferreira Nobre. resultou em greve dos funcionários do Matadouro, revolta dos boiadeiros, denúncias nos jornais, sempre tendo Nobre como causador. E até mesmo os moradores do curato de Santa Cruz se revoltaram, por causa de uma determinação de Nobre, que proibiu os moradores a andarem pelas ruas a cavalo. Mais uma forma de arrecadar dinheiro, pois prendia nos pastos do Matadouro o cavalo, e o dono tinha que pagar uma multa para retirar o animal. Nobre, justificou tal proibição, alegando que era para inibir que os cavalos se alimentassem nos pastos da Fazenda. Os moradores se reuniram, e foram pedir ao diretor do Matadouro, Miranda Rego, para retirar tal proibição.



161

---

<sup>161</sup> Área interna do Matadouro, com o reservatório de água. 1990? Acesso em 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

A sucessão de falcatruas dentro do Matadouro por intermédio dos vereadores, chegou a tal ponto, que o Ministro do Império suspendeu a Câmara Municipal, em maio de 1884, da administração do Matadouro, que ficou sob intervenção do Império, para que se pudesse averiguar todas as denúncias de conluio dos vereadores com os marchantes, ou com os boiadeiros, sempre na intenção de receberem favorecimentos, que atualmente chamamos de propinas, sendo Nobre o maior dos corruptos. As denúncias vinham de todos os lugares. Como por exemplo a denuncia dos negociantes, que os empregados do Matadouro, vendiam carne dentro do Matadouro sem pagarem licença e impostos à Câmara Municipal, previstos na lei. Os grandes administradores do município, os amigos do Ministro do Império, assistiam impassíveis a prevaricação dos comissionados e a defraudação dos cofres municipais. Os jornais passaram a cobrar da Justiça uma solução para tanta ilegalidade. Se dirigiam a Bandeira de Mello, pedindo a moralidade pública, requeriam que ele ordenasse o segmento do processo dos crimes ocorridos no Matadouro contra os cofres públicos, cuja procrastinação já diziam ser proposital, e que, se não acreditamos, também seria incrível que um juiz "enérgico como é S. Ex. não obrigue o seu escrivão a cumprir os deveres do cargo".<sup>162</sup> A magistratura, desde que não se colocasse na altura e independência que a Constituição garantia, habilitava o cidadão a desacreditar na Justiça. Situação parecida com a atual participação do Judiciário, na atualidade, frente as denúncias e pedidos de prisão de membros do Legislativo e do Executivo.

Assim caminhou o Matadouro, passando por denúncias, escândalos e intervenções. Mas continuou nas mãos dos vereadores que formavam a comissão do Matadouro na Câmara Municipal, e que tinham no Matadouro uma fonte de renda, de favorecimentos e de palanque eleitoral. Tal comissão, se assemelhava a uma secretaria na atualidade, que continuou a frente do Matadouro, após a mudança do Império para a República, que de comissão passou a ser chamada de intendência. Para o cargo de intendente municipal do Matadouro, foi eleito em 14 de dezembro de 1889, Benjamim Pinheiro, que nomeou Pedro Rodrigues Portugal para o cargo de diretor do Matadouro. Na proposta dos marchantes, entregue a nova Intendência Municipal em 31 de janeiro de 1890, responsável pelo Matadouro, pediam o aumento do número de magarefes e respectivos auxiliares no Matadouro, para acelerar o quanto fosse possível a marcha dos

---

<sup>162</sup> Gazeta de Notícias. 04/05/1884. Acesso em 26/06/2016.

trens que conduziam a carne a estação de São Diogo, para empregarem um maior número de trabalhadores nas descargas que eram feitas nas estação de São Diogo e para colocar para a noite o horário de matança, pois assim, se evitaria o calor do sol.



163



164

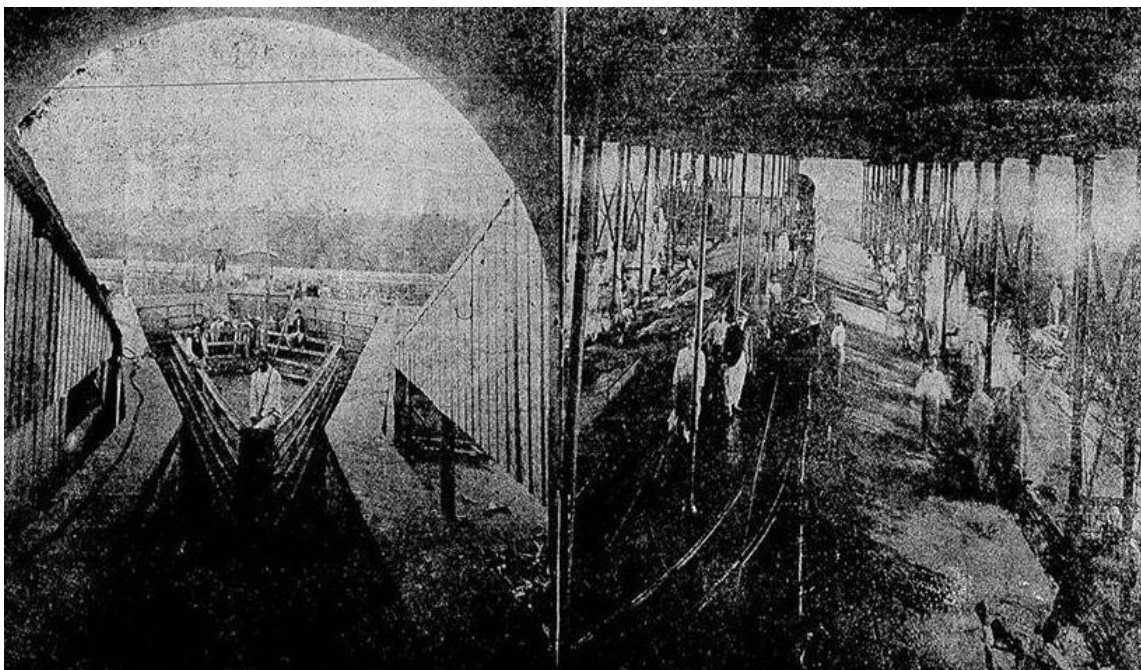
<sup>163</sup> Ruínas do Moderno Matadouro, pátio da plataforma de trem para o abastecimento. Acervo de Reinaldo Azevedo, 2015.

As condições de trabalho para os funcionários do Matadouro sempre foram as piores possíveis. O que não foi diferente nas instalações do novo Matadouro. Além das doenças que a região já oferecia, por ser uma área de mangue e com muita umidade, havia também as péssimas condições de trabalho dos operários. Tinha-se urgência em substituir o sarilho<sup>165</sup> pela mecanização elétrica, para se evitar os esforços desnecessários, que esgotavam e aniquilavam o operário do Matadouro, por mais forte física e organicamente que ele seja, eram as constantes reclamações feitas, que mesmo sendo um Matadouro modelo, utilizava métodos antiquados no seu funcionamento. A insalubridade derivada da perene umidade no setor de matança no Matadouro, onde o operário antes do alvorecer do dia já estava no batente, e muita das vezes até o por do sol. Esse isolamento tão pernicioso do ambiente, pois a friagem ocasionava, em uma grande maioria dos operários, reumatismo e depauperações, acarretando os conhecidos casos de fraqueza pulmonar, muita das vezes fatais, e moléstias cárdio-renais. Muitos não conseguiam chegar a aposentadoria, pois eram vitimados por tais doenças, e os que conseguiam se aposentar, já estavam com grandes problemas de saúde, e assim, não tinham como aproveitarem do descanso merecido.

---

164 Augusto Malta. 1920. Trabalhadores no Matadouro. Acesso em: 03 ago. 2016. <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>

<sup>165</sup> Cilindro horizontal móvel, acionado por manivela ou motor, em que se enrolam cordas ou cabos de aço, para levantar grandes pesos.



166

Assinado como *O Magarefe*, o artigo publicado em 26 de dezembro de 1890, pedia a Pedro Rodrigues Portugal, nomeado novamente como o novo diretor do Matadouro, que ele fizesse o juízo que merecia e vemos se acertaram na sua escolha, e que fosse feita as reformas que ele havia sugerido, quando fez um relatório da sua visita ao Matadouro, e publicado no *Jornal do Comércio*, no dia 19 de março de 1890, quando foi exonerado do cargo de diretor. Pedro apontou em seu relatório que

[...] o Matadouro Público sempre foi considerado um foco de patifarias e desordem. Que tal estabelecimento era um encosto de capoeiras e desordeiros conhecidos, capitaneados pelo Diretor. Que se vendia clandestinamente sebo, chifre e couros salgados, e que havia uma gorjeta especial, por parte do fornecedor de sal, para mais de uma pessoa. Que havia indivíduos de nomes supostos que figuravam nas folhas de pessoal como magarefes, empregados do jardim e outros serviços do estabelecimento, e que os próprios criados particulares do diretor eram pagos por essas folhas. Que encontrou o Matadouro no estado mais deplorável que é possível imaginar, a começar pela casa da administração, casas de matança, terrenos e casa dos operários, era completo o desleixo, pois em todos os edifícios chovia como se fora em plena rua.<sup>167</sup>

Continuou o seu relatório afirmando que os currais tinham uma crosta de meio metro de altura, e o pequeno triângulo que dá entrada ao gado para a matança estava

<sup>166</sup> Atividades no Matadouro. 1890? Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

<sup>167</sup> *Gazeta de Notícias*. 27/12/1890. Acesso em 15/08/2016.

crivado de profundos buracos, que se tornavam um perigo para os trabalhadores, e tinham arrombamentos nas muralhas. As casas de depósito de sal, porcos, carneiros, salgadeiras de couro e oficinas, todas arrombadas e sem fechaduras. O que seria necessário novas obras para consertar o que nunca estiveram corretos.

Informou que haviam imundices por toda a parte, desde a entrada dos portões até a grade que limitava o estabelecimento. E que os funcionários, estragados pela indisciplina e acostumados ao desrespeito ao chefe, constituíam um perigo permanente para todo aquele que se aventurasse a administrar e dominar semelhante gente. No Matadouro foram admitidos indivíduos, na qualidade de adidos, os quais serviam unicamente para fins eleitorais. Era muito comum encontrar a casa de matança e suas dependências, repleta de pessoas estranhas ao Matadouro, que vinham buscar alimentação para si, para a família e amigos, e era isso prejudicial aos interessados (pois a carne era roubada). Essas pessoas atrapalhavam ao próprio serviço do Matadouro, visto que, enquanto esperavam, reuniam-se em grupos com alguns empregados para tratarem da polícia local. O diretor antecessor a ele, só assistia ao trabalho da matança como visitante, daí, o estado de indisciplina com que se encontrava parte do pessoal, do qual um foi preciso expulsar e demitir.

Baseados assim, nesse relatório feito quando ex-diretor do Matadouro, *O Magarefe* queria que Pedro Rodrigues Portugal, retornando ao cargo, resolvesse os problemas por ele pontuados. Relatórios, denúncias, requerimentos, conluios, nepotismo, e todos os tipos de falcaturas foram evidenciados no período analisado. Um fato curioso, e que merece uma maior análise posterior, foi que antes da inauguração do novo Matadouro, o Governo Imperial havia dado autorização para alguns dos maiores marchantes, a se pesquisar, terem os seus Matadouros pessoais, sem a obrigação de abaterem seus gados no novo Matadouro Público. Restando para o Matadouro de Santa Cruz apenas os médios e pequenos marchantes. O que contribuiu para essa gama de conluios e favorecimentos entre vereadores, marchantes, comissários e boiadeiros foi ausência de um regulamento. Somente em 1893 que o Matadouro passou a funcionar com um regulamento aprovado pelo governo. Em nossa pesquisa, só encontramos livros de prestação de contas do movimento do Matadouro, a partir de 1901. A parte administrativa, durante o período por nós pesquisa, foi deveras irregular, permitindo o abuso de poder pelos diretores e a comissão do Matadouro.

### CAPÍTULO 3

#### **As transformações socioeconômicas na Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção e funcionamento do Matadouro.**

As expectativas da Câmara Municipal a essa transferência, como uma forma de retirar dos marchantes o poder sobre o comércio das carnes verdes, principalmente pelo fato de que a cidade do Rio de Janeiro passava por um grande período de carestia e ágio<sup>168</sup>, foram frustradas, pois os marchantes, apesar de toda resistência ao novo Matadouro, também acompanharam a transferência, e se instalaram em Santa Cruz. O novo Matadouro se transformou em uma nova praça para todo o comércio de gado a ser consumido no Município Neutro. O governo imperial vinha articulando maneiras de retirar o monopólio do comércio das carnes verdes das mãos dos marchantes, e assim poder oferecer o produto em larga escala e preço mais baixos. Em uma só praça era possível reunir todas as etapas do comércio das carnes verdes com um vasto campo para descanso e engorda do gado, a Praça do Gado para compra e venda das rés, o Matadouro e os boxes para a comercialização da carne. O que não favorecia era o longo caminho para o centro do Rio de Janeiro, que além das estradas serem precárias, ainda tinha que contar com a Natureza para fornecer dias frescos, pois o calor acelerava o processo de putrefação das carnes.

As terras do que restaram da Fazenda de Santa Cruz ocupadas por aforamentos e sob a Instituição Enfiteuta da Família Imperial passaria a abrigar, além do prédio do novo Matadouro, novas moradias para os funcionários de diversos ofícios para a construção, os funcionários de diversos ofícios para o seu funcionamento, os diretores, veterinários, médicos sanitaristas, casas de comércio, indústrias de beneficiamento, fábricas de embutidos, fábrica de sabão, fábrica de fios cirúrgicos, curtume, fábrica de cola, sapateiros, bodegas para abastecer os novos moradores, hotéis, pousadas, solares, restaurantes, pensões, casas noturnas e a extensão da malha ferroviária até a Fazenda e as dependências do Matadouro. Tudo o que envolvia o comércio das carnes verdes foram deslocados para a Fazenda. Com o começo das atividades do Matadouro, Santa Cruz vai vivenciar o esplendor econômico denominado a "era do boi", confirmando o que o superintendente da Imperial Fazenda de Santa Cruz, José de Saldanha da Gama, previu, no Ofício enviado ao Conselheiro Mordomo da Casa Imperial, de que Santa

---

<sup>168</sup> LINHARES, Maria Yedda. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Ministério da Agricultura, Brasília, s/d.

Cruz experimentou uma transformação tão sensível, que cedo se tornou o centro de maior movimento comercial, fora da cidade<sup>169</sup>.

Marchantes, comissários, boiadeiros, Casa de Balança, Rancho dos Mineiros, Praça do Gado, curtumes, inaugurava um novo ciclo do gado, depois dos jesuítas, na Fazenda de Santa Cruz. Hotéis, pensões, restaurantes, cassinos, vieram com o novo Matadouro, que durante mais de meio século gravitou em torno do estabelecimento. Apresentava, no apogeu da carne verde, um movimento diário, calculado em mais de duas mil pessoas. O grande Largo do Bodegão, praça criada próxima ao Matadouro, com várias bodegas (casas de comércio diversos), onde tudo ali era encontrado, produtos agrícolas e manufaturados, mantimentos e refeições, tabuleiros de doces feitos em casa, sapateiros, alfaiates, e vários prestadores de serviços. Essa multidão reunida no Bodegão, desaparecia como por encanto várias vezes ao dia, quando um boi se desgarrava da manada, e aparecia na praça superlotada. Passado o susto, o Bodegão voltava a ficar lotado. A sirene do Matadouro controlava o início e o término do dia, não somente para os funcionários, mas para os comerciantes e os moradores a seu entorno.

O Matadouro trouxe um importante desenvolvimento para o comércio local em Santa Cruz. Casas de negócios e moradias foram construídas, aumentando o consumo. A transferência do Matadouro para Santa Cruz e o deslocamento da produção das carnes verdes, propiciou à revitalização da decadente Fazenda, além de ser considerada uma importante ação política com intenção de melhorar o abastecimento de carne verde no Rio de Janeiro. Todas as ações dos monopólios sobre o abastecimento da carne verde na Cidade do Rio de Janeiro se instaurou em Santa Cruz logo que o Matadouro passou a funcionar. Com a tentativa de neutralizar estas ações, a Câmara Municipal criou as oficinas municipais para o preparo dos miúdos das reses abatidas a serem vendidas por um razoável valor. Sendo que a manutenção da livre concorrência levou o governo a permitir que particulares também tivessem direito a criação destas oficinas. Mas os açougueiros, que revendiam os produtos para a população, quando não eram coniventes com os marchantes, sofriam boicotes, o que acabou não amenizando as ações dos monopólios.

---

<sup>169</sup> Livro de Registro de Correspondência da Superintendência da Imperial Fazenda de Santa Cruz - julho de 1862 a Dezembro de 1870. FREITAS: 1950, p. 99.





170

### 3.1 - O deslocamento populacional e o desenvolvimento urbano e econômico.

Ao contrário dos outros bairros cariocas que se desenvolveram as margens da linha férrea após a sua instalação, em Santa Cruz ocorreu ao contrário, foi a linha férrea quem veio até o bairro, para atender as necessidade do novo Matadouro. Os primeiros habitantes da área urbana de Santa Cruz foram os criados do Palácio (a sede da Fazenda e antigo convento dos Jesuítas) agraciados com pequenos lotes de 10 braçadas. Todas as construções deveriam obedecer ao relatório do arquiteto Couto Reis, emitido no governo de D. João VI, que vigorou até o início do século XX, que se referia que todas as edificações a serem construídas:

Todas as casas deverão construir-se debaixo de uma mesma ordem e simalha; portadas, vergas, ombreiras janelas e soleiras de um mesmo modo; e nada de eirados que tirem a vista do Paço. Nos dois lados da

---

170 Foto aérea de Reinaldo Azevedo. 2008. Foto aérea do Quarteirão do Matadouro: 1- Sede Administrativa; 2- Matadouro (local para abate); 3- Vila Operária (1 e 2); 4- Estação Ferroviária do Matadouro; 5- Cortume; 6- Hazafer do Brazil (fábrica de fios cirúrgicos); 7- Vala do Sangue; 8- Morro da Boa Vista; 9- Curral para descanso e engorda; 10- Curral para o abate. Acervo de Reinaldo Azevedo.

praça que lhe ficam em frente (cujo centro carece rebaixar e aplinar) parece acertado edificar as casas com mais elegância e regularidade, não só por formosear a principal entrada e passagem do Soberano, mais frequentemente; como para mais decente moradia dos fidalgos que têm a grande honra e fortuna de o servirem; e de outras personagens de fora, a quem S.M. se digne distinguir.<sup>171</sup>

Este parecer, de acordo com o arquiteto, servia para que as casas fossem arejadas e iluminadas. Freitas informa que até "1890 ainda se concedia licença para construir, declarando-se no despacho a obrigação do requerente cumprir as exigências do arquiteto".<sup>172</sup> O processo de ocupação urbana sofreu um grande salto após a construção do Matadouro. Em 1838, haviam 237 prédios em Santa Cruz, enquanto em 1888, sete anos após a inauguração do Matadouro, já eram 1.332. Além das casas de comércio, vários chalés e solares tinham sido construídos.

O curato de Santa Cruz já mostrava, entre 1885 e 1892, claros indicadores de urbanização, pois os logradouros públicos estavam devidamente delimitados, já havia uma Rua do Comércio (atual Rua Senador Camará) e serviços de abastecimento de água, além de transporte ferroviário e de bondes.<sup>173</sup>

Em 1850 as casas de comércio que existiam em Santa Cruz eram em sua maioria de secos e molhados, mas haviam também, boticários, padaria, hospedaria, ranchos para tropeiros e tabernas. Encontramos em Freitas<sup>174</sup>, a relação das casas de comércio e seus respectivos dono, assim distribuídos: Casas de secos e molhados haviam 6 e pertenciam a Francisco Teixeira Pinto, Francisco Martins, Gaspar José Maia & Cia., José Antônio da Silveira & Cia., José Gonçalves Gomes Viana e José Antônio da Silva Guimarães, se analisarmos pelos nomes, seriam todos portugueses; Boticários haviam 2 e pertenciam a João Pedro da Silva e José Feliciano Godinho; Padaria havia apenas 1 e, que também era hospedaria, pertencia a Antônio Fontaigny; Ranchos para tropeiros haviam 3, mas Freitas não nos informa seu proprietários. Tais casas de comércio funcionavam perfeitamente para atender a população do curato de Santa Cruz. Caso algum morador precisasse de uma maior quantidade de determinado produto, tinha que encomendar com antecedência, para que os comerciantes providenciassem o fornecimento.

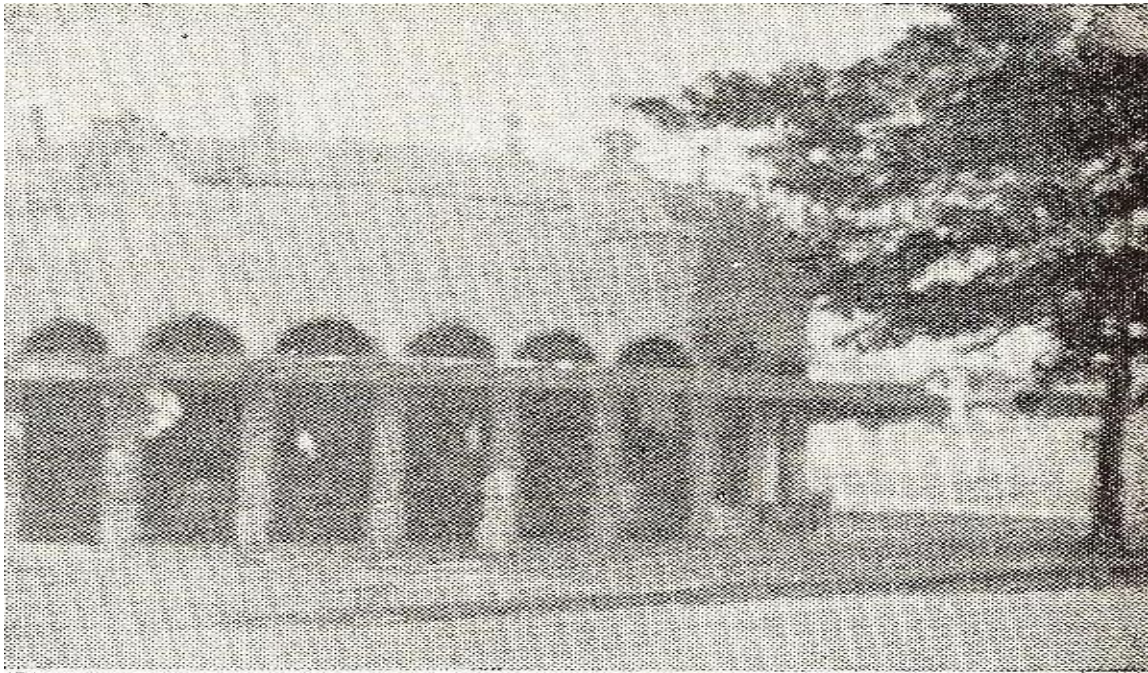
---

<sup>171</sup> Arquivo Nacional, Publicações, volume 3, 1ª série, p. 187. Citado em FREITAS, *Op. Cit.*, 1987, p. 488.

<sup>172</sup> FREITAS, *Op. Cit.*, 1987, p. 489.

<sup>173</sup> FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Garamond, 1999. p. 208.

<sup>174</sup> FREITAS, *Op. Cit.*, 1987, p. 499.



175



176

---

<sup>175</sup> Foto do Bodegão, que deu origem ao nome do Largo do Bodegão. 1882. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

<sup>176</sup> O Bodegão ainda resiste. 2015. Acesso em: 26/06/2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.



177

Com o início das obras do novo Matadouro, tais casas de comércio também passaram a servir refeições. O curato que antes servia apenas de passagem e descanso para as tropas de boiadeiros com suas boiadas, com o funcionamento do Matadouro, passou a abrigar todos os que tinham negócios com o Matadouro. Um aumento vertiginoso de freguesia, fazendo com que mais casas de comércio se estabelecessem no curato, principalmente, no Largo do Bodegão, com suas bodegas que de tudo vendiam. O que motivou Ferreira Nobre, que alegando que seria para garantir o abastecimento para as famílias dos operários, cedeu 3 casas das vilas do Matadouro para o comércio.

Tais vilas foram uma medida para assegurar mão de obra para o funcionamento do Matadouro, e foram construídas nas extremidades da sede administrativa dentro da área do Matadouro, formando duas avenidas de casas, que passou a ser chamado pelos moradores de "correr de casas"<sup>178</sup>, totalizando 38 casas, formando 4 quarteirões, 2 quarteirões ainda existem atualmente. Do total dessas casas, 30 foram divididas em duas, para abrigarem mais famílias de funcionários, 8 não foram ocupadas. Ficaram reservadas, 1 para os feitores, 2 foram requisitadas pela Administração do Matadouro,

---

<sup>177</sup> Casa de comércio no Largo do Bodegão. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

<sup>178</sup> FREITAS, *Op. Cit.*, 1950. p. 74.

sendo 1 destinada para a escola de alfabetização dos filhos dos operários, 3 para casas de negócios, 1 para o Agente do gado e 1 para os dobradores do couro. Essas casas receberam o nome de Avenida Matadouro, tidas como uma assistência, um auxílio moradia, para o trabalhador. Freitas relacionou 214 pessoas, que considerou "de absoluto interesse genealógico"<sup>179</sup>, e nos informa o número da casa, o nome e ocupação do funcionário, e quantas pessoas moravam em cada. Havia entre elas 164 brasileiros, 38 portugueses, 2 espanhóis, 7 paraguaios e 3 africanos. Dentre esse total haviam 53 crianças.



180

---

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>180</sup> A vila Operária. Casas para os operários do Matadouro. 1936. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.



181



182

---

<sup>181</sup> A Vila Operária. Foram construídas duas vilas para abrigarem os funcionários e suas respectivas famílias, que vieram trabalhar no Matadouro. Foto Reinaldo Azevedo. 2005.

<sup>182</sup> Escola para os filhos dos operários do Matadouro. Augusto Malta. 1920. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

Afim de evitar a falta de abastecimento, essa foi a desculpa usada por Ferreira Nobre, foram convidados vários negociantes para se estabelecerem próximos ao Matadouro. Assim, os primeiros armazéns a se instalarem foram dos negociantes Souza & Cia., Antonio Leocádio Cordeiro, Antonio Ferreira de Brito e Adriano Pereira Cantão, que obtiveram um grande lucro, e resolveram transformarem seus estabelecimentos em hotéis, que devido a grande movimentação do comércio das carnes verdes, viviam superlotados.



183

---

<sup>183</sup> Solar da família Lemos. 2015. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.



184

A população absoluta, dividida em homens e mulheres, do curato de Santa Cruz, comparando os censos demográficos dos anos de 1872, antes do início das obras do novo Matadouro, e 1890, com o Matadouro já em funcionamento, praticamente quintuplicou como podemos observar no quadro abaixo:

Censo	1864	1890
Homens	1.168	5.622
Mulheres	1.512	5.307
Total	2.680	10.929

185

Um deslocamento populacional bastante significativo, e no sentido inverso, pois o comum, é vermos um deslocamento em direção aos centros urbanos. E, o que ocorreu no curato de Santa Cruz, foi um deslocamento para a zona rural. Mais uma vez, como decorreu com a expansão da malha ferroviária até o curato, presenciamos com o deslocamento populacional, a importância do Matadouro para a economia interna.

### **3.1.1 – A Vala do Sangue, o saneamento da região e o abastecimento da água.**

<sup>184</sup> Solar da família Araújo. Tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal em 1996. 2015. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

<sup>185</sup> <http://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=225477>; <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/> e <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?acervo=todos&campo=todos&notqry=&opeqry=&texto=recenseamento%201890&digital=false&fraseexata=> Acesso em 10/04/2017.



Para escoar o esgoto e detritos do Matadouro foi construído um canal, que era totalmente fechado até 200 metros após o Matadouro, após, seguia a céu aberto rumo ao Rio Itá que desaguava na Baía de Sepetiba. Tal canal ficou conhecido como Vala do Sangue devido nos horários de abate, também chamado pelos operários e moradores de matança, escorria o sangue e resíduos gordurosos, o sebo, por seu caminho. Tal fato, foi presenciado por várias gerações, até o início dos anos de 1980, quando o Matadouro, já em um prédio mais moderno, construído nos anos de 1930, foi totalmente desativado, e seu prédio transformado em uma escola técnica, no final dos anos de 1990. A rua aberta paralelamente a tal vala recebeu o nome de Caminho da Vala do Sangue, tendo o seu nome alterado na década de 2000, para Rua Benedicto Freitas, escritor e morador de Santa Cruz, após o seu falecimento.



186

---

<sup>186</sup> A Vala do Sangue. 1940. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

Os variados erros cometidos, citados na rescisão do contrato, começou com a escolha do local, pelo empreiteiro, a se constituir o novo Matadouro, sobre a denominada Vala do Itá, que na realidade era um rio, com no mínimo 8 metros de largura, e que nos meses das enchentes transbordava pelos campos adjacentes, elevando o nível das águas a cerca de 2 metros acima. E como não bastasse, o Sr. Coimbra ainda projetou construir o Matadouro neste local, transformando a referida Vala, em uma galeria coberta, semelhante a do L'Ourca do Matadouro de La Villette, em Paris.<sup>187</sup> Mas para tal, não seria possível levar a efeito a construção completa do novo Matadouro, apenas com a soma de 2.000:000\$000 pedida pelo Sr. Coimbra em sua proposta. Além dessas muralhas de revestimento da Vala, teria que aterrar, com altura média de 2<sup>1/2</sup> metros uma área de 2.323,20 metros quadrados, o que daria uma cubação de 5.808,00 metros cúbicos de terra. Somando esses dois procedimentos, daria a quantia de 1.500:000\$000. Isso, sem contar com as grandes fundações necessárias, para se erguer os 24 edifícios que constavam no plano, e para o baldrame do gradil exterior da área ao redor do Matadouro, e ainda duas ou três pontes que teriam de ser lançadas sobre a referida Vala.

De modo, que apenas na preparação da área e nos alicerces para as edificações seriam consumidos quase totalmente os 2.000:000\$000 por que se propôs o Sr. Coimbra ao contratar a construção completa do estabelecimento. Sendo assim, podemos concluir, que nem o empreiteiro e nem o Engenheiro Passos, tinham noção da dimensão da obra para o novo Matadouro. Por ser o Campo de São José uma área de mangue, entre a Baía de Sepetiba e os morros da Boa Vista e da Pindaré, com a Vala do Itá ao meio, se fez necessário a construção de contenções do terreno, antes do aterramento e nivelamento, para o início das obras. Foram construídos 2 paredões de pedras, com 10 metros de distância, uma da outra.

Em 16 de março foi publicado no jornal Gazeta de Notícias o indeferimento do pedido de diminuição de 50 metros dos 200 metros de esgoto coberto em direção ao canal, a Vala do Sangue, a ser construído para o escoamento de detritos do Matadouro para o Rio Itá. Em 18 de setembro de 1876, os empreiteiros abandonaram o projeto de canalizar todo o esgoto até o rio Itá, e enviaram ofício ao Engenheiro fiscal, pedindo permissão para abrirem uma vala, com 4 metros de largura, que seguisse até o Porto das

---

<sup>187</sup> A Rescisão do Contrato.

Lavadeiras na Vala do Itá, com tal profundidade, que correspondesse a do Itá, de modo que a água das marés subissem por ela até ao seu termo, e encaminhar a galeria do esgoto de modo que tal vala se tornasse o desaguadouro do Matadouro. A Vala do Sangue, como seria mais tarde denominada, após a inauguração do novo Matadouro. O pedido foi autorizado, com a ressalva de que se deveria levar a galeria coberta a até 200 metros distante do gradil do Matadouro, de onde poderia começar a vala. Menos uma obra, menos material e mais economia para os empreiteiros. E mesmo com esse benefício concedido, os empreiteiros ainda solicitaram a diminuição de cerca de 20 a 30 metros, dos 200 metros exigidos pelo governo, mas foi indeferido. Mas os empreiteiros continuaram a pedir essa diminuição.

O Engenheiro fiscal emitiu o seu parecer contrário a essa diminuição, pois poderia acarretar o não escoamento necessário dos detritos do Matadouro, e provocar alagamentos próximos as moradias dos empregados do Matadouro com suas famílias.

Declarou-se ao engenheiro fiscal da obras do novo Matadouro que foi indeferida a pretensão do empresário das obras de se reduzir 50 metros, quando muito, a extensão de 200 metros que o referido engenheiro marcara para a galeria coberta que tem de ser construída desde o edifício do Matadouro até a vala que deve ser aberta em continuação da do Itá, para servir de esgoto às águas pluviais, conforme foi permitido por aviso em 1º de novembro de 1876.<sup>188</sup>

E mesmo assim, o governo permitiu a diminuição. Nesta diminuição Coimbra conseguiu economizar cerca de 80:000\$000. Infelizmente para o Tesouro Nacional. A abertura de vala, sem os paredões de contenção, como previsto no projeto original, foi um grande erro, pois a Vala do Itá, que como já vimos, era um rio, e já no período final de encontro com a Baía de Sepetiba, fazia com que, nas fases de maré cheia, as águas retornassem por tal vala, e não somente alagassem as áreas das casas dos funcionários e dos moradores que se instalaram ao longo dela, como alagavam o próprio Matadouro. Esse fenômeno atormentou os moradores por mais de um século, sendo solucionado em 2003, com as obras de saneamento, que constataram estar o início da vala, a parte canalizada, a 2<sup>1/2</sup> metros abaixo do nível do rio, o que propiciava um maior retorno das águas.<sup>189</sup> O que confirma o não estudo e planejamento de tão grande obra apontado no contrato de rescisão.

---

<sup>188</sup> Gazeta de Notícias. 16/03/1877. Acesso em 26/06/2016.

<sup>189</sup> Parecer da RioÁguas durante as obras de saneamento da região. 20/07/2003.

Percebemos, nas fotos a seguir, a complexa engenharia da época ao construir o formato de uma manilha com pequenos tijolos maciços, unidos com areia e óleo de baleia, totalmente intacto e com sua funções de escoamento. Apesar da área ser um Patrimônio Histórico Municipal e fazer parte do patrimônio do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro<sup>190</sup>, nenhuma medida foi tomada para a conservação, sendo totalmente destruído durante as obras de saneamento da região.



191

---

<sup>190</sup> O trabalho do NOPH (Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz), inaugurado em 1985, foi reconhecido durante a ECO92, como um ecomuseu. O Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, o primeiro ecomuseu do Brasil, foi criado e sancionado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, fazendo parte da Secretaria Municipal de Cultura, com 4 cargos comissionados: 1 Diretor, 1 Chefe e 2 Assistentes. Sua sede oficial fica no Centro Cultural Drº Antônio Nicolau Jorge, no palacete administrativo do Matadouro.

<sup>191</sup> Parte canalizada da Vala do Sangue, demolida durante obras de saneamento da região. Acervo Edite Moraes. 2003.



192

Ao longo da Vala do Sangue se estabeleceram várias famílias que sobreviviam de catar os resíduos gordurosos, o sebo, na grande vala de esgotos, para vendê-los as fábricas de sabão. Houve época, em que os ajuntadores de resíduos gordurosos na grande vala de esgotos, conseguiram resultados bastantes compensadores<sup>193</sup>. Alguns conseguiram juntar pequenas fortunas, e se mudarem do local. Mas tal ofício de catador de sebo era julgado deprimente e humilhante, além de insalubre, pois o catador tinha que ficar dentro da vala, com peneira ou saco de ráfia para filtrar o sebo das águas cheia de sangue e demais detritos. Ser chamado de apanhador de sebo na Vala do Sangue, era considerado muito pejorativo, e gerou vários conflitos, sendo alguns finalizados com a morte de quem as proferiu.

---

<sup>192</sup> Parte canalizada da Vala do Sangue, demolida durante obras de saneamento da região. Acervo Edite Moraes. 2003.

<sup>193</sup> FREITAS: 1950. p. 130.



194

Mas, antes do início das obras do Matadouro, tal canal por onde escoariam os detritos da matança, tinha o nome de Vala do Bonito, e ao longo do seu trajeto foram plantados genipapeiros dos dois lados, formando um belo caminho. O final do canal junto ao Rio Itá, era conhecido como Porto da Lavadeiras, porque durante as obras do Matadouro, não havendo água para a lavagem das roupas, as donas de casas e as escravas que viviam de lavar roupas como profissão, ali mantinham suas tábuas de lavar. O que após o início do funcionamento do novo Matadouro, esta atividade ficou inviável, pois o escoamento dos detritos da matança, passaram a deixar a Vala e o rio, impróprios para lavar roupas. O Rio Itá era navegável no início das obras do novo Matadouro, e por ele entravam as embarcações com materiais e passageiros até o cais Floriano Peixoto, na rua Campeiro Mór, próximo ao Campo da Leiteira, onde atualmente se encontram o Hospital Municipal Pedro II e a Praça do Gado. O rio também era usado, por muitos, para banhos, como apresentado no jornal Gazeta de Notícias que, infelizmente, operário das obras do Matadouro, o português Domingos de Novaes, morreu afogado no Rio Itá, informado na edição do dia 06 de março de 1876.

---

<sup>194</sup> Os catadores de sebo na Vala do Sangue. Augusto Malta. 1936. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.



195

As maiores obras de saneamento, na região do curato de Santa Cruz, ocorreram durante a administração dos Jesuítas, que abriram canais e valas, com a finalidade de acabar com os alagamentos, que a cheia do Rio Guandu provocava. De acordo com a ocupação e a formação de um núcleo urbano, foram abertas valas para escoarem até as abertas pelos Jesuítas, provocando um colapso, pois como já analisamos, tais valas são canais, e sofrem interferência das marés, pois vão desaguar na Baía de Sepetiba. Mesmo com o grande deslocamento populacional, iniciado com a construção do Matadouro, somente em 2016 começaram a construir estações para o tratamento de esgoto, o que está começando a sanar a questão do alagamento.

A construção do novo Matadouro trouxe para os moradores e comerciantes do Curato de Santa Cruz a expectativa de água potável mais próxima de suas residências e comércio. O contrato estabelecia que a quantidade de água potável encanada para o Matadouro não poderia ser inferior a 600.000 litros diários, como disposto na cláusula XIII. Em ofício dirigido ao governo em 23 de maio de 1874, isto é, antes de se lavrar o contrato, engenheiro Passos, consultor técnico do Ministro do Império, informou que seria mais difícil canalizar água para o Campo de São José, onde Coimbra elegeu para

---

<sup>195</sup> Rio Itá. Antes navegável, e atualmente assoreado. Acervo Edite Moraes. 2003.

se construir o Matadouro, do que para o Curtume, que estava à beira do Rio Guandu, e era uma das áreas que o empreiteiro poderia escolher para a construção. Mesmo com esse parecer, o empreiteiro insistiu pelo Campo de São José, sabendo que não teria como alimentar o Matadouro com água extraída do próprio lugar das obras. O Campo de São José ficava a mais de uma légua de distância do Guandu. Os empreiteiros também pensaram, que talvez teriam águas necessárias para o abastecimento do Matadouro, vindas da serra de Itaguahy, mais distante do que o Guandu. Em 22 de junho de 1876, submeteram os empreiteiros à aprovação do governo, estudos que forneceriam a água necessária para o Matadouro, extraindo da Vala do Itá, ou de poços abertos no próprio lugar das obras. E que era por isso, que estava na planta a construção de um edifício destinado à caldeiras e depósito de águas. E, por não ter conseguido colocar isso em prática, solicitaram autorização para a construção imediata do encanamento, bombas e reservatórios, para retirar água do Guandu, como obras adicionais.

O engenheiro fiscal informou que de modo algum os trabalhos, obras e materiais necessários para o abastecimento, poderiam ser consideradas como adicionais, inesperadas e não previstos. O contrato era muito expresso quando determinava como obrigação dos empreiteiros a encanarem a água necessária para o Matadouro, com a quantidade, pureza e carga. E a construção de uma casa destinada para caldeiras e depósitos de água seria mantida como indispensável. Neste mesmo ano, ocorreu a substituição do engenheiro Passos pelo Brigadeiro Azeredo Coutinho, e este, mesmo sabendo do parecer do seu antecessor, autorizou ao empreiteiro que retirasse a água do Guandu, com as orientações por ele dada. No dia 5 de março de 1876, o engenheiro fiscal representou parecer contra a extração de água do Guandu. E em 15 de março o Governo Imperial tomou conhecimento da representação que um grande número de moradores e donos de comércio do Curato de Santa Cruz pediam, também, a revogação dessa autorização, alegando eles, ser sabido por todos do Curato, que existiam ocasiões de grandes secas do rio Guandu, já ocorrendo de secar completamente. Que as águas do Guandu que chegavam a Santa Cruz, é a mesma que passa por Brejos, até passar em Santa Cruz, produzindo febres, mormente depois de enchentes, e sugeriram o aproveitamento das águas do rio da Prata do Cabuçu.

Tal manifestação dos moradores se fez necessário, pois o encanamento das águas para o novo Matadouro, e a construção de um reservatório, traria o benefício de



se oferecer água encanada, em bicas espalhadas nas proximidades do Matadouro, para a população do Curato de Santa Cruz. Em seu relatório, o conselheiro Costa Pinto, Ministro do Império, apresentou ao Parlamento, que atenderia o parecer do engenheiro fiscal e do grande número de moradores do Curato de Santa Cruz, e enviou a comissão para examinar as águas do Guandu. A comissão emitiu o parecer de que as águas não estavam nas condições fixadas no contrato e que a mesma não teria como atender os 600.000 litros diários de água para o Matadouro. A comissão enviou para análise, no laboratório químico da Escola Polytechnica, amostra das águas do rio Guando e do rio da Prata do Cabuçu. As análises foram feitas pelo professor Ernesto Guignet, que emitiu os pareceres. A do rio da Prata do Cabuçu é uma água perfeitamente límpida, oferecendo os caracteres das águas mais puras da província do Rio de Janeiro. A do rio Guandu, declarou ser uma água turva, contendo materiais orgânicas, que a tornam impróprias para beber, mesmo depois de filtrada. Mesmo com estes estudos, o tal termo de 3 de setembro de 1877, resolveu que a água necessária para o abastecimento do Matadouro, seria oriunda do rio Guandu. Mais uma vitória para os empreiteiros, que não teriam que despender materiais para coletar a água do rio da Prata do Cabuçu, e assim economizou mais de 150 contos de réis, que teriam que serem devolvidos ao Tesouro Nacional.

Mas o povo não ficou calado, e começaram as denúncias em relação ao abastecimento d'água, como a publicada em 25 de Janeiro de 1878, pedindo maior fiscalização do governo, que exige todo o escrúpulo nas concessões feitas aos empresários, quanto à escolha da água que deve servir para o abastecimento do Matadouro e bem assim do núcleo populoso que de certo seriam ali estabelecidos. Diversas cláusulas do respectivo contrato com a empreiteira foram substituídas por outras que muito prejudicou a importância da obra, e neste caso, se achava a questão da água, que chamou a atenção do Ministro. Tais denúncias fizeram com que o próprio Imperador D. Pedro II viesse visitar as obras do novo Matadouro, a pedido do superintendente da Imperial Fazenda de Santa Cruz, o marechal Galdino Pimentel, e um grande número de moradores das proximidades da Fazenda e do novo Matadouro, sobre a questão da água. O imperador visitou o lugar denominado Cortume, acompanhado pelos conselheiros Sinumbú, bom Retiro e Miranda Rego, pelo engenheiro fiscal das obras Aarão Reis e Augusto Coimbra, empresário da construção, e avaliou a qualidade das águas, mas não deu o seu parecer.

Somente em 05 de junho de 1879 que foi publicado no Diário Oficial, o governo reconhecendo que as águas do Guandu não se prestavam a todos os serviços para que eram necessárias nas funções do Matadouro, confiscando todo o material que o empreiteiro já havia adquirido, caso ainda estejam em boas condições, intimando o empreiteiro a entregar todo esse material. Mas a solução demorou a ser definida. Os vereadores Hermogeneo e Chaves Farias, visitaram as obras do novo Matadouro no dia 24 de setembro de 1881, e declararam que devia haver a mais enérgica atitude para que se concluísse o encanamento das águas para o abastecimento do Matadouro, o que impedia a transferência. Enquanto não se decidia o local de onde seria feito o encanamento das águas para o novo Matadouro, foi construído um poço dentro da área do Matadouro, que teve a sua primeira experiência no dia 02 de outubro de 1881, acompanhada pelo Ministro da Agricultura e o presidente da Província do Rio de Janeiro, onde assistiram a extração da água feita por máquina, e julgaram serem insuficiente a água extraída para a manutenção do Matadouro e para os fins que elas seriam destinadas.

O problema foi definitivamente resolvido quando o Ministro da Agricultura liberou, em 04 de março de 1882, a verba para a canalização da água do Rio da Prata do Mendanha para o novo Matadouro. Por tal atitude, foi repreendido pelo Ministro do Império, que pediu explicação pela liberação da verba sem pedir a devida autorização. Mas o mesmo havia transferido para o Ministro da Agricultura a responsabilidade da canalização das águas, e todas as reclamações e reivindicações, recaíam sobre o Ministro da Agricultura, sem contar que o Matadouro já havia sido inaugurado e já estava funcionando os abates, o que tornava urgente, a canalização das águas. Sendo a água do Mendanha, que passou a abastecer o Matadouro e o Curato de Santa Cruz, potável, boa e límpida.



196

Com o início das atividades no Matadouro, o cemitério de Santa Cruz teve que ser transferido, devido a construção da Praça do Gado, onde ocorria a feira do gado. O antigo cemitério ficava, onde atualmente é o Hospital Municipal Pedro II, próximo ao cais Floriano Peixoto, por onde desembarcavam passageiros e cargas, trazidos pelo iate da Família Imperial. O local também sofria com os alagamentos, e sua transferência para uma localidade alta, se fazia necessário para evitar miasmas e odores.

---

<sup>196</sup> Foto aérea do reservatório de água no Morro da Pindaré. S/d. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.



197

### 3.1.2 - As estações ferroviárias de Santa Cruz e do Matadouro, o bonde, o vapor e a eletricidade.

A linha férrea da cidade passou a integrar o transporte da carne verde no ano de 1858, pois os cortes feitos no Matadouro em São Cristóvão eram transportados pela linha férrea até a Estação de São Diogo<sup>197</sup>. Antes da construção do Matadouro de Santa Cruz, era no Mercado de São Diogo, localizado ao lado da estação ferroviária de São Cristóvão, que funcionava o entreposto para que os açougueiros tivessem acesso à carne verde para a revenda ao consumidor final. A extensão da linha férrea até a Imperial Fazenda de Santa Cruz sempre esteve presente no projeto de transferência do Matadouro, não somente para transportar passageiros, mas com a finalidade de escoamento das reses abatidas no Matadouro para a estação de São Diogo. Também serviu para o transporte de materiais para a construção do estabelecimento. As obras

---

<sup>197</sup> O portão de entrada do novo cemitério. Ao fundo, a sede administrativa do Matadouro. 1895? Acessado em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

<sup>198</sup> SANTOS, Luciana da Silva. *Terceiro Distrito, carne verde e matadouro: um Triângulo bem articulado na primeira capital republicana (Rio de Janeiro, final do século XIX)*. Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.19, p.73-94, 2011.

para a extensão começaram ao mesmo tempo em que se começou a do novo Matadouro, sob a responsabilidade da mesma empreiteira. Mas, como ocorreu com as obras do Matadouro os recorrentes atrasos e pedidos de prorrogação de prazo, o mesmo aconteceu com a linha férrea. Assim, ao final de 1877 as obras ainda não estavam concluídas. O engenheiro fiscal, em 2 de novembro de 1877, emitiu um aviso ao empreiteiro para a conclusão da linha férrea entre Sapopemba, atual São Cristovão, e a Imperial Fazenda de Santa Cruz, dando um prazo de 6 meses. Do contrário seriam aplicadas as multas de acordo com o contrato. Vemos que a empreiteira ganhou a concorrência de todas as construções relativas ao Matadouro de Santa Cruz, não sendo novidade na atual conjuntura das empreiteiras contratadas pelo governo.

A extensão da linha férrea até Santa Cruz, já havia sido solicitada por vários pretendentes à sua concessão, entre eles Tomaz Cochrane, médico e empresário, que tinha por finalidade o transporte de gado. Que teve o seu parecer negado pela Superintendência Municipal que jamais abria mão dos campos da Fazenda, sua principal fonte de receitas. Seria um vantajoso negócio para aquele que conseguisse tal concessão, do contrário, o empresário não ofereceria tantas vantagens.

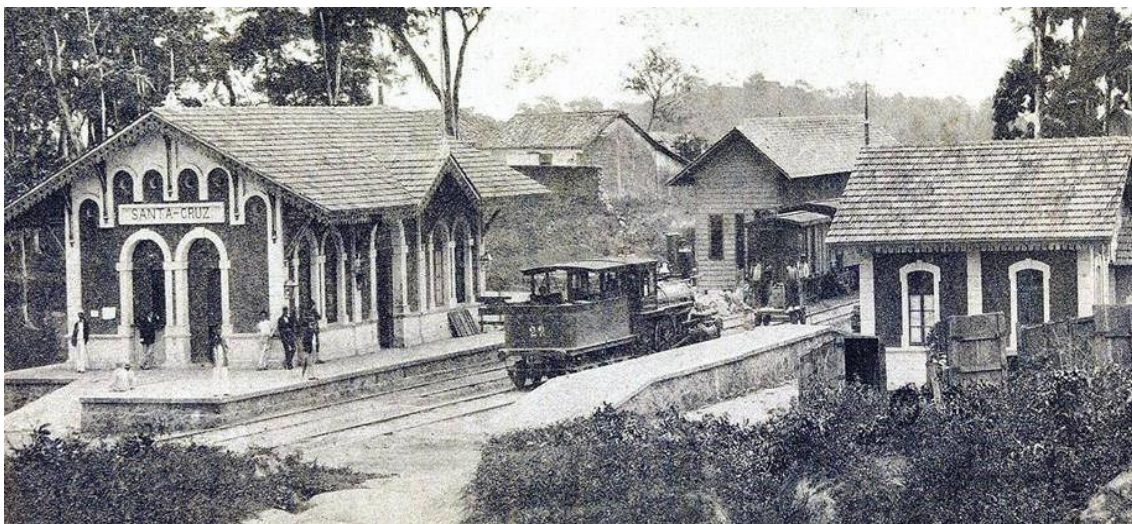
No seu parecer, Tomaz Cochrane pedia o arrendamento dos campos da Fazenda com todas as casas, utensílios e mais dependências, gado vacum e cavalos, ressarcindo-se tudo findo o contrato, obrigando-se, outrossim, à manutenção material do Imperial Palácio (sede da Fazenda), prédios da Superintendência e senzalas, tratamento e educação dos filhos dos libertos, manter capelão, médico e farmacêutico, criação de duas escolas, masculina e feminina, conservação das obras dos rios e outras sedutoras ofertas.<sup>199</sup>

A chegada da máquina do trem na Imperial Fazenda e curato de Santa Cruz, no dia 29 de julho de 1878, foi muito festejada pelos moradores e comerciantes. Tal data, também era aniversário da Princesa Isabel, que veio nessa primeira viagem. Os trabalhos do novo Matadouro retirou o estado de torpor em que o curato de Santa Cruz se achava. O comércio, a lavoura, as artes e ofícios já haviam em Santa Cruz, faltava porém o mais almejado e importante melhoramento, a via férrea. O engenheiro chefe do ramal de Santa Cruz, Benat, foi recebido pelo negociante Antonio José de Araujo, que o convidou para tomar um copo de água em seu hotel. "Estavam lançados os alicerces do futuro engrandecimento da Imperial Fazenda e Curato de Santa Cruz".<sup>200</sup>

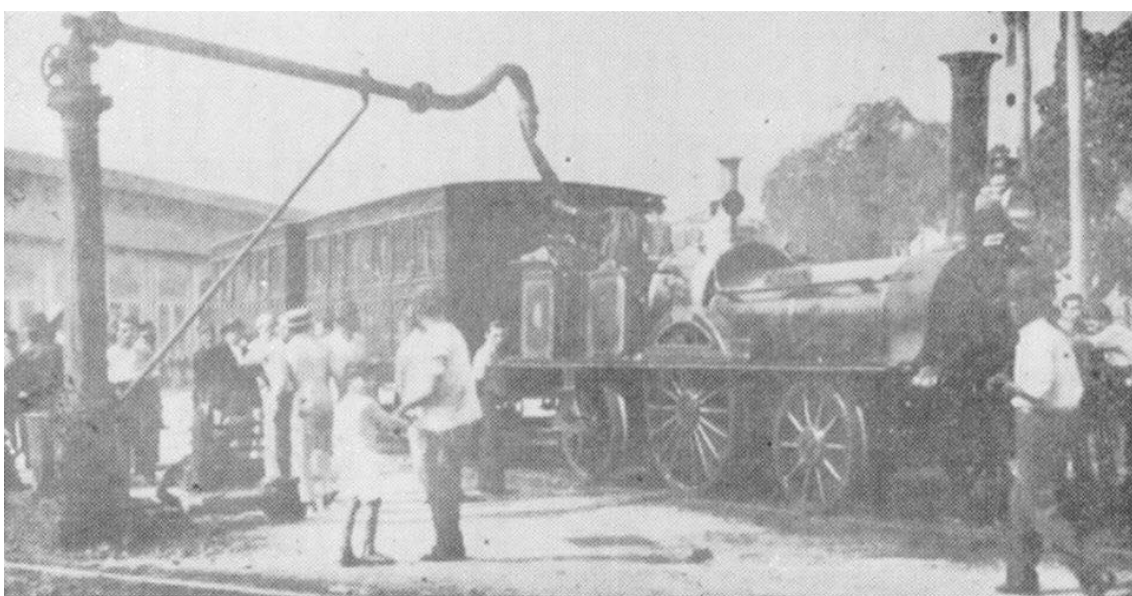
---

<sup>199</sup> FREITAS: 1987. S/ed. p. 592.

<sup>200</sup> Gazeta de Notícias. 03/08/1878. Acesso em 26/06/2016.



201



202

Após a inauguração oficial do novo Matadouro, o Ministério do Império enviou, no dia 20 de janeiro de 1882, para a Câmara Municipal tomar conhecimento que o Ministério da Agricultura iria tomar providências para ser construído um desvio no ponto de parada dos trens da Estrada de Ferro D. Pedro II, no novo Matadouro, e o

---

<sup>201</sup> Estação Ferroviária de Santa Cruz. 1881. A ampliação da linha férrea até Santa Cruz também beneficiava a família imperial, pois ficava a menos de 500 metros da sede da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Arquivo do NOPH - Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

<sup>202</sup> O primeiro trem em Santa Cruz. 1878? Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

Ministro da Justiça para que, sob as ordens de um oficial de confiança, permaneceria no novo Matadouro uma força de 10 praças, afim de impedir perturbação da ordem. No mesmo informe, avisou que foram dadas as preciosas ordens para que, pela diretoria da Estrada de Ferro D. Pedro II, de acordo com a Câmara, fossem construídos com toda urgência 12 carros para o transporte de gado morto, e 24 para miúdos, couros, etc., bem como executaria as obras de melhoramento na plataforma do Matadouro, com a construção de um telhado para o abrigo dos carros que transportavam a carne para a Corte, arrumando provisoriamente para tal fim, um toldo de lona. Em 1882, a estação de Santa Cruz já era utilizada para o transporte do gado abatido no Matadouro e o escoamento da carne verde para o centro da cidade. O ramal do Matadouro, assim como os prédios do novo Matadouro, estava sempre precisando de melhorias. Em 17 de março de 1883, ocorreu uma larga conferência na Câmara Municipal entre o Ministro da Agricultura, a comissão municipal do Matadouro, Ferreira Vianna e marchantes. O principal objetivo foi o melhoramento das condições de transporte da carne verde pela Estrada de Ferro D. Pedro II, da estação de Santa Cruz à de São Diogo, na mesma estrada.

Poucos anos mais tarde, em janeiro de 1884, foi construída a estação de trem do Matadouro. Esta estação pertencia a um ramal que servia exclusivamente a ela – o ramal Matadouro – e que partia da estação de Santa Cruz, pertencente ao ramal de Mangaratiba (atual ramal de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro). O ramal Matadouro era circular, pois a linha fazia uma curva em volta do prédio administrativo do Matadouro, ao lado da estação, sendo que a distância entre estas duas estações era somente de 1,7 km. Por esta razão, a princípio, limitou-se apenas ao transporte das carnes verdes e do gado de corte, que tinha como parada uma plataforma próxima a área de abate. Devido a grande demanda de comerciantes, de trabalhadores e moradores, foi construída a estação do Matadouro no largo entre as 2 vilas de casas destinadas aos funcionários, atrás da sede administrativa e antes da plataforma para o abate.



203



204

Domingos de Souza Ribeiro Leal e Antonio José de Almeida Figueiredo pediram, em 20 de agosto de 1877, permissão ao governo para estabelecerem uma linha de bondes entre o ramal do Matadouro, no curato de Santa Cruz, e a vila de Itaguahy.

---

<sup>203</sup> A antiga estação do Matadouro. Antigo Santa Cruz. <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>. Acesso em 26/06/2016.

<sup>204</sup> O abandono e descaso das autoridades, ao prédio da Antiga Estação do Matadouro, tombada pela Secretaria Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, e atualmente habitada por várias famílias de forasteiros. Antigo Santa Cruz. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.





205

O Matadouro passou a ser o centro de referência para todos os pedidos, revitalizando a Imperial Fazenda e a interligando com as demais freguesias e curatos da província do Rio de Janeiro. Em razão do porto, na praia de Sepetiba, ser utilizado pelos vapores, oriundos do Sul do Brasil, que transportavam gados e demais mercadorias para o Matadouro e para a Fazenda, foi aprovada uma linha de bondes entre Santa Cruz e Sepetiba, em 22 de julho de 1883, da empresa Ferro Carril e Navegação Santa Cruz. A empresa passou a prestar os serviços, não somente aos moradores, como aos passageiros, que dificilmente conseguiam percorrer o espaço compreendido entre a estação de Santa Cruz e Sepetiba, passando pelo novo Matadouro. Também iria oferecer, por meio de pequenos vapores, estabelecidos diariamente, viagem de ida e volta entre Sepetiba e Paraty, parando nos portos intermediários, de Itacuruça, Mangaratiba, Jacarehy, Angra dos Reis e Mambucaba. "Renascendo como devem renascer essas localidades da província tanto privadas dos meios fáceis de transporte aos seus habitantes, resultará daí a prosperidade que aguarda o futuro da empresa".<sup>206</sup>

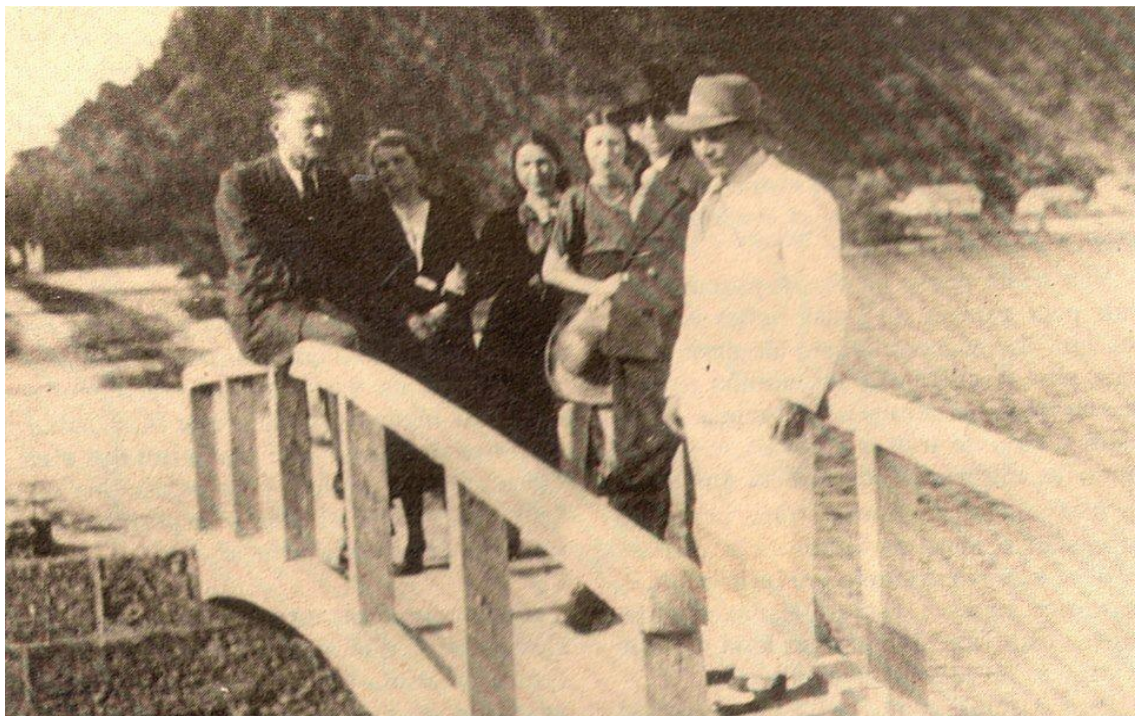
---

<sup>205</sup> Linha de bonde com tração animal de Santa Cruz x Itaguaí. 1910. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

<sup>206</sup> Gazeta de Notícias. 22/07/1883. Acesso em 26/06/2016.



207



208

---

<sup>207</sup> Linha de bonde Santa Cruz - Sepetiba. O porto de Sepetiba recebia vapores de passageiros e navios com gado vindo do Sul. Augusto Malta. 1936. Bonde Santa Cruz x Sepetiba. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

<sup>208</sup> Passageiros aguardando o Vapor no cais de Sepetiba. Augusto Malta. 1936. Acesso em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/a.448660108523673.104167.448650488524635/666469466742735/?type=3&theater>.

Em 29 de dezembro de 1889, a intendência, resolveu estabelecer a luz elétrica no Matadouro de Santa Cruz, com a finalidade de melhorar o exame médico do gado antes da matança. Tal serviço, era realizado durante a noite, para que a matança começasse antes das 06:00 horas. Para implementar o serviço de luz elétrica, foi requisitado Raymundo Duarte ao diretor da Estrada de Ferro Central (com a República, retirou-se o nome do Imperador), que instalou uma usina geradora. A usina além de prestar aos serviços do Matadouro e as vilas dos operários, também foi usada para fornecer luz elétrica para algumas ruas de Santa Cruz, quando terminava o expediente do Matadouro. Santa Cruz foi o primeiro bairro do subúrbio carioca a ter iluminação elétrica, sendo as seguintes ruas beneficiadas: rua do Encanamento (atual rua do Cruzeiro), avenida Isabel (onde se instalaram os funcionários administrativos do Matadouro), rua Felipe Cardoso (um importante político que foi diretor do Matadouro, no final do século XIX e no início do século XX, e político de grande influência) e a rua do Comércio (atual rua Senador Camará, outro político de grande influência) que foi o primeiro logradouro instituído em Santa Cruz.



209

---

209 O gerador do Matadouro. Além de fornecer energia elétrica para o funcionamento do Matadouro, iluminava a estação, a sede administrativa, as vilas operárias e a avenida Isabel, o primeiro logradouro a ter iluminação pública da zona rural, e que habitavam os altos cargos do Matadouro. Acervo de Reinaldo Azevedo. 2005.

### 3.3.1 - Do boi só não se aproveita o berro!

Como dizia um ditado popular entre os frequentadores do Matadouro: do boi só não se aproveita o berro! Assim, fábricas e manufaturas que tinham no boi a sua matéria prima, se deslocaram, também, para a nova praça. Principalmente as fábricas de embutidos, que necessitavam de um maior tempo, para o preparo de suas mercadorias. O tanque onde se lançava o sangue, deveria ter um agitador automático, de modo de se evitar a coagulação, a qual tornaria o líquido impróprio para a refinação do açúcar, preparação do azul da Prússia, tinturarias, além da produção de carvão animal, morcelas e chouriços como alimentos, na produção de plasma usado na fabricação de embutidos e do soro para confeccionar vacinas. O sangue solúvel era desidratado e usado na fabricação de ração animal, na cola de madeira e outros serviços de indústria. O sebo, a camada de gordura, era utilizado para a fabricação de velas, sabão, sabonete, shampoo, cosméticos, fósforo, lápis e tintas. Os restos de comida encontrado no bucho (estômago) e as fezes das tripas eram aproveitados na fábrica de estrumes (adubos).

Os miúdos, além de serem consumidos pela população mais pobre, também eram usados, e ainda são, na fabricação de salsichas e demais embutidos. As tripas (intestino) para a fabricação dos embutidos, fios cirúrgicos, cordões para amarração de bolas e sapatos. A biles, o fel, era usado em produtos farmacêuticos para problemas digestivos. A carne da cabeça, chamada de jagunço, era utilizada na fabricação de embutidos. O miolo, cérebro, na culinária como refogado ou omeletes. E das glândulas eram extraídos os hormônios para medicamentos. Os ossos da cabeça também se fabricavam ração e adubo. Os cascos e os chifres eram utilizados para artesanatos e fabricação de pentes e botões. Do couro, bolsas, sapatos, malas, cintos, roupas, estofados, selas, arreios, gelatina, goma de mascar, luvas, bolas e colas. O mocotó, tendões e ligamentos, eram transformados em gelatina, geléias, óleos lubrificantes e graxas para couros e máquinas. Os ossos, fonte de cálcio e fósforo, eram usados na produção de farinhas (ração) para alimentação de animais mamíferos e aves, na fabricação de porcelana, cerâmica, e transformado em carvão de osso para alvejar e refinar o açúcar. O pêlo, cabelos do rabo, da orelha e do couro eram utilizadas na fabricação de pincel, brocha e vassouras. A mucosa iam para a indústria de laticínios para a fabricação de coalho. a carne, as vísceras, tudo do boi era utilizado, nada se

desperdiçava, só o berro que não se aproveitava.<sup>210</sup> O que provocou uma revitalização econômica para a Fazenda em estado de decadência. Além da mão de obra para tais fábricas, que vieram na Fazenda habitar, um deslocamento populacional muito significativo.

---

<sup>210</sup> Não se aproveitava no século XIX, pois em meados do século XX passou a ser gravado e usado em filmes e músicas. Grifo próprio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nossa pesquisa constatamos a existência de inúmeros trabalhos, artigos, dissertações e teses sobre o abastecimento interno, e em especial, o comércio de carne verde. A quantidade de documentos nos Arquivos ainda a serem estudados são incalculáveis. A Biblioteca Nacional abriga uma imensa lista de livros e jornais sobre o assunto. Foram tantas fontes encontradas, que quase nos desviamos da nossa proposta de trabalho, devido ao leque de opções que tais materiais nos proporcionou. Assim como, pesquisas locais e regionais, vêm-se multiplicando na historiografia brasileira sobre tal produto. Diversos núcleos já existem pesquisando a Fazenda de Santa Cruz.

A importância da Fazenda se dá, principalmente, pelo sua grande extensão geográfica e pela diversidade em sua produção. Desde o século XVI que a Fazenda fornecia produtos para o abastecimento interno, se tornando uma grande empresa agrofábrica, sob o comando dos Jesuítas. Por suas terras passavam os caminhos que ligavam o Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais, e a Baía de Sepetiba para o escoamento de produtos e comércio com outros países. Além de abrigar duas importantes bacias hidrográficas, a do Rio Paraíba do Sul e a do Rio Guandu, ambas com águas navegáveis.

Com o Decreto do Marquês de Pombal, no início da segunda metade do século XVIII, a Companhia de Jesus foi expulsa das terras lusitanas, e seus bens confiscados. A Fazenda passa a pertencer à Família Real, e teve as suas melhores terras e plantações, fatiadas entre os amigos, funcionários e parentes da Coroa. Restando na segunda metade do século XIX, apenas os campos ao redor da sede da Fazenda, quase todos alagados pelo deságua do Rio Guandu, e sob o Decreto de Enfiteuse Perpétuo.

Mediante os capítulos apresentados, ficou estabelecido a importância econômica do comércio das carnes verdes na Praça Carioca. Os agentes envolvidos nesse comércio, perpassavam do âmbito do Matadouro, arrolando membros do Legislativo e do Ministério Imperial. Os embates pelo monopólio de tal produto, geraram grandiosos e extensos debates, devido as vantagens que oferecia tal empreendimento. E aquele que abrigasse em suas terras o novo Matadouro, receberia uma importante cifra com o arrendamento, receberia variadas melhorias que valorizaria ainda mais suas terras. Eis os motivos para mais de 10 anos de debates na Câmara Municipal.

Constatamos que as diversas intervenções do Governo Imperial aos assuntos que competiam à Câmara Municipal, comprovadas nos documentos analisados, eram pauta constante nas sessões, e levaram a exaltados debates nas reclamações dos vereadores. Sendo a questão da construção do novo Matadouro mais uma dessas intervenções. A escolha da Imperial Fazenda de Santa Cruz e a verba para o empreendimento foram do Governo Imperial, o que gerou conluios entre a empreiteira e o Ministro do Império, que não acatou as diversas comunicações enviadas pelo engenheiro fiscal, relatando as irregularidades e não cumprimento do contrato. E mesmo assim, o Ministro do Império liberava as verbas para o empreiteiro, fora dos prazos estabelecidos no contrato.

As intervenções do Governo Imperial, terminou com um debate que durou mais de 10 anos, na Câmara Municipal, estabelecendo que seria a Imperial Fazenda de Santa Cruz a abrigar o empreendimento, que resultou em vários benefícios diretos para a Família Imperial. Recebeu pelo contrato de arrendamento, se beneficiou com a extensão da linha férrea até o Curato de Santa Cruz, cuja estação ficou a menos de 500 metros do Palácio de Santa Cruz, que era utilizado para descanso de viagens e veraneio. Além dos vários terrenos arrendados para os que tinham negócios no Matadouro. Mas o Imperador não governa sozinho, assim, mais agentes teriam benefícios com essa construção.

Iniciamos com a questão de tentativa de retirada do monopólio do comércio das carnes verdes das mãos dos marchantes, por parte da Câmara Municipal, com a finalidade de baixar o preço ao consumidor. Mas o que presenciamos foi a disputa pelo monopólio, e não a melhoria para a população. O novo Matadouro virou palco das ambições dos vereadores, que tinham nele a chance de grandes negociatas e benefícios, e plataforma para eleição. A questão da limpeza urbana ficou comprovada, pois a ameaça que um Matadouro apresentava à Saúde Pública e higiene da cidade, era monstruosa. E sendo o Matadouro de São Cristovão, engolido pelo aumento populacional e o crescimento urbano, não sendo mais possível o seu funcionamento.

As obras do novo Matadouro, que até o final do período da nossa pesquisa não haviam sido concluídas, gerou um imenso lucro para a empreiteira. Apenas na primeira etapa da obra, de adequação do terreno para construir os edifícios, gastou 3/4 da verba destinada para todo empreendimento. Que além dos prédios, tinha todos os maquinários necessários para o funcionamento do novo Matadouro, a construção da linha férrea até a plataforma da matança e o encanamento de água para o abastecimento de toda área

destinada ao Matadouro, assim como, as vilas de casas dos funcionários. O prazo total das obras, 3 anos, foi usado apenas no aterramento e preparação para os alicerces.

Várias questões ficaram para uma posterior pesquisa, devido aos diversos vieses que tais documentos nos possibilitavam, mas que fugiam dos nossos objetivos de pesquisa. Como quem foi o empreiteiro Augusto Teixeira Coimbra? Qual a relação de Coimbra com o Ministro do Império que o protegia das ações punitivas da Câmara Municipal? Somente com a substituição do Ministro do Império, em 1878, que as denúncias foram averiguadas, levando à rescisão do contrato.

O novo Matadouro fez com que o vereador Ferreira Nobre ficasse em evidência política e com os benefícios que o cargo de diretor lhe conferiram. O mesmo ocorreu com seus sucessores. O Matadouro virou palco de disputa política e de favorecimentos para aqueles que vieram dirigir seus trabalhos. O que era facilitado por não ter um regimento oficial, sendo um manancial de cargos e ofícios, gerando uma dispendiosa folha de pagamento, além dos funcionários fantasmas.

O deslocamento populacional foi imenso, tanto para as obras, quanto no funcionamento do novo Matadouro. O que propiciou a extensão da malha urbana, principalmente com a linha férrea, que cortava a cidade até o curato de Santa Cruz. Muitos foram os que tiveram suas terras valorizadas. Sensíveis foram as transformações econômicas e sociais para o curato. Os que para nele vieram trabalhar, causavam muitas brigas e arruaças, sendo necessário o aumento da força policial para conter. A força policial e militar também foi preciso no Matadouro e na estação de São Diogo, para ajudar Nobre e seus conluíus contra a marchantaria e açougueiros.

Nobre criou diversas taxas, além dos impostos que já existiam, favorecendo seus amigos em detrimento dos boiadeiros, comissários e marchantes, prejudicando também, os moradores do curato que foram proibidos de circularem à cavalo nos arredores do Matadouro e do comércio, tendo os seus animais apreendidos, sendo necessário pagar a taxa de multa para os resgatar. Diversos comerciantes vieram se estabelecer no curato, aumentando o comércio local para atender, não somente ao aumento populacional, como também às centenas de pessoas que diariamente vinham ao Matadouro tratar de negócios. O que Freitas chamou de "a era do boi"<sup>211</sup>, podemos considerar como a farra do boi.

---

<sup>211</sup> FREITAS, *Op. Cit.*, 1950. p. 85.



## FONTES

### Arquivo Nacional

Notação: BR RJANRIO 22.0.0.7903. Título: Decreto número 5.817, aprova os planos complementares e de detalhes, a tabela de preços e a especificação do material fixo e móvel, relativos às obras de construção do novo matadouro. Data: 12/12/1874.

Notação: BR RJANRIO 22.0.0.7933. Título: Decreto número 7.078, declara rescindido o contrato celebrado com o engenheiro Augusto Teixeira Coimbra para a construção de um matadouro na Fazenda de Santa Cruz. Data: 09/11/1878.

Notação: BR RJANRIO 2H.0.0.747. Título: Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Projeto para melhoramentos do matadouro (localidade, obras e edifícios) e acondicionamento das carnes verdes, por José Maria Bontempo e E. Rivaux na capital do Império do Brasil. Sem data.

Notação: BR RJANRIO 4Q.0.MAP.473. Título: E. F. C. B.: planta geral do ramal de Sapopemba a Santa Cruz. Data: 1876.

Notação: BR RJANRIO 4Q.0.MAP.948. Título: Estrada de Ferro Central do Brasil. Imperial Fazenda de Santa Cruz a Vila de Itaguaí. Data: 22/07/1878.

### Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte.

### Biblioteca Nacional

III – 11, 4, 15. Autor: Brasil, Ministério do Império. Título: Obras do novo matadouro: a rescisão do contratado de 25 de Julho de 1874. Discutida e comentada. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879. 26 p. BNRJ – Sessão de Obras Gerais.

III – 305, 3, 36, n. 3. Autor: Coimbra, Augusto T. Título: Obras do novo matadouro. Rio de Janeiro: Tipografia de Pereira Braga & C., 1873. 13 p. BNRJ – Sessão de Obras Gerais.

Material: Obra rara. Localização: Livros raros – 069, 001, 058. Autor: Coimbra, Augusto Teixeira. Título: Ainda as obras do novo matadouro em Santa Cruz. Ano: 1879

Material: Documento textual. Localização: I – 02, 07, 042. Autor: Castilho, J. J. F. Título: Carta a destinatário não mencionado tratando sobre a prorrogação do prazo das obras do matadouro a serem acordados nas conferências dos ministros. Data: 08/08/1878.

Material: Obra rara. Localização: Livros raros – 099C, 000, 006. Autor: Berlink, Eudoro Brasileiro. Título: Contrato celebrado com o governo por Eudoro Brasileiro Berlink para o fornecimento de carne verde no matadouro público desta cidade. Ano: 1877.

Material: Livro. Localização: Obras gerais – V-262, 5, 5, n. 4. Título: Estatutos da Sociedade de Beneficência N. S. da Conceição do Matadouro em Santa Cruz. Data: 1886.

Material: Livro. Localização: III – 305, 3, 36, n. 3. Autor: Coimbra, Augusto T. Título: Obras do novo matadouro. Data: 1873. 13 p.

Material: Livro. Localização: III – 11, 4, 15. Autor: Brasil, Ministério do Império. Título: Obras do novo matadouro: a rescisão do contratado de 25 de Julho de 1874. Data: 1879. 26 p.

Material: Documental textual. Localização: I – 34, 25, 3 e I – 34, 24, 141. Autor: Martins, Gaspar da Silveira. Título: Ofício ao inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro tratando da vistoria nas obras do matadouro em Santa Cruz. Data: 07/12/1878.

Material: Documento textual. Localização: I – 6, 4, 40 & 12, 04, 013 n. 81. Autor: Rodrigues, Domingos José. Título: Termo de contrato celebrado com Luís Soares de Farias, Augusto José Moreira e João José da Silva Lima para conclusão do movimento de terra e rebaixo de pedreira precisos à regularidade e nivelamento do Matadouro de Santa Cruz. Data: 13/07/1880.

## **Congresso Nacional**

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1873. Tomo XXXII. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873.

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1874. Tomo XXXVII. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1878. Tomo XLI. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879.

### **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**

Código 17-2-14 (1873-1875). Atas das Sessões da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

### **NOPH - Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica.**

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Martha. SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. (Orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. IPLANRIO, 1987.

ALVES, Antonio Luiz. *Heranças de várias fazendas*. IPESI, Rio de Janeiro, 2 (87), EBID, s.d.

AMANTINO, Marcia e ENGEMANN, Carlos. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

AMARAL, Alexandrino Freire do. *Consolidação das leis e posturas municipais*. Rio de Janeiro: Off. Typ. Souza, 1905-1906.

AMARAL, Anastácia Beda Oliva do. E SOARES, adriana. *A extinção do Instituto da Enfiteuse em terras particulares no Código Civil de 2002 comparado ao Direito de*

*superfície*. Acessado em :12 jan. 2017. Disponível em:  
[www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/1493/1173](http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/1493/1173)

ANAIS. *1º Encontro Internacional de Ecomuseus*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992.

ARAÚJO, José Paulo de Figueiredo Nabuco de. *1796-1863, Memória refutativa das alegações e correspondências do zelador de direito de propriedade, e mais queixosos da demarcação da Imperial Fazenda de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Typ. De E. Seignot-Plancher, 1830.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CAETANO, Marcelo. As sesmarias no direito luso-brasileiro. In Revista I.H.G.B. Nº 348, 1985, julho-setembro.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: Negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835)*. São Paulo: Alameda, 2010.

CANABRAVA, Alice P. *A grande lavoura*, in: História Geral da Civilização Brasileira, 4ª Ed., vol. 4. São Paulo: Difel, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. *Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Modernização frustrada: A política de terras no Império*. Revista Brasileira de História. São Paulo, n.1, p.39-57, 1981.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio, os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

- CAVALCANTI, Nireu de Oliveira. *1944 – Santa Cruz: uma paixão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ RioArte, 2003.
- CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte. *Doações e forais das capitânicas do Brasil: 1534-1536*. s/d. s/ed.
- CONGOST, Rosa. “*Que derechos? Que História?*”, in: *Els propietaris i els altres. La régio de Girona, 1768-1862*. Vic: Eumo, 1990.
- COSTA, Nelson. *Rio de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Leo Ed., 1958.
- DAVID, Eduardo G. *127 anos de Ferrovia*. Juiz de Fora: Associação dos Engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil, 1985.
- ENGEMANN, Carlos. *De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do oitocentos*. Tese de Doutorado. UFRJ/IFCS/PPGHS, 2006.
- FADEL, Simone. *Meio ambiente, saneamento e engenharia no Império e na Primeira República*.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Volumes 1 e 2. São Paulo Globo, 2004.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1983.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto- mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- FREITAS, Benedicto de. *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Santa Cruz. Fazenda Jesuítica, Real, Imperial*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1985, 1986 e 1987. 03 vols.
- FRIDMAN, Fânia. *Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

\_\_\_\_\_. *As cidades e o café*. Artigo apresentado no XI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR. Salvador, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas, mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GONÇALVES, Aureliano Restier. “Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro (1500-1900)”. In: *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, vol. IV. Rio de Janeiro: 1952.

GOUBERT, Pierre. “Local History”. In: *Historical Studies Today*. New York: Ed. By Felix Gilbert and Stephan R., 1972.

\_\_\_\_\_. “História Local”. In: *Revista Arrabaldes*, Ano I, nº 1, mai-ago. 1988. Petrópolis: 1988.

GRAÇA, Filho, Afonso Alencastro. *Os Convênios da Carestia: organização e investimento do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1991.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1990.

IANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GROSSI, Paolo. *História da Propriedade: e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. Brasília: ESAF, 1988.

LINHARES, Maria Yedda Leite (Org). *História Geral do Brasil*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

\_\_\_\_\_. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530 – 1918)*. Ministério da agricultura. Brasília, s/d.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *História Política do Abastecimento*. Brasília: Binagri, 1979.

\_\_\_\_\_. “Região e história agrária”. In: *Estudos Históricos*, vol. 8, nº. 15. Rio de Janeiro: 1995, p. 17-25.

LOBO, Eulália. CARVALHO, Lia e STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e o movimento Operário*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.

LOBO, Roberto Jorge Haddock (Org.). *Tombo das terras municipais que constituem parte do patrimônio da Ilustríssima Câmara Municipal da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Paulo Brito, 1983.

MACHADO, Marina M. *Entre Fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824)*. Guarapuava: Ed. Unicentro; Eduff; Editora Horizonte, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MOTTA, Márcia M. Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Marly. *Rio, cidade-Capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777/1808)*. São Paulo; Hucitec, 1985.

PRADO JR. Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo. Brasiliense, 1999.

RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

RODRIGUES, Pedro Parga. *As frações da classe senhorial e a lei hipotecária de 1864*. Tese de doutorado. UFF. 2014.

SANTOS, Luciana da Silva. *Terceiro Distrito, carne verde e matadouro: um Triângulo bem articulado na primeira capital republicana (Rio de Janeiro, final do século XIX)*.

In: *Fronteiras: Revista Catarinense de História* (on-line), Florianópolis, n.19, p.73-94, 2011. Disponível em:

[http://www.anpuh.sc.org.br/ver%20front%20vers%20fin/f19%20art\\_dossie4\\_terceiro%20odistrito\\_luciana%20s%20santos.pdf](http://www.anpuh.sc.org.br/ver%20front%20vers%20fin/f19%20art_dossie4_terceiro%20odistrito_luciana%20s%20santos.pdf)

SANTOS, Luciana da Silva. *Terceiro Distrito, carne verde e matadouro: um Triângulo bem articulado na primeira capital republicana (Rio de Janeiro, final do século XIX)*.

*Fronteiras: Revista Catarinense de História* [on-line], Florianópolis, n.19, p.73-94, 2011.

- SANTOS, Noronha. *Crônicas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- SENA, Divino Marcos de. E NOGUEIRA, Luiz Gabriel de Souza. “*Gado para o consumo*”: *comércio de carne verde e açougueiros em Corumbá, 1870-1888 (Província de Mato Grosso)*. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 6, n. 2, jul.-dez., 2013.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1990.
- SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio – efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Roceiros e escravos: Alimentando o Brasil nos fins do período colonial*. In. : *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC. 2001.
- TAVARES, Georgia da Costa. *A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. *A Fazenda de Santa Cruz e a Política Real e Imperial em relação ao Desenvolvimento Brasileiro, 1790-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGFHIS, 1974.